UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

ANTONIO CARLOS GOMES RÊGO

... E LÁ SE VÃO 40 ANOS DA BARRAGEM DE SOBRADINHO: Resiliência ribeirinha nas comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela (Curaçá – BA)

GOIÂNIA-GO
2020

sistema de bibliotecas ufg

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor:
ANTONIO CARLOS GOMES RÊGO
Título do trabalho:
... E LÁ SE VÃO 40 ANOS DA BARRAGEM DE SOBRADINHO: Resiliência ribeirinha nas Comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela (Curaçá – BA).

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Antonio Carlos Gomes Rêgo
Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

Rosinalva Adorizete Rêgo
Assinatura do(a) orientador(a)[2]

Data: 05 / 03 / 2020

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

Versão atualizada em setembro de 2017.

ANTONIO CARLOS GOMES RÊGO

... E LÁ SE VÃO 40 ANOS DA BARRAGEM DE SOBRADINHO: Resiliência ribeirinha nas comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela (Curaçá – BA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais.

Linha de pesquisa: Agricultura Familiar e Agronegócio.

Orientadora: Profa. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro

GOIÂNIA-GO
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gomes Rêgo, Antonio Carlos
... E LÁ SE VÃO 40 ANOS DA BARRAGEM DE SOBRADINHO: [manuscrito] : Resiliência ribeirinha nas Comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela (Curaçá-BA) / Antonio Carlos Gomes Rêgo, Dinalva Donizete Ribeiro. - 2020.
CXX, 120 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia (EA), Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia, 2020.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Submédio do São Francisco. 2. Ribeirinhos . 3. Segurança Alimentar. 4. Soberania Alimentar. I. Donizete Ribeiro, Dinalva. II. Donizete Ribeiro, Dinalva, orient. III. Título.

CDU 631/635

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO - PPAGRO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **01** da sessão de Defesa de Dissertação de **Antonio Carlos Gomes Rêgo**, que confere o título de Mestre em **Agronegócio**, na área de concentração em **Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais.**

Ao/s **treze dias de fevereiro de dois mil e vinte**, a partir das **15h**, na **Sala 13** do **Programa de Pós-graduação em Agronegócio - Escola de Agronomia/UFG**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"...E LÁ SE VÃO 40 ANOS DA BARRAGEM DE SOBRADINHO: RESILIÊNCIA RIBEIRINHA NAS COMUNIDADES NOVA JATOBÁ, ROMPEDOR E FAVELA (CURAÇÁ - BA)"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Dinalva Donizete Ribeiro (PPGAGRO/EA/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves (PPGEO/UEG)**, membro titular externo; Professor Doutor **Klaus de Oliveira Abdala (PPGAGRO/EA/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Dinalva Donizete Ribeiro**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **treze dias de fevereiro de dois mil e vinte**.

Prof.ª Dr.ª Dinalva Donizete Ribeiro
Orientadora-Presidente /PPAGRO/EA/UFG

Prof. Dr. Klaus de Oliveira Abdala
Membro interno/PPAGRO/UFG

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves
Membro externo/PPGEO/UEG

Dedico a todos(as) os(as) ribeirinhos e ribeirinhas, que, com o advento do (des)envolvimento no Vale do São Francisco, ao longo dessas quatro décadas foram resilientes e se perpetuam em sua territorialidade.

Aos meus pais, Adelayde e Ponciano, pelas lições de vida.

Ao meu filho Salomão e às minhas netas Estela e Eloar, que mantêm acesa a lembrança de suas ancestralidades camponesas.

Ao meu filho Marco Antônio, cuja trajetória de vida dificulta firmar identidade em um lugar, pois estamos sempre mudando de região. Apesar disso, mantenha viva a memória dos homens e das mulheres do semiárido nordestino, a base da sua origem!

A Ana Cristina, minha esposa, companheira, por estar presente nos momentos em que tanto precisei manter o entusiasmo.

AGRADECIMENTOS

Imaginar o tempo, refletir sobre tudo que está à volta, saber que, ao longo de toda caminhada, a cada passo, há um desafio. Agradeço a Deus pela sua presença em minha vida, nos momentos tranquilos e nas turbulências, em que é preciso acreditar e valer-se do esforço de persistir, e encontrar-se novamente com a paz.

Agradeço aos ribeirinhos e as ribeirinhas das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela, que abriram as portas dos seus lares, as cancelas de suas roças e acolheram-me de forma afetuosa, sem medir esforço para contribuir com a pesquisa. Destaco na comunidade Rompedor os casais Dona Izabel e Seu Mateus, Dona Elvira e Seu Noé, Dona Socorro, Seu Izidro e Irailson filho do casal; na comunidade Nova Jatobá, destaco Seu Valério e Dona Valdeci, Seu Aureliano e Dona Maria Raimunda; e na comunidade Favela, Seu Manoel (Ducha) e Dona Maria de Lourdes.

Aos meus pais, Adelayde e Ponciano, por estarem presentes em toda jornada da minha vida, por acreditarem e contribuírem de todas as formas para que os meus sonhos se concretizem. Pelas orações e acolhidas em todos os momentos, muito obrigado minha mãe, muito obrigado meu pai.

À minha companheira e esposa, Ana Cristina de Menezes, que abriu mão do seu emprego e veio comigo para Goiânia, para juntos enfrentarmos esse desafio. Somente ela sabe das inquietações, dos desesperos e das angústias dos momentos difíceis do mestrado. Agradeço também pelas leituras e apontamentos que foram realizados nos momentos das escritas do projeto e da dissertação.

À minha amiga, professora Dra. Jacqueline de Araújo Castro, por disponibilizar sua competência, seu tempo e sua dedicação para contribuir com o projeto de pesquisa e com a dissertação, tanto no momento da qualificação quanto da defesa, com leituras, observações, ajustes e sugestões. Muito obrigado, Jacqueline!

Ao IFTO, por possibilitar-me a qualificação.

À minha orientadora, professora Dra. Dinalva Donizete Ribeiro, pessoa por quem tenho grande admiração pelo seu comprometimento, e que esteve presente desde o momento da minha apresentação do projeto de seleção do mestrado, e durante toda a jornada foi orientando-me para que eu não me perdesse do foco da pesquisa, com indicações de leituras, e muita dedicação e competência para que o trabalho chegasse ao fim em tempo hábil. Muito obrigado, professora Dinalva.

Aos professores Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira e Dr. Agustin Avila Romero, pelas contribuições na banca da fase de preparação do projeto de pesquisa.

Aos professores Dr. Klaus de Oliveira Abdala e Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves, pelas contribuições nas bancas de qualificação do projeto, da qualificação e defesa da dissertação. Muito obrigado, professores!

À Sra. Lindinalva de Oliveira Teixeira, servidora da UFG do PPGagro, por todo o seu comprometimento, profissionalismo e por toda sua atenção e empenho prestados nas vezes em que a procurei.

Aos colegas de turma do mestrado e, em especial, àqueles com os quais tive mais afinidade: Gabriel Galván, Rebecca Alcântara, Thiago Henrique, Érica Basílio, Frederico Ribeiro.

RESUMO

Na década de 1970 foram realizados diversos investimentos em infraestrutura na região do Submédio do São Francisco, com a construção da hidrelétrica de Sobradinho, a expansão de malhas rodoviárias, a implantação de projetos de irrigação e eletrificação rural. No entanto, com a implantação da barragem, o ciclo das águas foi alterado, tornando os ribeirinhos dependentes de novas condições ambientais e de recursos financeiros para produzir os seus alimentos. A presente pesquisa procura compreender como vivem as famílias das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela ao longo de quatro décadas de funcionamento da hidrelétrica de Sobradinho, verificando: a) o acesso das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela aos meios de produção (terra, água e capital); b) se os ribeirinhos foram beneficiados por políticas públicas, ações de investimentos em infraestrutura e créditos para agricultura irrigada; c) as relações socioprodutivas locais. A pesquisa teve caráter participativo e toda metodologia empregada se baseou na premissa de que o sujeito colaborador é o marco principal da pesquisa. Trinta famílias foram pesquisadas nas três comunidades, 151 pessoas no total. No que diz respeito ao acesso a terra, os ribeirinhos não contam com título ou escritura dela. Quanto ao acesso à água, os ribeirinhos que antes faziam seus cultivos vegetais em sincronia com o ciclo natural das águas do rio, aproveitando as terras úmidas após a baixa de volume deste, agora têm maior dificuldade para produzir os seus alimentos, pois necessitam de recursos financeiros para acessar as tecnologias de irrigação. Apesar da existência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), as famílias entrevistadas não têm procurado essa fonte de crédito por falta de informação ou por estarem em dívidas com bancos. Após a barragem de Sobradinho, o formato 3x1 de produção (em que 1/3 dos produtos ficava para o posseiro da terra e 2/3 para quem a cultivou) entrou em declínio, sendo sucedido pelo sistema de meeiro. Nele, depois de abatidos todos os custos e despesas da cultura, cada parte envolvida fica com metade do que foi produzido. Sendo assim, enquanto o patrão (e posseiro da terra) participa com recursos financeiros, o ribeirinho entra com toda a força de trabalho que advém do núcleo familiar, mas ainda assim, algumas vezes, sai com dívida com quem detém o domínio da terra. Mesmo com tantos desafios, ainda há ribeirinhos(as) resilientes que permanecem enfrentando os obstáculos para produzirem e comercializarem o excedente de seus produtos na feira livre de Curaçá. O que se tem apresentado ao longo dessas quatro décadas para os ribeirinhos é que não há espaço para eles nesse modelo de (des)envolvimento. E o que lhes resta agora é a resiliência ou a perda da liberdade, com a sua consequente proletarização.

Palavras-chave: Submédio do São Francisco. Ribeirinhos. Segurança Alimentar. Soberania Alimentar.

ABSTRACT

In the 1970s, several investments were made in terms of infrastructure in the Sub-Middle region of the São Francisco river, with the construction of the Sobradinho hydroelectric dam, the expansion of road networks, and the implementation of irrigation and rural electrification projects. However, with the implementation of the dam, the water cycle was changed, making the riverine people dependent on new environmental conditions and financial resources to produce their food. This research aims to understand how the families of Nova Jatobá, Rompedor and Favela communities have lived over four decades of operation of the Sobradinho hydroelectric dam, examinig: a) the access of Nova Jatobá, Rompedor and Favela communities to the means of production (land, water and capital); b) whether the riverine people have benefited from public policies, infrastructure investment actions and credits for irrigated agriculture; c) local socio-productive relations. This research was participatory, and all methodology used was based on the premise that the collaborating subject is the main landmark of the research. Thirty families were surveyed in the three communities, 151 people in total. With regard to access to land, the riverine people have no title or land deed, and as for access to water, the ones who had previously used it to grow their crops in sync with the natural cycle of river waters, taking advantage of the wetlands after the lowering in its volume, now have greater difficulty producing their food, because they need financial resources to access irrigation technologies. Despite the existence of the National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF), the families who were interviewd have not sought this source of credit due to lack of information or bank debt. After the Sobradinho dam, the 3x1 production format (where 1/3 of the products belong to the landowner and 2/3 to those who cultivate the land) have declined, and has now been succeeded by the sharecropper system. In this system, after all the costs and expenses of the crop have been cut down, each part involved gets half of what was produced. Thus, while the landowner participates with financial resources, the riverine subject enters with all the workforce that comes from the family nucleus, but still often comes out of the agreement owing the landowner. Even with so many challenges, there are still resilient people who continue to face obstacles to produce and send their surplus products at the Curaçá free fair. What has been presented throughout these four decades to the riverine people is that there is no room for them in this model of (dis)involvement. And what they have left now is resilience or loss of freedom, becoming proletarian.

Keywords: Sub-Middle Region of the São Francisco river. Riverside. Food Security Food Sovereignty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Ilha Jatobá, denominada pelos ribeirinhos de Ilha da Capivara 32
Figura 2 – Localização do município de Curaçá, da barragem Sobradinho e das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela 33
Figura 3 - Estrada de chão a caminho de Jatobá.....35
Figura 4 - Bicicleta utilizada para campo 35
Figura 5 - As cinzas do antigo engenho na roça da família Oscar 39
Figura 6 - Cuscuzeira de barro no centro da mesa 40
Figura 7 - Visão panorâmica da Comunidade Favela, mostrando também o reservatório de água.....42
Figura 8 - Festejos do 31º aniversário da Associação da Nova Jatobá.....44
Figura 9 - Acesso à Ilha da Capivara.....47
Figura 10 - Acesso à Ilha da Capivara.....47
Figura 11 - Motor a diesel para irrigação por gravidade 48
Figura 12 - Área sem cultivo, destinada à pastagem de ovelhas na ilha da Capivara 49
Figura 13 - Terra dragada para continuidade do fluxo d'água do rio São Francisco 51
Figura 14 – Gráfico do comportamento das cheias das vazantes do Rio São Francisco a jusante da Barragem de Sobradinho nos anos de 1979 a 2019.....53
Figura 15 - Sra. Maria Pastora, primeira professora das comunidades 55
Figura 16 - Primeiro prédio escolar (1978) 56
Figura 17 - Segundo prédio escolar (2011) 56
Figura 18 – Terceira escola da comunidade Nova Jatobá (2017).....56
Figura 19 – Gráfico da escolaridade dos (as) ribeirinhos (as) pesquisado (as) das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela 58
Figura 20 – Cultivo da mandioca na ilha da Capivara 59
Figura 21 – Configuração do aporte do orçamento familiar 60
Figura 22 – Cadastros de Declarações de Aptidões ao Pronaf ativas, expiradas, emitidas, canceladas e suspensas em Curaçá-BA, do início do Programa em 1996 até o dia 18/09/2019. 61
Figura 23 - Comportamento das compras do PNAE em Curaçá Bahia 62
Figura 24 - Produtos das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela chegando à feira de Curaçá.....68

Figura 25 - Ribeirinho indo com produtos para comercializar na cidade de Curaçá 69
Figura 26 - Irrigação por gravidade, cultivos de hortaliças 72
Figura 27 - Raspagem da mandioca para processamento de farinha 79
Figura 28 - Ribeirinho ajustando tarrafa 81
Figura 29 - Confecção artesanal de vassouras 81
Figura 30 - Plantio de feijão de corda na Ilha da Capivara 84
Figura 31 - Ribeirinho e o acondicionamento de sementes de feijão 85
Figura 32 - Gráfico do comportamento dos cultivos das famílias ribeirinhas nas décadas de 1970 e 2010 87
Figura 33 - Gráfico do comportamento dos cultivos de plantas medicinais nas décadas de 1970 e 2010 88
Figura 34 – Gráfico do Processamento e extração de alimentos pelos ribeirinhos nas décadas de 1970 e 2010 89
Figura 35 - Criação de animais pelos ribeirinhos nas décadas de 1970 e 2010 90

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Quantitativo de famílias e número de pessoas participantes da pesquisa.....29
Tabela 2 - Ensino Fundamental I - Comunidade Nova Jatobá e circunvizinhas.....57

Quadro 1 - Calendário das atividades de campo 34
Quadro 2 - Apresentação das variáveis estudadas quanto aos produtos cultivados, dados da família e da estrutura econômica.....34
Quadro 3 - Demonstrativo dos anos de enchentes e secas das várzeas do Rio São Francisco.43

LISTA DE ABREVIAURAS

AGROVALE	Agroindústria do Vale do São Francisco S/A
ANA	Agência Nacional das Águas
ART	Artigo
BA	Bahia
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CODEVASF	Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
HA	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCC	International Panel on Climate Change
ITR	Imposto sobre a propriedade Territorial Rural
KM	Quilômetro
LAI	Lei de Acesso a Informações
M	Metro
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCIDADANIA	Ministério da Cidadania
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
P	Página
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Paraíba
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RTDI	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

PRÓLOGO **16**

INTRODUÇÃO **19**

1 TRAJETÓRIA TEÓRICA E METODOLOGIA **21**

1.1 Revisão de literatura 22

1.1.1 A acumulação de capital no Submédio São Francisco 24

1.1.2 Cultura Ecológica 25

1.1.3 Cento e quarenta anos da expedição de Sampaio na foz do Rio São Francisco 27

1.2 Caminhos metodológicos 28

1.2.1 Caracterização das comunidades e áreas estudadas 32

1.2.2 Pesquisa de campo 33

2 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NOVA JATOBÁ, ROMPEDOR E FAVELA: MEMÓRIAS, ÁGUA E TERRA **37**

2.1 A luz das memórias sobre a formação das comunidades 38

2.2 A problemática da titularidade da terra 42

2.3 O acesso à água 51

2.4 Escolas e oferta de educação formal 54

2.5 Das políticas públicas 60

3 EFEITOS DO (DES)ENVOLVIMENTO SOBRE NOVA JATOBÁ, ROMPEDOR E FAVELA **64**

3.1 Efeitos da implantação da hidrelétrica de Sobradinho 65

3.2 O que dizem os sujeitos e os fatos sobre a barragem e Nova Jatobá, Rompedor e Favela 69

3.3 Novos processos produtivos; novas relações sociais e de produção 76

3.4 Manejo do germoplasma vegetal e matriz produtiva local 82

CONSIDERAÇÕES FINAIS **91**

REFERÊNCIAS **93**

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS 98

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 99

ANEXO B – DECRETO 4.887/2003 103

ANEXO C – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. 106

ANEXO D – INVESTIMENTOS CODEVASF 107

ANEXO E – INVESTIMENTOS SUDENE 109

ANEXO F – MEC/FNDE – COMPRAS PNAE 110

ANEXO G – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – COMPRAS PAA 112

ANEXO H – CONAB – COMPRAS PAA 114

ANEXO I - MAPA - DAPs 115

ANEXO J – CHESF – ENCHENTES A JUSANTE DA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA 116

Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar.

Paulo Freire (2005, p. 14)

PRÓLOGO

A trajetória da vida apresenta curvas e tropeços. A busca da estabilidade conduz a diferentes lugares e fazeres. Os desconfortos do cotidiano remetem a desafios que, por sua vez, nos “empurram” para lugares desconhecidos, mesmo sem ter clareza do que exatamente buscamos.

São as nossas inquietações que forçam as decisões de enfrentamento. Mas, antes, trava-se uma batalha para desgarrar-se de apegos que nos algemam. O sujeito enfrenta uma luta incessante consigo mesmo para livrar-se das raízes que o prendem ao chão, do torrão que tanto encardiu seus pés e suas mãos. Nas lembranças, permanecem as brincadeiras de rolar sobre areias dos riachos, as corridas de cavalo de pau, o servir o alimento às vacas e às cabras, o calor do suor das mãos, as bênçãos da mãe e do pai, dos tios e das tias, das avós e dos avôs, os apertos de mãos dos irmãos e sobrinhos, dos amigos e das amigas, de tantos parentes, de tantas mãos calejadas, o sorriso no rosto, os olhares firmes, o alvorecer e entardecer sempre únicos.

Não é fácil o desatino do adeus! Peguei a estrada sem pressa, com a esperança de tentar compensar o valor da distância. O medo persegue e o desafio é aprender a conviver com ele sem permitir que ele nos esmoreça, pois, é melhor tê-lo como um alimento que nos nutre para o amanhã. Com essa perspectiva, sofremos menos. Como bem diz Dominguinhos: “Quem me levará sou eu”. Não há coração que não dilate feito riacho com suas águas sobre as várzeas. Chorei, ainda choro! O choro alivia a saudade, alimenta a alma e nos torna leves!

Na caminhada, encontrei pessoas maravilhosas, que me acolheram como se eu fosse parte delas. Assim como o solo é cheio de vida, também não estou sozinho. Existe alguém que caminha ao meu lado e até concebeu nosso descendente, que, por sua vez, equilibra nosso viver, nos fortalece para enfrentar desafios.

Se andarmos como tábua rasa, com parca bagagem de conhecimento, o mundo se fecha! Então, não há como inserir-se e as exigências são tantas que nos assustam, e é quando novamente temos a presença do teimoso medo que não nos deixa livres.

Veloz como as estações, “o tempo anda” e temos que acompanhá-lo, também caminhando dia e noite. Foi assim que me vi em João Pessoa/PB para “fertilizar” a minha mente, então concluí o bacharelado em Ciências Contábeis e uma especialização em Auditoria e Controladoria. Além disso, trabalhava ao longo da semana e nos finais de semana, ajudava em casa, cuidava das atividades da faculdade e, também, do manejo das abelhas para somar na renda familiar.

Assim como a dicotomia da aridez do sertão e dos tempos de chuva, eu estava na Paraíba sem muitas perspectivas. Mas, por outro lado, encantado com a beleza daquela cidade e com as pessoas que futuramente se tornariam amigos e amigas. Além do mais, eu estava perto de minha Bahia, perto de Curaçá! Sim, achávamos uma maravilha viver na Paraíba, mas a insegurança e a incerteza nos rodeavam e traziam a vontade de seguir adiante. E assim como ocorre com os retirantes, foi tramada a nossa trajetória: a caminhada para o centro do Brasil, no Tocantins.

Agora, "afogado" em desafios, a sensação que predominava era a de que a qualquer momento eu estaria incluído no índice do desemprego. Prossegui com esperança, paciência e atento às oportunidades, até que ingressei na carreira de professor no Instituto Federal do Tocantins e dei-me à missão de compartilhar conhecimentos. O desafio estava lançado, pois o espaço escolar requer muitas habilidades, requer noção de gestão e entendimento do tripé ensino, extensão e pesquisa. Para um recém-chegado ao posto de professor, a situação era complexa e fazia necessária a busca de qualificação.

Por três anos consecutivos, tentei ingressar no curso de mestrado da Universidade Federal de Goiás e tentei até lograr sucesso! Tive que, com muito esforço, buscar melhorar o inglês exigido para aprovação.

Iniciaram-se as aulas e as conversas com a orientadora, mas meu pensamento de mundo era diferente. Muita leitura foi necessária para ampliar a minha visão, para que eu pudesse enxergar o que está em volta, para pensar os problemas sociais que nos incomodam ou nos instigam investigação. Daí foi uma enxurrada de artigos científicos para leitura, me "enrolava" com eles de domingo a domingo, não dava conta de lê-los todos e compreendê-los também foi um esforço à parte.

Muitas leituras me reportavam a Curaçá-BA, às condições de vida de alguns de seus moradores e, a cada leitura, percebia que muita coisa poderia ser diferente, que não era para ser assim! E isso me fazia viajar no tempo, fazendo relação das leituras com os ribeirinhos de Curaçá, o que às vezes foi me desconcentrando dos estudos.

Com isso, as ideias foram se moldando e deixei de lado o projeto de pesquisa que outrora servira para ingressar na UFG. Foi preciso pensar e reelaborar as ideias para outro projeto, e foi aí que surgiu Jatobá. Na realidade, Jatobá sempre esteve no meu subconsciente desde que cheguei à universidade. Nas minhas primeiras conversas com a orientadora, eu falava do desenvolvimento que chegara à região do Vale do São Francisco e de como viviam os ribeirinhos. Na época, minha visão era de que os ribeirinhos viviam na inércia e que, embora a modernidade estivesse presente, eles se negavam ao (des)envolvimento, pois não

faziam uso das tecnologias em suas áreas de trabalho para produzir seus alimentos. Pensava também que, embora houvesse capacitações para os ribeirinhos, não os via produzindo o que aprenderam, e, embora os bancos lhes disponibilizassem créditos, eles não os acessavam.

O meu olhar era "ignorante", moldado por uma crítica enviesada à lógica da agricultura moderna. Eu era "cego" às causas que provocaram a situação de vida dos ribeirinhos.

Agora sei: não foi escolha dos ribeirinhos. Foi imposta a eles, em nome do (des)envolvimento, uma condição de vida que os inviabiliza de produzirem até mesmo a sua própria comida. Não tinham mais a natureza para reger as condições para o processo produtivo e tornaram-se reféns do sistema, pois, agora as condições eram ditadas pelos técnicos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, os que comandam a hidrelétrica de Sobradinho, que controlam as comportas liberando a passagem das águas do rio São Francisco, e, também, pelos bancos, que disponibilizam financiamentos para acessar tecnologias imprescindíveis à agricultura.

Muito esforço, muita criticidade e muitas leituras me ajudaram a perceber/compreender o que acontece com os ribeirinhos. Tudo é muito complexo para ser desvelado. Por meio da disciplina "Campesinato: horizontes de pesquisa", o tema do projeto foi amadurecido, e voltado para a investigação das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela.

Essas três comunidades possuem características que merecem pesquisa/investigação. O governo militar, no final da década de 1970, estabeleceu no Vale do São Francisco o (des)envolvimento, por meio da implantação da barragem de Sobradinho. Hoje, após quatro décadas, as comunidades da Nova Jatobá, Rompedor e Favela estão ainda praticando agricultura sem o alcance de tecnologias eficientes. A terra foi "castrada" às mãos dos ribeirinhos.

Que (des)envolvimento foi assegurado a esses ribeirinhos para obterem o seu alimento e a sua reprodução social de forma autônoma? Como está a sua Segurança e Soberania Alimentar? A pesquisa tem essa perspectiva: saber o que ficou para esses ribeirinhos após a implantação da barragem de Sobradinho.

Mesmo diante de enormes desafios, ainda vivem nas comunidades da Nova Jatobá, Rompedor e Favela ribeirinhos (as) resilientes que permanecem enfrentando os obstáculos para produzirem alimento e comercializá-los na feira de Curaçá (que acontece às segundas-feiras), e assim vão permanecendo firmes em seu lugar de origem.

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, foram realizados diversos investimentos em infraestrutura na região do Vale do Submédio do São Francisco, com a construção da hidrelétrica de Sobradinho, a expansão de malhas rodoviárias, a implantação de projetos de irrigação e a eletrificação rural. Esses empreendimentos foram fixados com o propósito de promover desenvolvimento regional, e contaram com projetos vindos principalmente das regiões Sul e Sudeste do Brasil, que instalaram na região empresas para produção da fruticultura. Na mesma época, a empresa Agrovale, do Nordeste, já desenvolvia atividade sucroalcooleira na região.

Essa busca por autossuficiência energética e regularização das vazões no Rio São Francisco, por iniciativa do governo Federal, ocorreu há aproximadamente quatro décadas, tendo a implantação da usina hidrelétrica de Sobradinho/BA como marco principal. No entanto, apesar da produção energética e do crescimento da fruticultura irrigada, que atualmente alcança mercados internacionais, a implantação da hidrelétrica de Sobradinho alterou o ciclo das águas do Rio São Francisco.

Antes da construção da hidrelétrica, no período das chuvas (entre os meses de dezembro e março), a vazante[1] do rio ficava submersa e somente a partir do mês de abril, com a interrupção das chuvas, iniciava-se o retorno das águas conforme o curso normal do rio. À medida que as terras ficavam descobertas, os ribeirinhos trabalhavam para produção de alimentos para o consumo familiar. No entanto, com o represamento das águas do rio, esse ciclo foi interrompido, alterando as formas de cultivos das famílias.

Na década de 1960, período que antecede a construção da hidrelétrica de Sobradinho/BA, as famílias ribeirinhas tinham como atividade principal a produção de alimento com “agricultura de vazante”, além da caça, a pesca e o extrativismo. No entanto, a construção da hidrelétrica apresentou diversos impactos socioambientais e econômicos na região. Os ribeirinhos foram impactados diretamente - não só os que tiveram que sair de suas terras, como também os que permaneceram. Estes tiveram o seu meio de produção agrícola modificado: se antes desenvolviam o seu cultivo de alimentos em vazantes, tiveram que adotar sistema de irrigação, uma vez que a lâmina d’água do rio permanecia estável ao longo do ano, não havendo mais inundação das vazantes e lagoas.

[1] A expressão “vazante” é usada aqui para além de fenômeno, alcançando a dimensão de lugar; referindo-se a terras situadas às margens do Rio São Francisco, onde os ribeirinhos cultivam seus alimentos.

A vida dos ribeirinhos teve uma significativa mudança, e foi desconstruído todo um modo de produção desenvolvido com os conhecimentos repassados por seus ancestrais, que consistiam na relação sinérgica com as condições edafoclimáticas. Com a implantação da barragem, o ciclo das águas foi alterado, tornando os ribeirinhos dependentes de novas condições ambientais e de recursos financeiros para produzir os seus alimentos. A irrigação tecnificada, nunca antes utilizada, e com técnicas até então desconhecidas pelos ribeirinhos, tornou-se agora necessária. Como agravante, implantar irrigação requer orientação técnica e de recursos financeiros, não apenas para a sua implantação, mas também para que o seu funcionamento seja mantido. Orientação e recursos que não estão ao alcance das famílias.

A pesquisa consiste em procurar compreender como vivem as famílias das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela ao longo de quatro décadas de funcionamento da hidrelétrica de Sobradinho diante do modelo de desenvolvimento posto na região do Submédio do São Francisco, caracterizando como elas estão produzindo seus alimentos e qual seu *status* da segurança e soberania alimentar.

Para tal, pretende-se compreender os efeitos da implantação da hidrelétrica de Sobradinho com relação à segurança alimentar das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela, verificando: a) o acesso das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela aos meios de produção (terra, água e capital); b) se os ribeirinhos foram beneficiados por políticas públicas, ações de investimentos em infraestrutura e créditos para agricultura irrigada; c) as relações socioprodutivas locais.

A presente dissertação está dividida em três capítulos: O primeiro, “Trajetória teórica e metodológica”, é dedicado a esclarecer os métodos de investigação empregados pelo autor. O segundo, intitulado “Caracterização das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela: memórias, água e terra”, retoma as memórias de como as comunidades estudadas se organizavam antes da implantação da hidrelétrica de Sobradinho, e as contrapõe com a atual situação de acesso à terra e aos recursos hídricos. O terceiro capítulo, intitulado “Efeitos do (des)envolvimento sobre Nova Jatobá, Rompedor e Favela” indica a percepção dos próprios ribeirinhos sobre os impactos da implantação da hidrelétrica de Sobradinho.

1 TRAJETÓRIA TEÓRICA E METODOLOGIA

Águas e mágoas do rio São Francisco
(*Carlos Drummond de Andrade*)

[…] Não escutas, ó Chico, as rezas músicas
dos fiéis que em procissão
imploram chuva?
São amigos que te querem,
companheiros que carecem
do teu deslizar sem pressa
(tão suave que corrias, embora tão artioso
que muitas vezes tiravas
a terra de um lado e a punhas
mais adiante, de moleque).
É gente que vai murchando
em frente a lavoura morta
e ao esqueleto do gado,
por entre portos de lenha
e comercinhos decrépitos;
a dura gente sofrida
que carregas (carregavas)
no teu lombo de água turva
mas afinal água santa,
meu rio, amigo roteiro
de Pirapora a Juazeiro.
Responde, Chico, responde! […]

Firme! O ribeirinho está de pé sobre o talude do reservatório seco, que fora construído para irrigar as terras ao fundo da foto anterior (que a vista alcança até a Serra do Icó), e do qual ficou apenas o sonho. A esperança se renova a cada alvorecer para retomada dos trabalhos como nos tempos de outrora, quando as águas do rio São Francisco chegavam sobre as várzeas e os ribeirinhos vibravam de alegria pelo momento de iniciar os cultivos, numa felicidade geral que se contagiava com o aparecimento das gaivotas, cuja presença era o anuncio de que estava na iminência de ouvirem-se os gritos e o chiar das enxadas sobre o solo das várzeas. O rio despertara e começara a vazar, propiciando à terra receber as sementes.

1.1 Revisão de literatura

A implantação de alguns "projetos de desenvolvimento" ocorre com elevados custos sociais e ambientais locais. No caso da efetivação da hidrelétrica de Sobradinho no Submédio São Francisco na década de 1970, a utilização da água para irrigação em grande escala possibilitou que na paisagem da região, em especial da Bahia, ocorresse uma agricultura irrigada em dimensão comercial, que abastece os mercados nacional e mundial. Fortaleceu-se a produção de frutas a exemplo da uva, da manga e do coco, além da cana-de-açúcar para produção de açúcar e etanol. Por outro lado, os produtos locais como a mandioca, a batata, o milho, o feijão, a abóbora, a rapadura e até mesmo a carne de caprinos e ovinos permaneceram sob a prática de agricultura de subsistência das famílias camponesas (GONÇALVES, 1997).

Nesse sentido, os ribeirinhos foram vitimados pela implantação da usina hidrelétrica de Sobradinho e da política de expansão da agricultura no Norte da Bahia, que foi dirigida pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Esses pequenos e médios camponeses que desenvolviam atividades extrativistas, de pesca, de caça, criação de gados caprinos, ovinos, bovinos, numa prática de fundo de pasto, tiveram suas terras desapropriadas sem receber indenização. Apenas receberam benfeitorias que eram nada mais que uma casa rústica (de taipa, construída com madeira e barro), cacimba, tanque, curral cercado por palma e um pequeno roçado construído com varas ou galhas. Esse tratamento dado pela CODEVASF, segundo a mesma, foi em virtude daqueles camponeses não serem proprietários das terras, tão somente posseiros (GONÇALVES, 1997).

Sabe-se que, na agricultura de grande escala, não existe espaço para as pessoas que não se apresentam ao mercado como produtores e ou consumidores eficientes. Portanto, milhões de brasileiros que não possuem lastro econômico nem acesso a uma economia de

mercado são excluídos da possibilidade de produzir (PASTORAL DOS REASSENTADOS, 1995).

Porto-Gonçalves (2012) esclarece a ideia de desenvolvimento, explicado que:

> A ideia de desenvolvimento, tal como existe na sociedade moderno-colonial, pressupõe a dominação da natureza, mas, para isso, é preciso que se construam determinadas condições jurídicas e políticas para que as técnicas de dominação da natureza possam se desenvolver.
> Assim, des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, separá-los entre si, individualizando-os (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 39).

Sobre os projetos de construção de barragens na perspectiva do (des)envolvimento, Ioris (2005) entende que:

> Um esforço nacional comandado pelo Estado foi responsável pela construção de grandes barragens, regularização de rios e controle do regime hidrológico. Gradualmente, em razão de impactos e desperdício, as contradições da expansão hídrica transformaram uma situação de relativa abundância em relativa escassez. Com recursos progressivamente mais escassos e o agravamento da degradação ambiental em todas as regiões brasileiras, os custos de produção passam a crescer proporcionalmente. Ao mesmo tempo, o poder público passou a ser pressionado pelas classes médias, as quais começam a sentir diretamente o efeito dos impactos ambientais que historicamente apenas afetavam as parcelas mais pobres da população. Paralelamente, há uma busca por novas alternativas de acumulação de capital que possam se beneficiar de mudanças nos processos de apropriação e consumo dos recursos sócio-naturais (IORIS, 2005. p. 129).

Desta forma, o (des)envolvimento esperado com a implantação da hidrelétrica de Sobradinho não alcançou os pequenos produtores, que tiveram seus custos de produção aumentados. No Vale do São Francisco, ocorreu a apropriação dos “bens comuns naturais” para produção de riqueza que não se destina aos sujeitos do lugar: “Terra e água passam a ser, de forma conjunta, apropriadas para se transformarem em mercadorias, ao invés de serem consideradas bens públicos, conforme as necessidades humanas” (MENDONÇA, 2015, p. 5).

As comunidades ribeirinhas do Submédio do São Francisco, que tradicionalmente desfrutaram da riqueza do rio São Francisco, enfrentam agora a problemática de verem os centros urbanos e a agricultura capitalista sufocar o rio com esgotos, com suas captações de águas e produção de energia elétrica. Tudo isso em detrimento da vida de todo o ecossistema. Nesse cenário, nem todas as famílias que labutam para produzir seus alimentos conseguem acessar as tecnologias de irrigação que facilitem sua dinâmica de trabalho, uma vez que a renda familiar não é suficiente para essas aquisições.

Após a agricultura irrigada, o território foi tomando outra característica, com uma paisagem de vegetação cinza. No âmago desta, emergiu o verde da fruticultura que contrasta com a Caatinga, apresentando “peças” de um “mosaico” de diversidade de culturas, cujas extremidades são o cinza da Caatinga e o azul das águas do rio São Francisco. Nesse espaço, estão outros sujeitos que se “misturam” com os ribeirinhos, mas não se confundem com eles. E dessa forma, conforme Brandão (2007b, p. 39), “[…] altera a vida de paisagens e de pessoas […]”. Vê-se, então, que as antigas paisagens de vidas de vegetais e de animais endêmicos da região foram substituídas por cana-de-açúcar, manga, uva e coco; e as pessoas, que se relacionavam de forma familiar e mútua através trocas de simples, agora dependem da relação patrão-empregado.

1.1.1 A acumulação de capital no Submédio São Francisco

A mobilidade para que ocorra a acumulação do capital tem à sua disposição os elementos imprescindíveis para o crescimento dos seus negócios. Tem a seu favor os investimentos públicos e privados, a obtenção de terras férteis, localizadas em lugares estratégicos, contando com logística adequada e mão-de-obra barata, o que potencializa os processos de acumulação. O êxito do empreendimento, como um todo, exige a segurança de água, seja superficial (rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos), por intermédio, via de regra, de represamentos de cursos d’água, seja subterrânea, principalmente de aquíferos e/ou com regularidade da precipitação adequada às demandas do ciclo vegetativo da cana-de-açúcar, frutas, soja, dentre outras (THOMAZ JÚNIOR, 2010).

Concordando com Thomaz Júnior (2010), o Submédio do São Francisco, apresenta-se como um ambiente propício para acumulação do capital via atividades agrícolas. É um território que possui características propícias para a agricultura, pois dispõe de boa luminosidade solar, água e energia elétrica para irrigação em virtude da hidrelétrica de Sobradinho e de mão-de-obra dos camponeses da região. Esses recursos são essenciais para produção agrícola em grande escala, atraindo empreendimentos para a região.

A Política Agrícola Comum é norteada pela eficiência produtivista e a competitividade internacional, principalmente no âmbito do mercado europeu, com a subtração da riqueza do Polo Juazeiro/Petrolina, na medida em que adquire o controle da terra, da água e de todas as etapas da produção no campo, por meio da imposição do selo de certificação, como determinante à livre circulação da mercadoria no mercado europeu (SOUZA, 2013).

Essa mobilidade do capital, com o estabelecimento de empreendimentos agrícolas no Vale do São Francisco, provoca ao mesmo tempo a mobilidade dos sertanejos para os projetos irrigados e/ou pendulares. Permanece assim, a precarização das condições de vida dos sujeitos da região. De certa forma, isso desestabiliza toda situação de vida dos ribeirinhos e dos caatingueiros[2], que se proletarizam ou se mantêm resilientes, vivendo em seu meio.

Sobre camponês caatingueiro Dourado (2015) faz a seguinte definição:

> Entende-se por camponês caatingueiro os sujeitos que vivem no campo, na região semiárida, compreendendo os barranqueiros, geraizeiros, pescadores e os que vivem em áreas distantes dos rios, com pouca ou sem-terra, sendo caracterizados por práticas socioculturais distintas, porém hibridizados e amalgamados pelas tramas espaciais intrincadas na própria dinâmica do "ser" camponês. (DOURADO, 2015, p. 48).

A configuração da exploração atual não se dá plenamente pela força bruta, mas com instrumentos que precarizam a vida dos camponeses, ignorados e desassistidos pelo Estado. "Neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização" (CUNHA, 1969, p. 99).

1.1.2 Cultura Ecológica

A preocupação ecológica no Brasil emerge na década de 1970 e Porto-Gonçalves (2006) diz sobre o que provocou esse movimento: "Tecnocratas brasileiros, participantes de seminários e colóquios internacionais, declaram que a 'pior poluição é a da miséria' e tentam atrair os capitais estrangeiros para o país". (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 15). Por outro lado, "os ecologistas faziam movimentos contrários às empresas multinacionais aqui implantadas para gerar o desenvolvimento. Para as elites empresariais e tecnoburocráticas, a maioria dos ecologistas são românticos e contra o progresso e o desenvolvimento" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 15).

Diante das mazelas ambientais e da miséria das populações rurais, o mesmo autor diz que:

---

[2] Caatingueiros, nesse caso, são os camponeses que vivem afastados da margem do rio São Francisco. Convivem com escassez de água por um longo período do ano. Desenvolvem a atividade pecuária de fundo de pasto (uso da terra comum). A agricultura é pouco aplicada, uma vez que dependem das chuvas e as mesmas são irregulares, trazendo geralmente a estes a perda da cultura por falta de chuva, não se completando a colheita dos produtos agrícolas, o que desmotiva a prática dessa atividade.

> O movimento ecológico brasileiro não pode ficar indiferente à miséria em que vive a maior parte da nossa população e esse é um desafio que dá uma certa especificidade ao movimento ecológico entre nós - isso não significa que se deva fazer vista grossa ante a desenfreada utilização da agroquímica com o objetivo de propiciar o aumento da produção agrícola. Ao contrário, deve-se propugnar por uma reforma agrária que incorpore outros princípios tecnológicos e que não coloque, inclusive, os camponeses e demais agricultores na extrema dependência dos bancos e das indústrias de agrotóxicos. Sabe-se que não é mera casualidade o fato de que um dos diretores do Banco do Brasil, instituição responsável por mais de 80% do crédito agrícola no país; seja executivo de uma das maiores fábricas de produtos agroquímicos aqui instaladas. Considere-se também que a indústria bélica, a que mais cresceu na década de 1970, não é a única forma de gerar emprego para os trabalhadores brasileiros. Do mesmo modo, a defesa da Amazônia não ocorre porque é considerada um santuário intocável, mas sim pelo reconhecimento de que há mais de dez mil anos ali vivem povos indígenas e, há pelo menos um século, posseiros e seringueiros que fazem uso da floresta sem a destruir (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 16-17).

Ao problematizar a privação em que vive parte da população, e a importância do convívio com os recursos naturais de forma sustentável, o próprio autor considera que os problemas ambientais não são meramente isolados, mas, estão relacionados à forma de obtenção de renda, aos arranjos produtivos adotados e às relações socioprodutivas construídas em determinado bioma.

Desta forma, Harvey (2011) expressa como diferentes arranjos impactam as maneiras de viver das comunidades:

> Paisagens humanas com diferenças geográficas são assim criadas nas quais as relações sociais e os sistemas de produção, os estilos de vida diária, as tecnologias e as formas organizacionais, as distintas relações com a natureza se reúnem com arranjos institucionais para a produção de locais com diferentes qualidades. Tais lugares são, por sua vez, marcados por distintas políticas e maneiras de viver (HARVEY, 2011, p. 123).

Da mesma forma, a relação com os recursos hídricos é complexa e requer sensibilidade para que seja praticada em moldes sustentáveis. Nesse sentido, a Lei nº 9.433/97 institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal. A Lei em questão determina que a gestão dos recursos hídricos no País deve ser realizada de forma descentralizada e participativa, envolvendo o poder público, os usuários de recursos hídricos e as comunidades (ANA, 2011).

Segundo o Relatório Missão do São Francisco (2010), o Velho Chico representa cerca de 60% das reservas de água do nordeste brasileiro, percorrendo cinco estados e banhando 504 municípios. No entanto, sofre degradação ao longo do seu percurso até a foz. Os próprios números expressam a importância desse rio para a sustentação do semiárido

baiano. Por isso, a esfera ecológica, vista de maneira mais ampla, englobando questões sociais, culturais e ambientais, deve assumir lugar de destaque na gestão dos recursos naturais.

1.1.3 Cento e quarenta anos da expedição de Sampaio na foz do Rio São Francisco

Em outubro de 2019, completaram-se 140 anos da passagem de Sampaio (1905) pela cidade de Curaçá, em outubro de 1879. Ele navegou pelo rio São Francisco analisando as populações locais:

> Homens seminus que cantam no rio cantiga monótona de barqueiros, levando suas longas varas ferradas e sobre elas apoiado os peitos e assim fazer a embarcação navegar de encontro a corrente. Vê entre esses homens todas as matizes da população brasileira. O caboclo legítimo, o negro crioulo, o cariboca, misto do negro e do índio, o cabra, o mulato, o branco tostado de cabelos castanhos e as vezes ruivo, todas as raças do continente e os produtos dos seus diversos cruzamentos estão ali representados. Daqui, rio acima, em ambas as margens não falta moradores. (SAMPAIO, 1905, p. 31).

Nota-se que o autor descreveu a variabilidade genética existente nas populações observadas, chegando a dizer que todas as raças estavam ali representadas. Ao mesmo tempo, registrou também suas impressões sobre a vegetação das margens do rio São Francisco:

> A vegetação pelas margens difere apenas em alguns tipos vegetais novos, mas ainda assim, o horizonte da caatinga onde imperam o mandacaru, o xique-xique, o quipá, o cardo cabeça de frade, a macambira, a jurema, a favela, a quixaba, o imbú, o angico, a imburana, vem quase até a borda da torrante e participa-lhe das umidades, ao menos uma vez por ano, quando ela desce impetuosa dos montes banhados pelas chuvas de verão. (SAMPAIO, 1905, p. 23).

Percebe-se nas afirmações de Sampaio (1905) que as margens do rio possuíam matas ciliares conservadas, e até mesmo a carnaubeira, que um primeiro momento não foi citada, recebeu menção em um trecho à frente: “[…] aparecem agora a meúde, de Boa Vista para cima, os bosques de carnaúbas, assinalando quase sempre um solo salgado, que os moradores exploram, lavando, coando e evaporando para apurarem o sal” (SAMPAIO, 1905, p. 35).

Além de descrever a aparência das pessoas e da vegetação, Sampaio (1905) observou que, diferentemente da atual realidade, a população vivia alheia às leis econômicas, produzindo apenas o necessário para viver. Atualmente, os ribeirinhos sentem a necessidade de capitalizar-se para conseguir produzir alimentos; por outro lado, a observação feita por Sampaio (1905) há mais de um século foi:

> Nestes sertões, o homem pobre nunca é suficientemente pobre que precise viver do salário. O mundo aqui é largo de mais para que se faça sentir a pressão das necessidades.
> A natureza prodiga não deixa haver a verdadeira pobreza que force a trabalhar e que obrigue e mantenha a disciplina pela necessidade de viver.
> Não há aqui, tampouco, estímulos para capitalizar. Vive-se bem, vive-se ao natural, sem cuidados pelo futuro, porque a pobreza aqui não aterra ninguém.
> O rio é um enorme viveiro, onde o peixe não escasseia jamais, assim como nas caatingas e as matas marginais um imenso e inesgotável tesouro [...]. (SAMPAIO, 1905, p. 62).

Quanto à qualidade do rio, Sampaio (1905) afirma que quando desembarcou e foi até as residências dos ribeirinhos às margens do rio, encontrou moças sentadas em esteiras de palhas fazendo renda. Constatou o quanto é sublime a água do São Francisco para os ribeirinhos, pois "a um canto, estava um pote cheio d'água que se ia buscar ao rio, cuja qualidade todos nos gabavam, pois é crença geral que a água do São Francisco não se corrompe" (SAMPAIO, 1905, p. 33).

Esta pesquisa procura, então, evidenciar as contradições que o paradigma de desenvolvimento no Vale do Submédio do São Francisco tem apresentado, tanto no aspecto da degradação ambiental como na autonomia dos ribeirinhos das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela.

1.2 Caminhos metodológicos

A presente pesquisa tem caráter participativo, a metodologia empregada se baseou na premissa de que o sujeito colaborador é o marco principal da pesquisa, sendo ativo na construção coletiva do conhecimento. Foi empregada uma abordagem qualitativa, mediada por pesquisa de campo instrumentalizada por meio de entrevistas semiestruturadas, anotações em caderno de campo, observação da realidade das famílias, memorização das conversas, visitas às residências e aos lugares de labuta, locais em que os diálogos e o aprendizado foram constantes.

Trinta famílias foram pesquisadas nas três comunidades, num total de 151 pessoas. Foram 14 famílias da comunidade Nova Jatobá, 8 de Rompedor e 8 de Favela (Tabela 1). No total, Nova Jatobá, Rompedor e Favela, possuíam, respectivamente, 42, 24 e 23 famílias, em janeiro de 2019 (dados obtidos com agentes de saúde do município).

Tabela 1 – Quantitativo de famílias e número de pessoas participantes da pesquisa

Comunidades	**Número de Famílias**	**Número de Famílias pesquisadas**	**Porcentagem de famílias pesquisadas em relação ao total de famílias**
Nova Jatobá	42	14	33%
Rompedor	24	8	33%
Favela	23	8	33%
Total	89	30	33%

Elaborado pelo autor (2019).

Os trabalhos de campo tiveram seu início com a pesquisa exploratória no período de 21 de dezembro de 2018 a 23 de janeiro de 2019, inicialmente, foi mantido contato com as pessoas das comunidades com quem já havia uma afinidade prévia, e com Edilson Pereira da Silva, à época presidente da Associação da Nova Jatobá, o qual motivou a participação das pessoas na pesquisa. Ressalta-se que é imprescindível a participação da comunidade, formada pelos ribeirinhos das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela, para realização deste trabalho.

A pesquisa intencionou conhecer as relações sociais da comunidade, como aconteciam as interações entre os sujeitos, como se dava a ajuda mútua entre eles, como acontecia o acolhimento por parte da comunidade quando alguém necessitava, como se davam os seus festejos, suas tradições, as religiões presentes, o nível educacional e o associativismo. No que diz respeito às relações de trabalho, buscou-se entender com era realizado o labor diário nas plantações, como se dava o plantio, a aquisição das sementes, das manivas e ramas de batata. No tocante à produção de alimentos, questionou-se se toda ela era destinada ao consumo, se era preciso dividir pela metade, ou se havia pagamento da renda da terra.

Em virtude das alterações ocorridas com a instalação da hidrelétrica de Sobradinho, foram questionados aspectos da relação homem-natureza, tais como interação e criação dos animais, o estado de conservação do rio São Francisco e das matas ciliares.

Para a pesquisa de campo, o deslocamento de Goiânia para a Bahia se deu no dia 08 de maio de 2019. No dia 09, já estando em Curaçá, fiquei aguardando o parecer de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa para poder dar início à aplicação das entrevistas e dos formulários semiestruturados. No dia 21 de maio de 2019, recebemos a aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP, sob o número 3.337.368 de 21/05/2019. A partir dessa data, pude iniciar a pesquisa e dar-me conta de que nos formulários elaborados para as conversas com os(as) ribeirinhos(as) existiam perguntas repetidas que antes da aplicação não percebera, o que causou um desconforto ao efetivar as perguntas. Portanto, para assegurar a

agilidade dos trabalhos sem comprometer a qualidade das entrevistas, foi preciso flexibilizar a forma de fazer as perguntas, pois uma vez que já se tinha obtido a resposta anteriormente, dispensava-se que fosse realizada uma pergunta similar no formulário.

Os trabalhos aconteceram numa jornada árdua, inclusive aos sábados e domingos, uma vez que havia famílias trabalhando durante os dias de semana nas culturas da uva, da manga e do coco.

Houve momentos em que as entrevistas foram longas, principalmente com as pessoas de idade avançada, com mais de 70 (setenta) anos de vida, sendo 03(três) casais de Rompedor, 03 (três) de Nova Jatobá e 02 (dois) de Favela. Em alguns casos, o pesquisador permaneceu uma manhã inteira ouvindo-os falarem, às vezes tomando anotações para compreender situações complexas, como aquelas referentes aos trabalhos nas roças, relevantes à pesquisa. Esses contatos se repetiram com essas pessoas em outros momentos de forma breve, mas oportunos, sempre trazendo mais novidades.

A possibilidade de delimitar o tempo das entrevistas em 30 (trinta) minutos por família, como estava previsto no projeto, não se sustentou, e foi preciso flexibilizar e deixar-se mais à vontade no tempo, o que possibilitou maior interação com os(as) ribeirinhos(as), incluindo convites para tomar um cafezinho com beiju, sentar-se à mesa com eles para almoçar, ou receber frutas para levar para casa. Não convinha negar-se à gentiliza deles. E todo aquele momento era preenchido com muita conversa, sendo necessário prestar muita atenção ao que eles tinham a dizer.

De certa forma, causou preocupação a possibilidade de não se realizar o número estimado das entrevistas programadas, mas em contato com a minha orientadora, tive as orientações de como proceder e entendi que o campo requer demasiada atenção. Pude perceber que aquele tempo disponibilizado não se dava com todos(as) os (as) participantes, sendo esse fato normal e, com o passar do tempo, fui sentindo mais tranquilidade com relação às abordagens.

Para Gabarrón e Landa (2006), o processo de pesquisa participativa pode manifestar nas pessoas uma autoconfiança e percepção de seus recursos, tornando-as seguras de si mesmas. É um procedimento de pesquisa científica em que as pessoas envolvidas no trabalho possibilitam uma análise objetiva e real da realidade social, na qual o pesquisador é partícipe e aprendiz empenhado no processo (GABARRÓN e LANDA, 2006).

Minayo (2001, p.21 e 22), ao falar sobre pesquisa qualitativa, diz:

> [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto ao emprego da metodologia qualitativa em pesquisa social, Richardson (1999) diz que:

> Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p.80).

A metodologia utilizada atendeu de forma satisfatória os objetivos traçados, permitindo a interação com as famílias das comunidades pesquisadas e o estabelecimento de elo e dinâmica com elas, uma vez que os participantes se expressaram e manifestaram seus sentimentos com opiniões e possibilidades para um viver melhor para eles.

Aconteceram também coletas de dados primários e secundários através da Lei de Acesso a Informação (LAI), utilizando a rede de internet para acessar os órgãos governamentais, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), o Ministério da Educação (MEC), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Banco do Nordeste, Fundação Cultural Palmares. As informações dessas fontes estão nos anexos C a J.

Considerando a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foi pesquisado o comportamento das aquisições da alimentação escolar junto às famílias das Comunidades estudadas. Os dados foram coletados no Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio das informações disponibilizadas na sua página, o qual está sob a direção do Ministério da Educação (MEC).

Buscou-se saber sobre os repasses referente ao período de 2011 a 2017, verificando o comportamento do percentual das aquisições da Alimentação Escolar de origem da Agricultura Familiar, do Município de Curaçá-BA.

1.2.1 Caracterização das comunidades e áreas estudadas

O município de Curaçá situa-se no Norte do Estado da Bahia, à margem direita do rio São Francisco (Figura 01), e está inserido no Bioma Caatinga, na região semiárida brasileira, com precipitações inferiores a 750 mm. Geralmente, o período das chuvas é de janeiro a março. Curaçá possui uma área de 6.442 km² e uma população de 32.165 habitantes (IBGE, 2010). Dista da capital Salvador/BA 587 km.

No passado, Curaçá era habitada pelos índios Urucuius da nação Tapuia. A denominação da palavra 'Curaçá', no dialeto tupi significa 'paus trançados' ou 'Cruz'. Em 06 de julho 1853, a sede do município foi transferida para a povoação de Capim Grosso, atual Curaçá (CURAÇÁ, AGENDA 21, 2004, p. 7).

O recorte espacial da pesquisa são 03 (três) comunidades ribeirinhas do referido município, denominadas Nova Jatobá, Rompedor e Favela, que têm suas atividades agrícolas desenvolvidas às margens do rio São Francisco e na Ilha Jatobá, denominação do IBGE e pelos ribeirinhos de Ilha da Capivara, cuja localização está representada na figura 1.

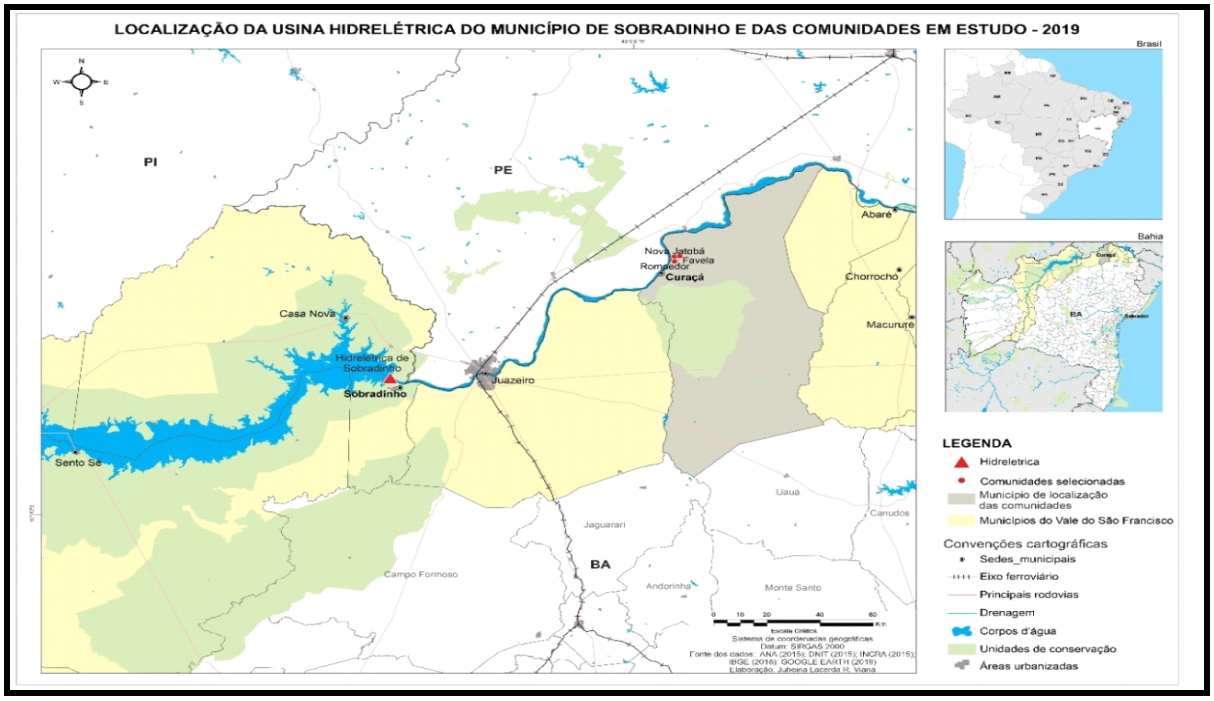
Figura 1 - Localização da Ilha Jatobá, denominada pelos ribeirinhos de Ilha da Capivara

Elaborado por: Juheina Lacerda R.Viana (2019).

A Figura 2 apresenta o mapa do rio São Francisco, desde o lago e a hidrelétrica de Sobradinho até as três comunidades estudadas.

Entre os municípios da Bahia, Juazeiro se destaca como polo da fruticultura na região baiana do Vale do São Francisco, e é onde se encontram os projetos de irrigação implantados pela CODEVASF.

Figura 2 – Localização do município de Curaçá, da barragem Sobradinho e das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela



Elaborado por: Juheina Lacerda R.Viana (2019).

A imagem apresenta a montante da hidrelétrica o seu corpos d'água, o qual impactou com a submersão das cidades de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé e, a diversidade de vidas que estavam quilômetros de distância das margens do Rio São Francisco, a jusante, no município de Curaçá as comunidades ribeirinhas de Nova Jatobá, Rompedor e Favela, que sofrem com os efeitos da barragem com o fim do ciclo das águas que comprometeu o modo de cultivo dos seus alimentos.

1.2.2 Pesquisa de campo

Em campo, foram feitas entrevistas e aplicados formulários semiestruturados, e adotou-se a realização de visitas *in loco* nas residências e nas parcelas dos cultivos, ocasião em que foram feitos registros fotográficos. A pesquisa foi de alcance amostral, com aplicação de entrevistas semiestruturadas para 30 famílias das Comunidades, sendo: 14 famílias da

Nova Jatobá, 8 famílias da Rompedor e 8 da Favela. Estes números representam aproximadamente 33% das famílias de cada Comunidade.

A pesquisa aconteceu, num primeiro momento, de forma exploratória e, posteriormente, com a produção de informações. O quadro 1 indica as datas e etapas da pesquisa.

Quadro 1 - Calendário das atividades de campo

Datas de campo	Pesquisas
21/12/18 a 23/01/19	Exploratórias
21/05/19 a 27/05/19	Produção de informações, diálogos, aplicação de formulário.
15/11/19 a 25/11/19	Ajustes dos dados coletados com sugestões da banca de qualificação da dissertação.

Elaborado pelo autor (2019).

Na etapa exploratória, foi possível conversar com os ribeirinhos das Comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela. Foi um momento importante para esclarecimentos e entendimentos de como eles produziam seus alimentos no período antes da construção da Hidrelétrica de Sobradinho na década de 1970 e as mudanças ocorridas até essa década de 2019.

O roteiro das entrevistas foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no dia 28 de fevereiro de 2019 e teve sua aprovação no dia 21 de maio de 2019. O roteiro das entrevistas encaminhado ao CEP está na apresentação das variáveis, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Apresentação das variáveis estudadas quanto aos produtos cultivados, dados da família e da estrutura econômica

PRODUÇÃO	FAMÍLIAS	ECONÔMICAS
Tamanho da área disponível para cada família.	Tamanho das famílias.	- A área de terra contempla toda à família.
Produtos cultivados e criação de animais	Escolaridade dos integrantes da família.	- O excedente da produção é comercializado – na feira livre, mercadinhos e outros.
O produzido atende à família e sua reprodução social.	Idade dos integrantes da família.	- A família vive de sua produção agrícola ou seus membros são assalariados, diaristas, meeiros, outros.
Disponibilidade (acesso) de água para produção agrícola e para criação de animais.		- Formas de aquisição da terra: herança, compra, arrendamento, posse, outras.

Elaborado pelo autor (2019).

Por meio de consultas, os dados foram coletados com uso das entrevistas e anotados em formulário próprio e no caderno de campo. As famílias foram visitadas em suas residências e convidadas a participarem da pesquisa. Homens, mulheres e jovens foram ouvidos atentamente. A Figura 3 mostra o detalhe de parte do percurso percorrido pelo pesquisador, retratando um dia chuvoso, raridade para o mês de maio. A Figura 4 mostra a bicicleta utilizada para deslocamento do pesquisador.

O percurso de todas as viagens aconteceu com tranquilidade, sem nenhum incidente, somente o desgaste físico pela falta de preparo causou incômodo. Corriqueiramente foi possível encontrar no caminho algum ribeirinho da comunidade indo para Curaçá, levando algum produto da roça para realizar trocas simples.

Figura 3 - Estrada de chão a caminho de Jatobá

Autor (2019).

Figura 4 - Bicicleta utilizada para campo

Autor (2019).

A partir da realização das entrevistas e da utilização do formulário semiestruturado, foram registradas os depoimentos dos participantes por meio da escrita no caderno de campo, anotando seus relatos e suas experiências na busca do resgate histórico. Além disso, foi possível verificar como e o que eles produziam e produzem para alimentação e reprodução familiar, e como se dá a plasticidade do trabalho, diante das contratações para trabalhar nas culturas da manga, da uva, do coco, e também das culturas temporárias (anuais) a exemplo do melão, da melancia, da cebola, dentre outras.

De forma conjunta, pesquisador e pesquisados levantaram elementos que fortaleceram a pesquisa de forma a pensar sobre a problemática local com a qual eles convivem. Por exemplo, a posse de pouca terra, a inacessibilidade à irrigação que otimizaria o trabalho na terra (primordial para diversificar as atividades e aumentar os meios que assegurem a segurança e soberania alimentar, básicas para a reprodução familiar), e a

necessidade de políticas públicas que ampliem o mercado para os ribeirinhos comercializarem seus produtos. Esse contato direto com os participantes a cada encontro foi primordial para o estabelecimento de confiança.

Ainda sobre pesquisa participante, Pessôa (2018) diz:

> A realidade social é o foco do pesquisador. A observação necessita de uma teoria, os textos refletem o contexto político e a objetividade está delimitada pelo comprometimento do sujeito com a realidade em que vive. As pesquisas tendem a reconhecer uma pluralidade cultural, abandonando a autoridade única do pesquisador para reconhecer a participação efetiva dos participantes. Todos passam a ter voz na pesquisa (PESSÔA 2018, p. 10).

Procurei manter a identidade dos participantes da pesquisa, apresentando seus primeiros nomes, fazendo dessa forma, que eles e elas não ficassem no anonimato, houve o consentimento deles para que assim procedesse. Para análise dos muitos dados coletados na pesquisa, foram utilizadas ferramentas como tabelas do word e planilhas do excel, que serão apresentadas nos capítulos seguintes.

2 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NOVA JATOBÁ, ROMPEDOR E FAVELA: MEMÓRIAS, ÁGUA E TERRA

O Cio da Terra
(*Milton Nascimento*)

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel

Os ribeirinhos vivem em plena relação com a terra, com a água, com os vegetais, com os animais, tudo estabelecido pela presença do rio São Francisco, a fonte para suas existências. É dele que os ribeirinhos, com simplicidade e interação, se organizam e fazem brotar da terra os seus alimentos, que são colhidos e processados, seja na presença de um sol escaldante ou de um céu estrelado. A animação se manifesta em tiradas de versos, cantigas, gritos de entusiasmos (iquiôoo)[3], gargalhadas e brincadeiras durante e depois da labuta.

Nas comunidades há momentos de dores, choros e alegrias, conexão com a espiritualidade, danças, rezas, orações e viagens em busca de suprimentos. Além disso, os conflitos que naturalmente acontecem, por interesses de uns em detrimento de outros, ocasionam contrariedades. E após a implantação da hidrelétrica de Sobradinho, o (des)envolvimento silenciou todo o povo, trouxe de fato a assombração - não como as dos causos de contos de quem já foi para a "outra vida", mas a dos vivos, aquela que traz consigo as amarras que tornam os ribeirinhos dependentes; eles que buscam firmar sua autonomia.

2.1 A luz das memórias sobre a formação das comunidades

O senhor Valdemar, já falecido, antigo morador da comunidade Nova Jatobá, é um personagem que desfruta do respeito e da admiração da população local, não apenas por suas habilidades artísticas, mas também por ter contribuído com as memórias sobre a formação da Comunidade. Segundo lembram, a fala dele era de que as primeiras pessoas a chegarem no povoado, no ano de 1905, vieram de Pernambuco, fugindo da escravidão, sendo os senhores Antônio Lopes, Domingos Lopes e Francisco Coalhada, este último trazendo consigo o seu filho, Leandro Torquato Costa.

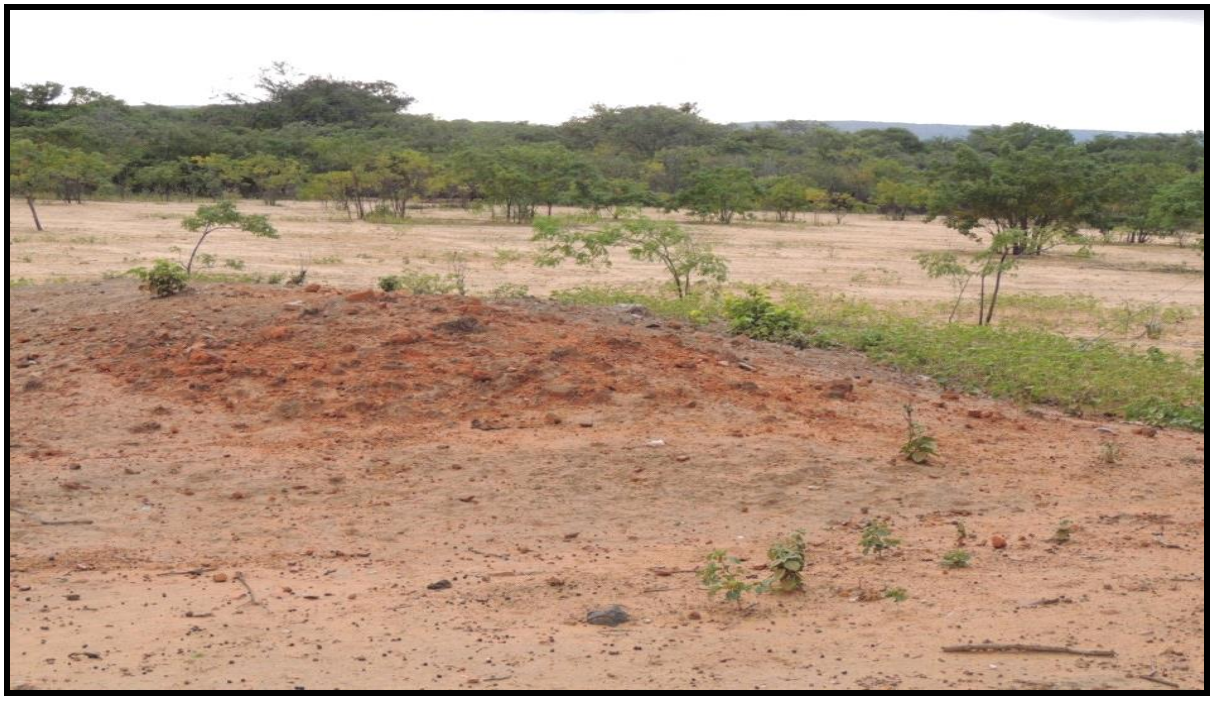
Pode-se levantar a hipótese de que eles tenham chegado antes de 1905, conforme a observação da árvore genealógica do Sr. Mateus. Neste ano de 2019, o Sr. Mateus está com 84 anos de idade, tendo nascido em 1935, filho do Sr. Inocêncio com a Sra. Maria, e neto do Sr. Cassimiro com a Sra. Alexandrina, bisneto do senhor Leandro Torquato Costa com a Sra Efigênia Maria da Conceição e tataraneto do senhor Francisco Coalhada. Observa-se que, conforme a cronologia, duas gerações nasceram na comunidade antes do Sr. Mateus. Portanto, de 1905 a 1935, há um intervalo de tempo de trinta anos, um período muito curto para três gerações.

[3] Iquiôoo é um grito manifestado em momentos de animação, seja no trabalho na roça ou de um fenômeno, como o surgimento de um redemoinho e, junto, sempre vem as gargalhadas...

Diante desse impasse temporal, leva-se em consideração que esses ribeirinhos já estivessem na comunidade Jatobá desde antes da navegação de Sampaio no local em 1879, sendo o rio São Francisco o principal provedor de alimento há mais de um século, a partir da agricultura, da caça e da pesca, até a construção da hidrelétrica de Sobradinho inaugurada em 1978.

Os moradores lembram que a agricultura se fazia além dos tubérculos e grãos. Também havia o cultivo da cana de açúcar. Na ocasião da colheita, o processamento era feito nos engenhos do Sr. Joatan ou da família Oscar. Atualmente (2019) não se vê mais esses engenhos onde ocorria a moagem da cana, restando deles apenas as cinzas, conforme figura 5.

Figura 5 - As cinzas do antigo engenho na roça da família Oscar



Autor (2019).

Mas não foram somente os engenhos que desapareceram. Outros processos, tais como a forma de produzir alimentos e a interação dos membros das comunidades também sofreram alterações (não se realizam mais os trabalhos em mutirão, por exemplo). Alguns ribeirinhos perderam a autonomia, dependendo das diretrizes dos patrões. Por exemplo, não são eles que escolhem o que plantar; essa decisão, geralmente, fica a cargo dos interesses do patrão.

A Nova Jatobá já foi um dia somente Jatobá. E recebeu esse nome em virtude de no passado existirem naquele lugar grande número de jatobazeiros (*Hymenaea courbaril*). Os idosos contam que passavam por Jatobá os viajantes vindos de Abaré, na Bahia, navegando

rio acima empurrando com varas ou puxando com cordas sobre os ombros as canoas carregadas de mercadorias confeccionadas de barro (potes, pratos, cuscuzeiros, panelas, etc.), com destino a Juazeiro da Bahia. As mesmas eram enfileiradas e emparelhadas em número de duas, totalizando quatro canoas amarradas entre si.

No percurso, já no final do dia, os viajantes anunciavam que iriam atracar para dormir em Jatobá. E assim pernoitavam debaixo dos jatobazeiros, para no dia seguinte seguir viagem. Na figura a seguir é possível ver uma cuscuzeira[4] de barro, utensílio preservado ainda de quando acontecia o comércio dessa mercadoria.

Figura 6 - Cuscuzeira de barro no centro da mesa

Autor (2019).

Parece não ser intensa na atualidade a comercialização de utensílios de barro, mas ainda é comum se ver nas residências potes e filtros de barro.

Nos períodos de cheias do rio São Francisco (meses de janeiro a março), acontecia alta incidência de muriçocas (*Culex quinquefasciatus*) e outros insetos, obrigando os moradores da comunidade Jatobá a deixarem suas casas e deslocarem-se para onde não ocorria a presença dos insetos, se estabelecendo então onde é Nova Jatobá e Favela. Essa última recebeu esse nome em virtude da grande quantidade de árvores da espécie faveleira (*Cnidoscolus phyllacanthus*), árvore citada em “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Quando

[4] Cuscuzeira, objeto utilizado para preparo do cuscuz, alimento típico do sertão nordestino, feito da massa do milho.

ocorria o fim da infestação das muriçocas, as famílias deixavam esses locais temporários e retornavam para suas casas construídas em taipa na comunidade Jatobá.

Dona Elvira se lembra das febres que acometiam os ribeirinhos, denominada de paludismo (sinônimo: malária), apresentando sintomatologia de hipertermia, sensação de calafrios, vômito e falta de apetite. Os enfermos ficavam prostrados numa cama até que restabelecessem a saúde. Segundo dona Elvira, esse problema do paludismo desapareceu com a presença do pessoal da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), cujo trabalho de dedetização combatia insetos transmissores de doenças.

Durante a expedição pelo Rio São Francisco, Sampaio mencionou a presença dos incômodos mosquitos. “Nestas paragens de aspectos monótono e tristonho reinam as febres de fundo palustre e os mosquitos são uma praga insofrível em épocas de vazante” (SAMPAIO, 1905, p. 96). O senhor Noé comenta que nos finais de tarde, para que se pudesse trabalhar nas roças, era necessário fazer fogo de forma que tivesse bastante fumaça, pois ela amenizava a presença dos muruins (*Ceratopogonidae*).

Segundo Dona Izabel, a cheia de 1960 invadiu as casas dos ribeirinhos e as pessoas foram acordadas com as águas sobre as esteiras onde estavam dormindo. Esse episódio levou algumas famílias de Jatobá a fazerem uma mudança definitiva para as comunidades Nova Jatobá, Favela e Rompedor, sendo que essa última já tinha habitação fixa. Dessa forma, ocorreu o surgimento dessas comunidades, com moradias construídas de taipas.

Uma nova cheia ocorreu em 1979, conhecida como “a grande cheia do Rio São Francisco”. Após ela, as famílias que ainda permaneciam na comunidade Jatobá foram definitivamente se estabelecer em Nova Jatobá, Rompedor e Favela, ficando somente a lembrança de Jatobá.

No ano de 1994, com o convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Curaçá e o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), foi executado o projeto de combate à doença de chagas, patologia causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi* que é transmitido pelo inseto barbeiro (*Triatoma infestans*). As comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela foram contempladas com a construção de casas de alvenaria, ordenadas em um formato de vila, contando com sistema de fornecimento de água tratada e encanada nos domicílios. Para que ocorresse a entrega das chaves dos imóveis aos ribeirinhos, o Sr. João, a época servidor da FUNASA em Curaçá, atualmente aposentado, explica que os moradores só recebiam as chaves das casas de alvenaria após terem demolido as de taipas. A Figura 7 mostra o ordenamento das casas de alvenaria em formato de vila na comunidade Favela, além do reservatório elevado para distribuição de água

às residências. Um detalhe que pode ser observado da vegetação é a grande presença de pinhão.

Figura 7 - Visão panorâmica da Comunidade Favela, mostrando também o reservatório de água

Autor (2019).

A água distribuída às comunidades é captada no rio São Francisco, recebe o tratamento de cloro e segue para o reservatório elevado de onde é distribuída para as comunidades. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, autarquia municipal, é quem administra o sistema de água. Antes da implantação do sistema de água tratada, as famílias tinham que se deslocar de suas residências até o rio São Francisco e transportar a água através de potes ou latas sobre suas cabeças ou barris em lombo de jumento, tarefa árdua e pesada.

2.2 A problemática da titularidade da terra

Sobre a propriedade privada, Oliveira e Faria afirmam que:

> A discussão sobre a origem da propriedade da terra e da questão agrária no Brasil não pode prescindir da afirmativa de que ela deriva dos diferentes processos históricos pelos quais o país passou. Isto quer dizer que a formação territorial brasileira é consequência do processo através da qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração. De início deve-se sucintamente afirmar que a área territorial do país tem suas origens nos modos pelos quais os povos indígenas, através do estabelecimento de relações comunitárias de produção, desenvolveram suas culturas. Dessa forma, o modo de se relacionar com a natureza das populações

> indígenas contém, simultânea e intrinsecamente, sua conservação e preservação. Trata-se de uma concepção de modo de vida que pressupõe muito mais a natureza como parte da vida, do que apenas a vida como parte da natureza, a natureza aparece como algo intrínseco ao indígena. Nele, portanto, não se separa a natureza da vida. (OLIVEIRA; FARIA, [s.d.], p. 3).

A forma de se relacionar com a natureza tratada por Oliveira e Faria apresenta particularidades que se assemelham às lidas dos ribeirinhos antes da barragem de Sobradinho.

As terras que os ribeirinhos cultivam são devolutas e estão às margens do rio São Francisco, afastadas aproximadamente 1(um) km de suas residências, situadas numa área de relevo mais elevado, livres das enchentes que ocorriam com frequência até o início da década de 1980. Isso indica que a ocorrência de enchentes modulou vários aspectos da vida dos ribeirinhos, tais como onde morar e cultivar.

O quadro 3 apresenta em cor verde os anos em que aconteceram inundações, e em preto os anos em que não ocorreram cheias nas várzeas. Observa-se que o registro da última cheia foi no ano de 2004, completando 15 anos em 2019 que o Rio São Francisco não "lava as várzeas". Essa realidade pode indicar que algo está fora do natural, que eventos podem estar causando a diminuição do volume da água que antes descia com enchentes praticamente todos os anos para os afluentes, até chegar ao leito São Francisco.

Quadro 3 - Demonstrativo dos anos de enchentes e secas das várzeas do Rio São Francisco

1979	**1980**	1981	**1982**	**1983**	1984	**1985**	1986	1987	1988
1989	**1990**	1991	**1992**	1993	1994	1995	1996	1997	1998
1999	2000	2001	2002	2003	**2004**	2005	2006	2007	2008
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
2019									

Fonte: CHESF (2019), Elaborado pelo autor (2019).

As terras de posses dos ribeirinhos são devolutas e estão em nome da Associação Nova Jatobá aguardando a titulação para 125 famílias cadastradas. Esse número é maior do que o das famílias das comunidades pesquisadas em virtude de envolver pessoas de outras comunidades circunvizinhas que aguardam serem contempladas.

No dia 06 de janeiro de 2019 foi aniversário da Associação, que completou 31 anos de existência, momento comemorado pela Comunidade, conforme ilustração da Figura 8. Nessa ocasião apresentamos o projeto de pesquisa às famílias ali presentes.

Figura 8 - Festejos do 31º aniversário da Associação da Nova Jatobá

Autor (2019).

As terras da Ilha da Capivara, de Rompedor e as que estão em nome da Associação Nova Jatobá são consideradas terras devolutas, e os ribeirinhos como posseiros, contando somente com os cadastros do CCIR do INCRA e o ITR da Receita Federal. Segundo informação do Sr. Edilson, a área de terra que está em nome da Associação Nova Jatobá não é titulada, o que implica que os ribeirinhos não têm terra e estão em situação de vulnerabilidade.

Para Oliveira e Clemente (2012):

> A modernização da agricultura, promovida sem alteração da estrutura agrária historicamente concentrada, resultou num processo de pauperização e expropriação de produtores (arrendatários, posseiros, pequenos proprietários etc.). Embora fragilizados economicamente, muitos deles permaneceram no espaço rural, desenvolvendo diversas estratégias de reprodução socioeconômica, como a organização em associações de pequenos produtores, entre outras formas de cooperação (OLIVEIRA; CLEMENTE, 2012, p. 24).

Por consequência, com a implantação da barragem de Sobradinho, os ribeirinhos tiveram que se articular e buscar meios que lhes proporcionassem continuar a prática da agricultura. Dessa forma, foi intensificada a atividade de meeiro, e ainda outros adquiriram tecnologia para implantar irrigação. Aconteceu também a organização das comunidades por meio do associativismo, o que culminou na já mencionada Associação Nova Jatobá. Segundo

Santos (2018), esse processo organizacional ocorreu com a orientação do Padre Oscar, natural das Filipinas, que veio para a paróquia de Curaçá (SANTOS, 2018).

O associativismo permitiu que a comunidade promovesse de forma organizada ações que a fortalecessem, e uma delas foi a busca do auto reconhecimento quilombola, que ocorreu em 25 de fevereiro de 2008, por parte da Fundação Palmares e, em 29 de março de 2010 com a abertura do Processo nº 54.141.000.435/2010-59 fl.01 junto ao INCRA, para Regularização Fundiária de Território Quilombola. Depois de quase uma década, o processo ainda está na fase inicial do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

O Decreto 4.887/2003, art. 3º, que afirma que compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) extinto em 2019, que é por meio do INCRA, a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Essas terras são de interesse da agricultura moderna, pois estão localizadas às margens do rio São Francisco. Mesmo os ribeirinhos estando lá há mais de um século "labutando" como posseiros, eles não têm garantia da propriedade da terra. Apesar do potencial da região do Submédio do São Francisco para produção de alimentos, os ribeirinhos têm uma vida marcada pelo trabalho. Os meios de produção não estão ao alcance deles, o que deixa-os em uma situação de fragilidade e ao mesmo tempo enredados no processo de produção que exige muito trabalho e baixo retorno para atender as necessidades familiares. Ainda assim, continuam "labutando" firmemente, permanecendo na territorialidade, na perspectiva da autonomia.

A mesma situação crítica ocorre com as terras da comunidade Rompedor. Elas não estão em nome da Associação Nova Jatobá, são devolutas e registradas de forma individual no Cartório de Curaçá, como posseiro(a) numa transação de compra e venda. Também não existe titulação ou escritura, o que coloca esses(as) ribeirinhos(as) numa situação de insegurança do domínio da terra.

Para Feliciano, "da posse da terra à propriedade há uma transformação da igualdade para a desigualdade, portanto, fazendo-se necessário um terceiro elemento 'superior' a tudo isso, ou seja, o Estado" (FELICIANO, 2015, p.130). O autor complementa dizendo:

> No Brasil, a propriedade privada da terra é a materialização de poder, de extensão de um domínio e que dificilmente é renegada e expropriada de quem a detém. Portanto, a relação terra, território e Estado, sob este aspecto, é um amálgama quase

> indivisível, já que quem detém o domínio da terra constrói formas de produção (capitalistas ou não capitalistas), as quais definem a formação de um território, que pode, dependendo da força dessa classe social, direcionar as ações de um Estado. Com isso, surge o Estado como uma ordem jurídica, a fim de manter as necessidades dos detentores do poder, em um determinado momento histórico (FELICIANO, 2015, p. 130).

A morosidade quanto à solução do impasse quanto à posse e propriedade da terra aos ribeirinhos expressa o quanto o Estado não está sintonizado para os interesses desse grupo social.

Embora as comunidades pesquisadas contemplem remanescentes de quilombo, foi utilizada a categoria "ribeirinho" em virtude de os efeitos da barragem de Sobradinho não se limitarem somente aos quilombolas de Nova Jatobá, como também a maioria dos ribeirinhos que ocupam os 120 quilômetros à margem do rio São Francisco no município de Curaçá.

Para os ribeirinhos, a melhor terra para trabalhar é uma porção conhecida como "Ilha da Capivara" (Ilha Jatobá para o IBGE). Trata-se de terras não pertencentes aos ribeirinhos, sendo parcelas de outros posseiros, que na sua maioria não residem na Comunidade, pois, moram nas áreas de sequeiro ou na cidade de Curaçá. Antes da hidrelétrica de Sobradinho, os moradores lembram que a mesma era cultivada até os limites de suas extremidades. A agricultura se fazia à medida que as águas começavam a deixar as terras descobertas. Segundo os ribeirinhos, "Produzia-se bastante". Sem a posse de terra na ilha da Capivara, os ribeirinhos que ainda atuam naquelas parcelas trabalham na condição de diaristas, meeiros ou cedidas. Alguns que compraram a posse trabalham com mais autonomia. O mesmo processo ocorre com algumas parcelas de terras às margens do rio São Francisco em que seus posseiros não residem no local.

A ilha da Capivara está situada em frente às parcelas de terra da comunidade Rompedor, às da Associação Nova Jatobá e de outros empreendimentos instalados no local. Para chegar até a Ilha, era necessário caminhar cerca de uns 15 m sobre uma espécie de "ponte" cujas tábuas eram presas a postes de carnaubeiras fixadas em cada lado do rio. A ponte foi desativada por um posseiro da parcela onde estava instalada e, agora, o acesso para a ilha da Capivara se dá através de barco, conforme as figuras a seguir dos meios de travessia anteriores e atuais.

Figura 9 - Acesso à Ilha da Capivara

Autor (2019).

Figura 10 - Acesso à Ilha da Capivara

Autor (2019).

Segundo os ribeirinhos, no tempo das cheias do rio, quando do seu retorno ao curso normal, a Ilha da Capivara se transformava em um ambiente de muita produção de alimentos, tais como batata doce, mandioca, milho, feijão de corda e de arranca.

Com o advento da hidrelétrica de Sobradinho, as possibilidades de produzir na Ilha foram alteradas e os posseiros foram deixando de cultivá-la. Os ribeirinhos sem condições de lavrar as terras também foram se afastando. Os que estão cultivando utilizam parcelas de terra com larguras que variam entre 20 a 30 m. Trabalham por cessão ou pagaram pela posse e estão produzindo com a utilização de motor a diesel, já que o investimento para implantar um sistema de irrigação elétrico é elevado. Portanto, predomina o uso do motor a diesel entre os ribeirinhos, tendo este o custo com combustível mais elevado que o elétrico. Ilustração de motor a diesel conforme figura 11 a seguir.

Figura 11 - Motor a diesel para irrigação por gravidade

Autor (2019).

Além dos cultivos irrigados na Ilha da Capivara, os ribeirinhos criam cabras e ovelhas nas áreas que não estão sendo agricultáveis. A caprinocultura e a ovinocultura são praticadas na região há muitos anos e contribuem para composição de renda de algumas famílias. Conforme Gouveia (2003 apud AQUINO, et al., 2016) a caprinocultura brasileira divide-se em dois segmentos distintos: o tradicional, de grande importância social, e o tecnificado, de importância econômica, mais moderno e produtivo, voltado para produção de carne, leite e pele.

O Nordeste brasileiro é responsável pela pujança da caprinocultura e da ovinocultura, pois, segundo a FAO (2015 apud AQUINO, et al., 2016) encontra-se, nessa região, 92% do rebanho caprino nacional. Apesar disso, a maioria dos produtores do semiárido carece de conhecimento especializado e pratica um manejo rudimentar. Portanto, atuam a nível de suprir as necessidades básicas familiar e deixam de potencializar a produção com técnicas apropriadas ao manejo de sequeiro. O sistema tradicional está representado na Figura 12.

Figura 12 - Área sem cultivo, destinada à pastagem de ovelhas na ilha da Capivara

Autor (2019).

As parcelas de terras do Rompedor não estão cultivadas, os ribeirinhos não dispõem de tecnologias de irrigação para promover a agricultura, da lâmina d'água até o topo do barranco da margem do rio São Francisco é bastante alto. Isso dificulta levar a água até o solo apropriado para realizar os cultivos. Com efeito, a área está sendo utilizada para os animais pastejar. Por outro lado, em algumas parcelas de terra em nome da Associação Nova Jatobá, há cultivos nas margens do rio. Outras parcelas em área de relevo elevado, não são cultivadas em virtude de não contarem com tecnologia suficiente para irrigar na totalidade.

Outro problema comum é a infestação por "ervas daninhas". Algumas áreas estão fervilhadas de tiriricas (*Cyperus rotundus*), espécie de planta espontânea, que se apresenta como um problema aos ribeirinhos. É o caso do Flávio, que comentou que sua parcela de terra está ocupada de tiririca, o que, somado à falta de condições financeiras para investir em tecnologia para adotar sistema de irrigação, tem feito com que ele não esteja cultivando sua parcela de terra. Consequentemente, está trabalhando como assalariado na cultura da manga, em um empreendimento instalado na Comunidade Rompedor.

Os ribeirinhos que não dispõem de recursos financeiros para tecnificar a irrigação em suas parcelas, ou cuja área de terra é pequena para atender à demanda familiar, buscam emprego nas empresas locais da monocultura da manga, da uva, do coco, ou ainda, trabalham

como meeiros e diaristas. Esses empreendimentos encontram-se na região há décadas e absorvem a mão de obra disponível das comunidades.

Mesmo contando com uma pequena parcela de terra os camponeses se veem numa situação complexa: nem sempre conseguem trabalhar em sua posse; ou, consegue produzir, não encontra mercado para o excedente, geralmente pelo fato de não ter regularidade na produção. Dessa forma, sentem-se obrigados a trabalhar de empregados.

Conforme Thomaz Júnior [s.d]:

> Essa base material de sustentação do edifício social no campo impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem (THOMAZ JÚNIOR, [s,d]).

Os empreendimentos dedicados à monocultura de fruteiras têm a situação fundiária de terras regulares, as quais são adquiridas pela compra da posse dos ribeirinhos e regularizadas com títulos emitidos pelo governo do estado da Bahia através da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) ou de escrituras. Enquanto isso, os ribeirinhos que sempre estiveram no local com a terra para produzir comida não dispõem de condições para resolver as burocracias e regularizá-las. Essa falta de regularização limita o acesso ao crédito, pois essa é uma garantia exigida pelos agentes financeiros. De um lado, temos empresários que estão lá imbuídos da obtenção de lucros; e do outro, os ribeirinhos estão praticando agricultura de consumo imediato.

Para Santos (1994),

> Nesses espaços da racionalidade, o mercado é tornado tirânico e o Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos, corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido, para deixar o campo livre (e desimpedido) à ação soberana do mercado. Não é à toa que as palavras de ordem do presente período são a fluidez e a competitividade, estimuladas de fora das sociedades implicadas e instaladas pela sedução das teorias ou pela violência da moeda.
> A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro (ainda que a das mercadorias possam ficar para depois), suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemónico (transformação dos "ejidos" no México, ou dos latifúndios no Brasil, ambos condenados pelas grandes organizações mundiais financeiras). (SANTOS, 1994, p. 14-15).

Para Nabuco (2000, p. 69) “O Estado não é o árbitro da equidade, mas o agente modernizador e repressor com relação a qualquer movimento redistributivo e de ampliação de direitos civis”. A situação dos ribeirinhos é complexa, uma vez que eles não contam com

Título ou Escritura da terra, invisibilizados pelos poderes públicos. Essas comunidades estão naquele local há mais de um século, no entanto, até os dias de hoje se encontram como posseiros.

2.3 O acesso à água

Os ribeirinhos relatam que na década de 1950, o “braço do rio” que dá acesso à Ilha da Capivara secou. E, recentemente, no ano 2018, esse fato se repetiu. Da primeira vez, foi necessário abrir cacimbas para diminuir a distância para se buscar a água. E, no episódio recente, (2018) foi necessária a ação de um empresário local que, por meio de máquinas, dragou a terra para permitir a passagem da água e restabelecer o fluxo normal, favorecendo a retomada da irrigação dos empreendimentos da fruticultura. Os ribeirinhos disseram que, sem essa providência de dragar a terra do “braço do rio”, os moradores das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela teriam dificuldades para produzir seus alimentos, uma vez que a água para captação estaria distante do local dos cultivos. A Figura 13 ilustra as terras dragadas do braço do rio e acumuladas na margem da ilha da Capivara.

Figura 13 - Terra dragada para continuidade do fluxo d’água do rio São Francisco

Autor (2019).

A escassez da água ocorreu em virtude da baixa do reservatório de Sobradinho, com a consequentemente redução da vazão do volume de água por determinação da Agência Nacional das Águas (ANA), pois, conforme a Resolução nº 1.291 de 17 de julho de 2017 da

ANA, com vigência até o dia 30 de novembro de 2017, a média diária liberada pela hidrelétrica de 1.300 m³/s teria uma média diária de 550 m³/s e instantânea de 523 m³/s (BRASIL, 2017).

A ANA publicou em 04 de dezembro 2017 a Resolução nº 2.081 que, no seu art. 3º, determina a vazão mínima diária de 700 m³/s para a hidrelétrica de Sobradinho, sem estabelecer o prazo de vigência (BRASIL, 2017).

Já a Resolução da ANA nº 19, de 25 de março de 2019, preconiza que se deve manter a redução da vazão diária de 550m³/s e da instantânea de 523m³/s com vigência até 30 de abril de 2019 (BRASIL, 2019).

No ano de 2018, com a permanente baixa do reservatório, a hidrelétrica operou com volumes mínimos de água, e a vazão do rio São Francisco foi reduzida a números que afetaram a agricultura irrigada. Mesmo reduzindo a vazão mínima da hidrelétrica, a medida não foi suficiente para conter a grave situação de escassez hídrica ocorrida no rio São Francisco desde 2013. Assim, a ANA adotou o Dia do Rio, conforme a Resolução nº 1.043 de 19 de junho de 2017 (BRASIL, 2017), aplicado a todas as quartas-feiras. Para esse dia, foram estabelecidas regras para redução do uso de captação de água da bacia hidrográfica do rio São Francisco, restringindo o uso por parte de indústrias, mineradoras, irrigações localizadas em distritos, projetos ou outras irrigações definidas no Art. 1º da Resolução acima citada. Essa restrição não se aplica ao consumo humano e à dessedentação de animais, conforme o Art. 2º da referida Resolução.

A Resolução da ANA nº 1.043, de 19 de junho de 2017 (BRASIL, 2017), estabeleceu um prazo de sua vigência até 30 de novembro de 2017, o qual foi prorrogado pelas Resoluções nº 2.219, de 11 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017), nº 33, de 30 de abril de 2018. E, por fim, a de nº 45, de 25 de junho de 2018, com vigência até 30 de novembro de 2018, considerando as quartas-feiras das primeiras e terceiras semanas de cada mês (BRASIL, 2018).

Mesmo com essas medidas tomadas pela ANA (como a do Dia do Rio, que é inédito na região), a situação do quadro do lago em relação às reservas de águas parece não ser razoável. O volume útil da barragem não chegou a 50% da capacidade do reservatório até o final do período de chuvas no ano de 2019. Considerando que desse momento em diante tem-se um longo período de estiagem, pode haver risco de o problema agravar-se.

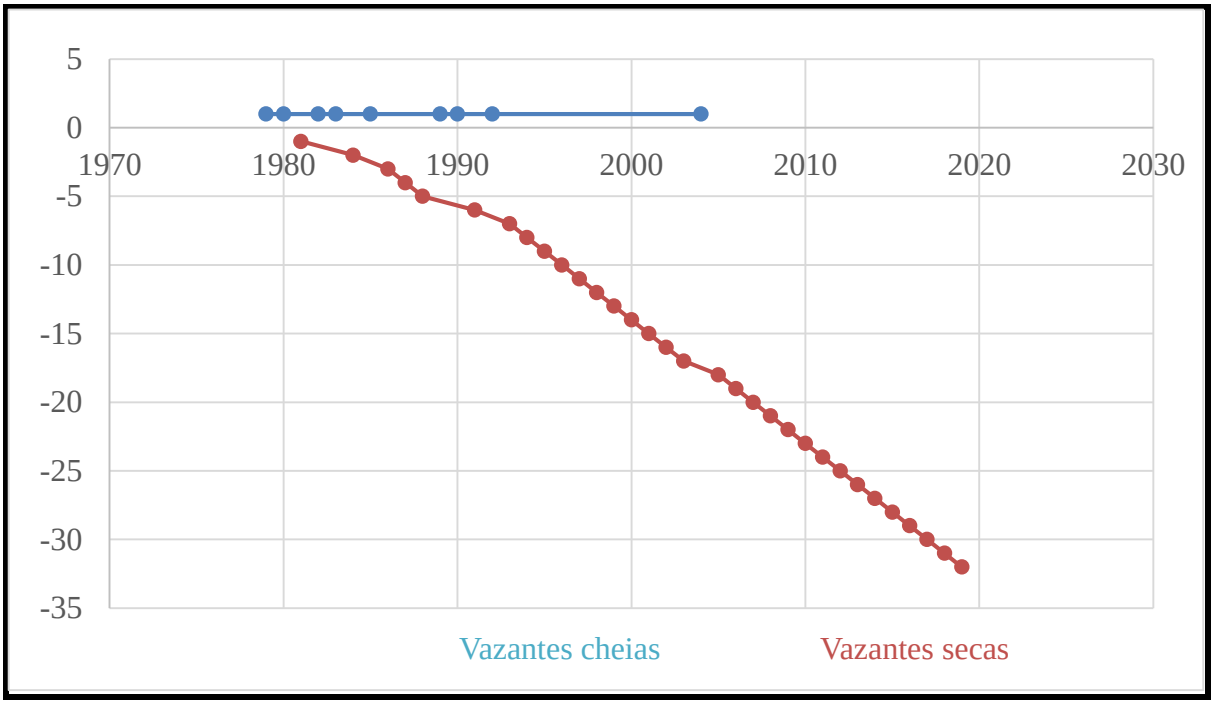
Diante da situação descrita, os ribeirinhos viram aumentar a sua dificuldade para produzir seus alimentos, que não está mais restrita apenas à problemática de recursos financeiros para acessar as tecnologias de irrigação e a propriedade da terra, já que agora

existe também o problema do acesso à água, como o ocorrido em 2018. Se futuramente esse "braço do rio" secar, os ribeirinhos terão que captar água na outra margem da ilha da Capivara, assim, as parcelas ficarão mais distantes para captação de água.

Com base nas informações fornecidas pelo CHESF[5], referentes às cheias a jusante da barragem Sobradinho, percebe-se que as cheias estão ocorrendo em intervalos de tempo maiores, conforme gráfico apresentado a seguir (figura 14).

A linha azul do gráfico representa os nove anos em que aconteceram cheias na jusante da barragem de Sobradinho. É possível observar, com os pontilhados, que, nos anos iniciais da década de 1980, as cheias aconteciam de forma contínua, e depois foram ficando mais espaçadas, até que, após o ano de 2004, cessaram. Conforme demonstra a linha marrom, são 15 anos seguidos sem cheias nas várzeas, e o distanciamento do período de cheias a cada ano pode estar implicado na ação antrópica sobre a natureza e o ciclo hídrico naturalmente estabelecido. Historicamente, não era esse o comportamento do rio; algo vem afetando-o e as expectativas para o futuro não são otimistas se persistirem as ações de degradação da natureza.

Figura 14 – Gráfico do comportamento das cheias das vazantes do Rio São Francisco a jusante da Barragem de Sobradinho nos anos de 1979 a 2019



Fonte: CHESF (2019). Elaborado pelo autor (2019).

[5] CHESF Protocolo 99908-000521-2019-29, de 20 de setembro de 2019.

O gráfico nos apresenta que a área a montante da barragem de Sobradinho parece não estar recebendo o volume de águas como ocorreu na primeira década de funcionamento da hidrelétrica, quando foi represada para gerar energia e agricultura irrigada no submédio do Vale do São Francisco.

Podemos ver que, para cada período de 10 (dez) exercícios, o comportamento das cheias tendem a diminuir e os das secas aumentar.

De 1979 a 1988 foi registrado 5(cinco) cheias e 5(cinco) secas.

De 1989 a 1998 foi registrado 3(três) cheias e 7(sete) secas.

De 1999 a 2008 foi registrado 1(uma) cheia e 9(nove) secas.

De 2009 a 2018 foi registrado 0(zero) cheia e 10(dez) secas.

Dessa forma o que se apresenta é um crescimento progressivo das secas nas terras de vazantes do rio São Francisco, já que antes da barragem o ciclo de cheias aconteciam anualmente. Isso pode ser reflexo das consequências de degradação que estão passando o rio São Francisco e seus afluentes. A corrida pelo lucro é maior que a preservação da vida dos que margeiam o rio São Francisco.

A pujança da fruticultura tem seus efeitos de degradação da natureza e da exploração do trabalho, com perda de direitos trabalhistas. A educação nas comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela, não tem acompanhado a pujança da fruticultura, ao longo desses quarenta anos, a predominância da escolaridade das pessoas do local é de ensino fundamental 1 incompleto. Como veremos em seguida, ao longo desses 40 (quarenta anos) a situação da escolaridade dessas comunidades segue precária.

2.4 Escolas e oferta de educação formal

Os(as) ribeirinhos(as) que hoje estão com idade superior a 70 anos comentam como se dava a educação em Jatobá. Segundo eles(as), a escola que frequentavam funcionava nos meses de junho, julho, agosto e setembro, e depois disso, só na próxima eleição. As aulas eram no período noturno na casa da Dona Bernardina, em Jatobá. Vale lembrar que naquela época para realizar o voto era relevante escrever os números de preferência legível, para evitar dúvidas quando da apuração da votação por parte do escrutinadores.

Em 1972, foi contratada a senhora Maria Pastora, atualmente aposentada e trabalhando de forma autônoma. Ela foi a primeira professora de tempo regular que atuou nas comunidades. Residia na comunidade Sombra da Quixaba, a aproximadamente três quilômetros de distância da escola. Tinha como meio de transporte um jumento, ou mesmo ia

a pé para a escola que funcionava na comunidade Rompedor, na casa do Sr. Jorge Gonçalves dos Santos em um espaço com cobertura de bagaço de cana, que era espremido no engenho de Sr. Oscar Nunes.

Figura 15 - Sra. Maria Pastora, primeira professora das comunidades

Autor (2019).

De acordo com a professora Maria Pastora, no final do ano de 1978 foi construído um prédio escolar na comunidade Nova Jatobá, que recebeu o nome "Nossa Senhora Aparecida do Norte". E no ano seguinte as aulas passaram a ocorrer nesse novo espaço.

No ano de 2011, foi construída outra escola, como extensão da primeira, mas possuindo uma área maior. Ambos os prédios escolares são mostrados a seguir nas figuras 16 e 17. Nesses prédios, eram ofertados ensinos até o 5º ano (ou 4ª série) do ensino fundamental I.

Para cursar as séries mais adiantadas (ensino fundamental II em diante), os estudantes são conduzidos, por transporte escolar, até a cidade de Curaçá.

Figura 16 - Primeiro prédio escolar (1978)

Autor (2019).

Figura 17 - Segundo prédio escolar (2011)

Autor (2019).

Em 2017, houve a construção do terceiro prédio da escola. As duas anteriores estão fechadas e a nova contempla as turmas pré-escolar, multisseriadas de 1º e 2º anos, multisseriadas de 3º e 4º anos, e o 5º ano é ofertado como turma normal. A Figura 18 ilustra o novo prédio escolar da comunidade Nova Jatobá, que em 2019 contava com 76 alunos matriculados do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I, conforme demonstrado na Tabela 2.

Figura 18 – Terceira escola da comunidade Nova Jatobá (2017)

Autor (2019).

A oferta de ensino multisseriado revela que os problemas de escolas rurais vão além de aspectos físicos. Segundo Leite (1999), eles são fruto de uma formação histórica:

> A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: ‘gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade’ (LEITE, 1999, p.14).

Sendo as escolas multisseriadas uma realidade no que diz respeito à oferta do primeiro ensino, principalmente no meio rural, Hage (2003, p. 02) denuncia que “(...) elas se encontram ausentes dos debates e das reflexões sobre educação rural no país e nem mesmo "existem" no conjunto de estatísticas que compõem o senso escolar oficial”.

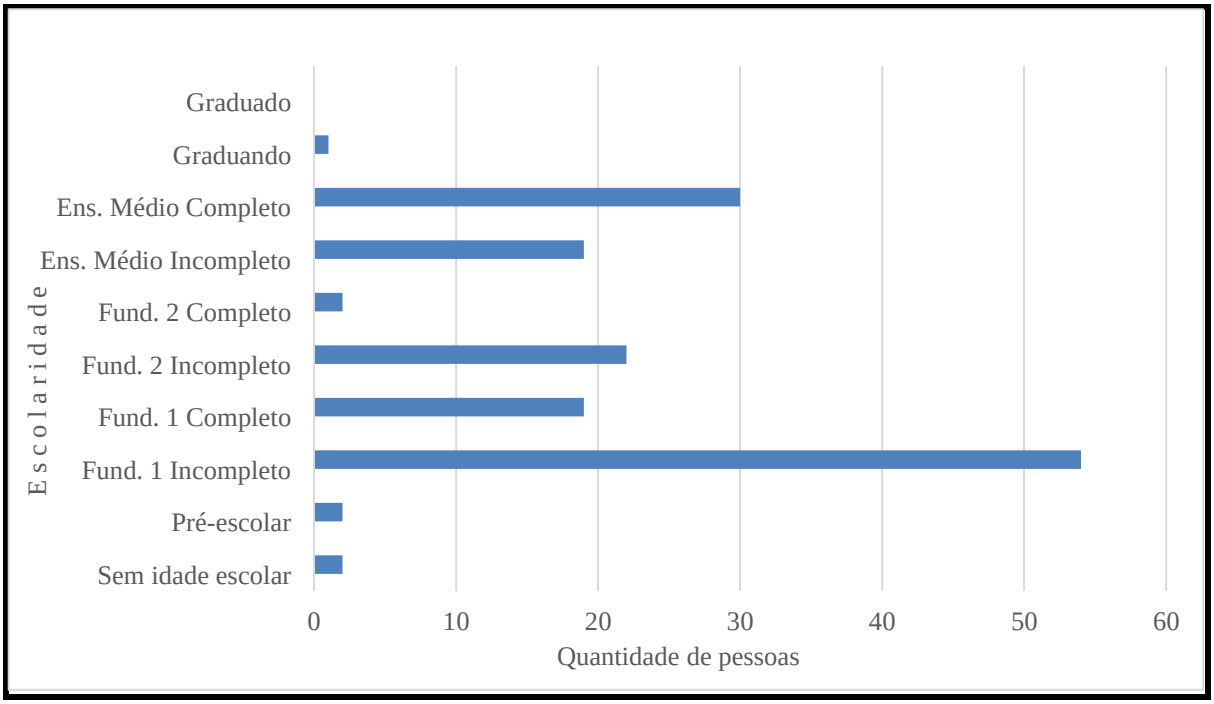
Tabela 2 - Ensino Fundamental I - Comunidade Nova Jatobá e circunvizinhas

Séries	Pré-escolar	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5ºano	**Total**
Nº de matrículas	18	12	12	10	11	13	**76**

Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaborado pelo autor (2019).

A pesquisa permitiu a construção de um retrato do nível de escolaridade dos participantes, uma vez que os entrevistados informaram até que séries seus familiares estudaram, conforme o gráfico a seguir (figura 19).

Figura 19 – Gráfico da escolaridade dos (as) ribeirinhos (as) pesquisado (as) das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela



Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaborado pelo autor (2019).

Percebe-se que grande parcela dos participantes da pesquisa possui apenas o ensino fundamental I incompleto: um total de 54 pessoas, ou seja, 35% do número total de sujeitos (151) das 30 famílias pesquisadas. 19 pessoas (8%) possuem o fundamental I completo; 30 cursaram o ensino médio completo, o que corresponde a 20% do total de participantes; e apenas uma pessoa é estudante de graduação.

Esses números dizem de um direito básico à educação, mas, que não está acessível às famílias das comunidades contradizendo o prometido (des)envolvimento do Vale do São Francisco.

Verificamos o cardápio semanal da escola e 50% de seus produtos tem relação com o que é cultivado pelos ribeirinhos locais. No entanto, não foi possível constatar se estes foram adquiridos na própria comunidade. Os demais produtos ainda estão sob oferta da indústria de alimentos, como, por exemplo, o charque, o biscoito e o macarrão. A mandioca e a macaxeira, ilustradas na figura a seguir, além fazerem parte do cardápio escolar, são produtos presentes nas roças e cozinhas dos ribeirinhos das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela há muito tempo, cultivadas por seus ancestrais.

Figura 20 – Cultivo da mandioca na ilha da Capivara

Autor (2019).

A mandioca e a macaxeira são produtos que disponibilizam matéria-prima para uma diversidade de preparos da alimentação humana e da ração animal, conforme relatou a Sra. Sandra, da comunidade Rompedor:

> Da mandioca pode-se obter farinha; tapioca para cuscuz, beiju frigideira ou sequilhos; massa da mandioca para beiju de farinha, pão de Deus ou beijuzinho; puba para bolo, mingau, e do bagaço da puba para ração animal; Crueira para ração animal e pão cozinhado em cuscuzeiro. Da macaxeira pode-se fazer tudo quanto o da mandioca e ainda dá pra cozinhar, assar ou fritar; fazer bolo, pudim, suco, rocambole, caldo, pizza, torta, lasanha e sonho.

Alimentos como mandioca e frutas diversas podem ser adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e proporcionar meios para ampliar a venda dos produtos dos ribeirinhos.

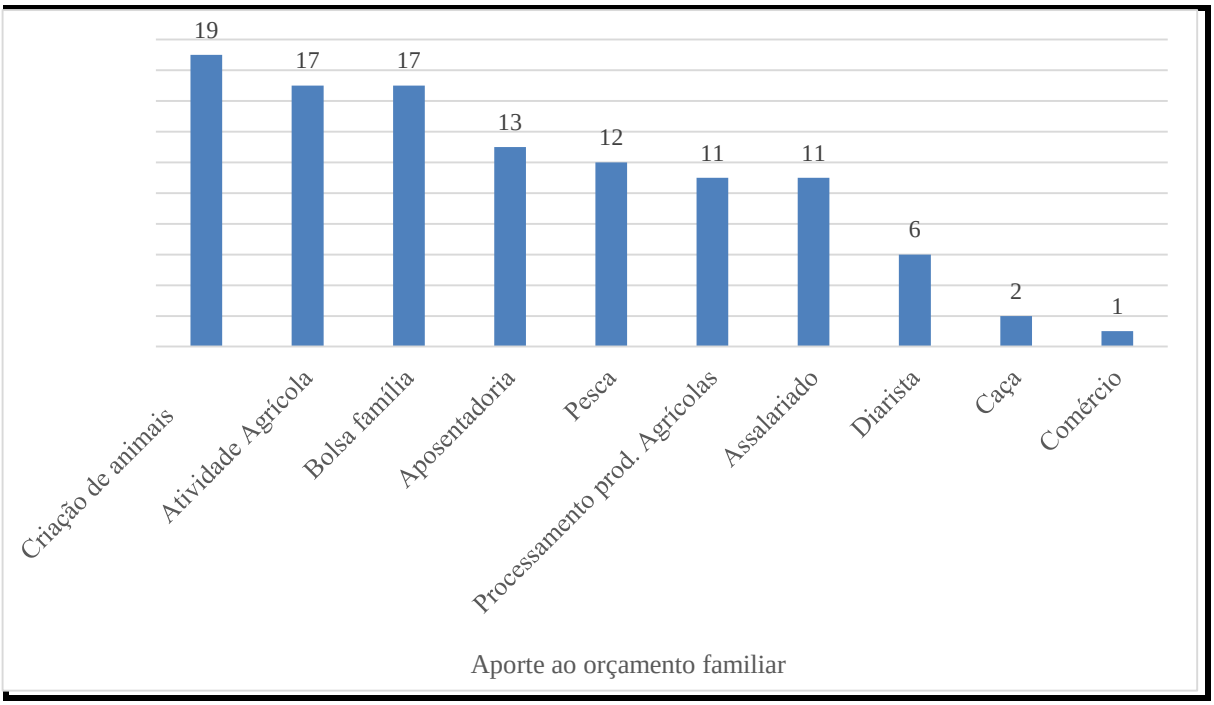
É de suma importância que exista mercado para adquirir o que os ribeirinhos conseguem produzir, e não só isso, que tenha preço para suprir os custos, despesas e o esforço do trabalho familiar. Do contrário, fica complexo produzir.

É possível perceber que o acesso à educação formal não andou na mesma velocidade que a expansão da fruticultura no Vale do São Francisco: a paisagem foi completamente alterada após a barragem de Sobradinho, mas os números coletados em relação à educação parecem não apresentar impacto semelhante.

2.5 Das políticas públicas

Das 30 famílias pesquisadas, 26 responderam sobre a fonte da renda familiar. Com efeito, foi utilizado o termo aporte em virtude de entender que os dados vão além de aspectos financeiros, já que o fato de o ribeirinho ir até rio obter um pescado, abater um frango de sua criação ou um caprino do seu rebanho para alimentar a família é favorável ao orçamento familiar, muito embora não tenha a entrada de recursos financeiros.

Figura 21 – Configuração do aporte do orçamento familiar



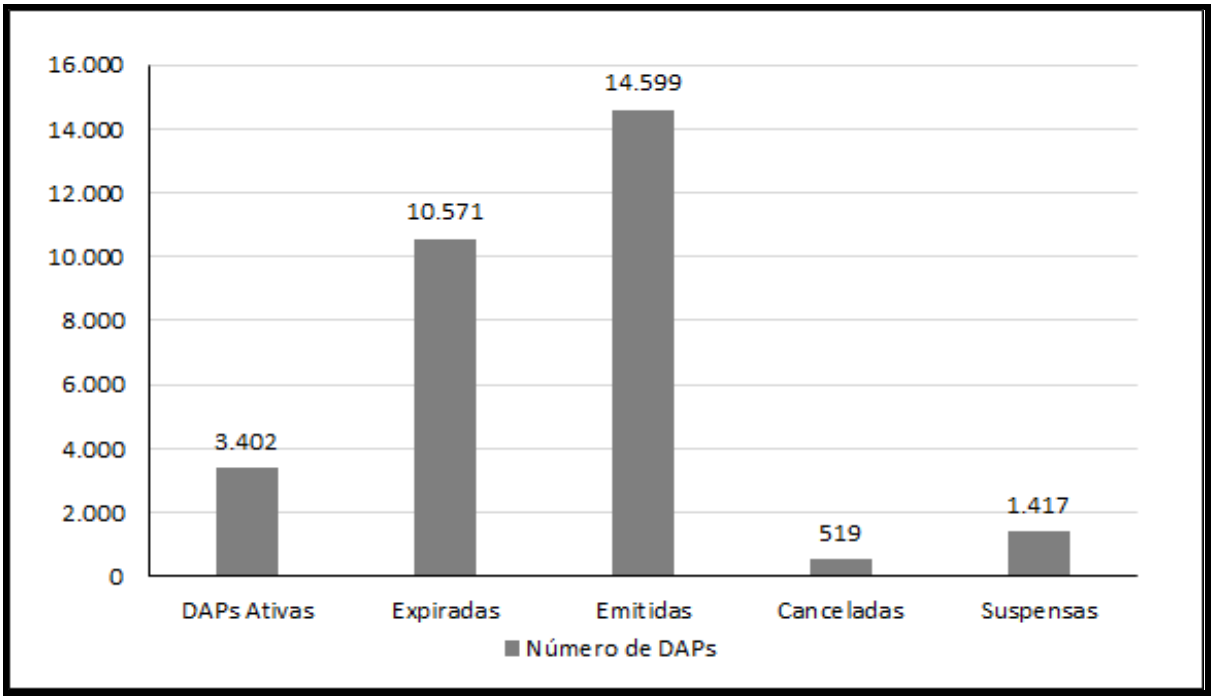
Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaborado pelo autor (2019).

Através do gráfico, percebe-se que, das 10 (dez) possibilidades de aportes ao orçamento familiar, a criação de animais predomina, ocupando o 1º lugar, seguido da agricultura e do programa bolsa família, ambos ocupando a 2ª posição. A aposentadoria fica na 3ª posição, a pesca na 4ª, os processamentos de produtos agrícolas e o trabalho remunerado na 5ª posição. O gráfico retrata que as vagas de emprego não consegue absorver todas as pessoas das comunidades.

Os ribeirinhos têm encontrado dificuldades para realizar suas atividades agrícolas em virtude de não disporem dos meios de produção para que aconteçam os cultivos, e a baixa renda não permite acesso às tecnologias agrícolas. Mesmo com a existência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), as famílias não têm

procurado essa fonte de crédito, seja por falta de informação, por estarem em dívidas com os bancos ou por temer realizar dívidas. Para acessar o crédito PRONAF, o ribeirinho precisa cumprir algumas exigências, uma delas é possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que requer uma série de exigências e procedimentos para ser obtida, fato que faz com que os camponeses do município de Curaçá tenham reduzido consideravelmente o número de DAPs Ativas. O gráfico a seguir apresenta um levantamento realizado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)[6], demonstrando que muitas DAPs do município foram expiradas, canceladas e suspensas (Figura 22).

Figura 22 – Cadastros de Declarações de Aptidões ao Pronaf ativas, expiradas, emitidas, canceladas e suspensas em Curaçá-BA, do início do Programa em 1996 até o dia 18/09/2019.



Fonte: MAPA (2019). Elaborado pelo autor (2019).

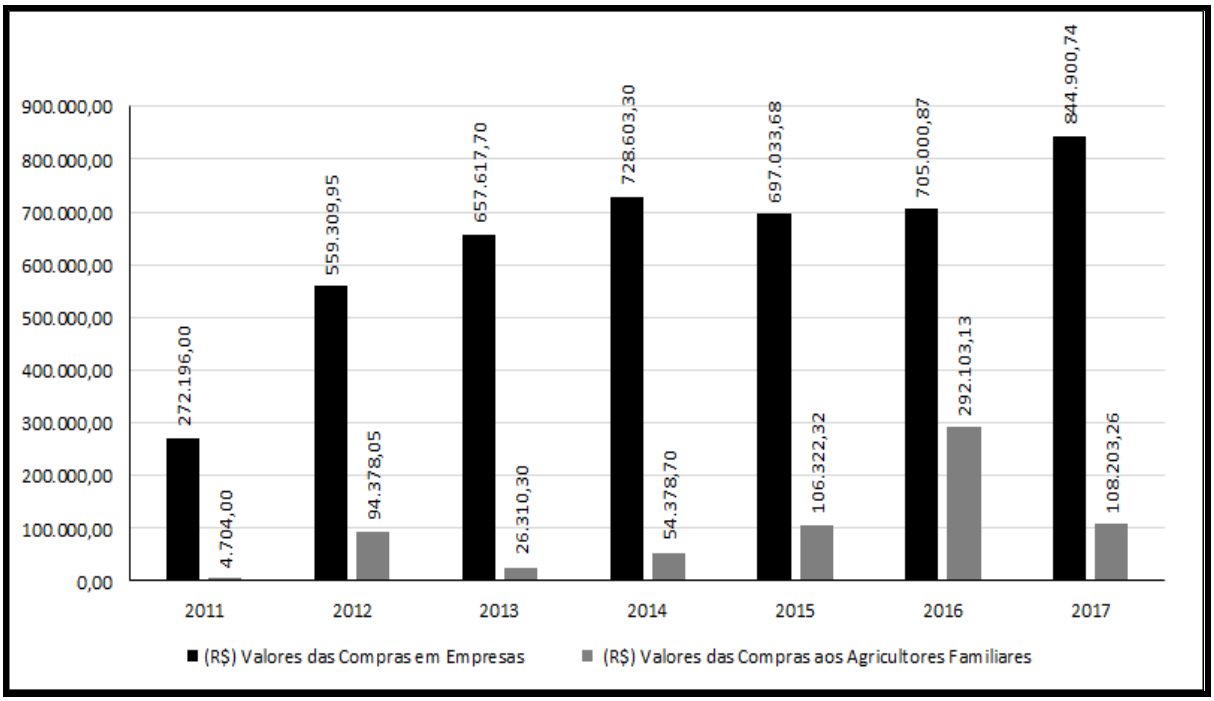
Pode-se concluir, a partir da análise do gráfico acima, que desde que foi criado o PRONAF até o dia 18 de setembro de 2019, data em que o MAPA disponibilizou os dados de DAPs de Curaçá, chegou-se a emissão de 14.599 e com o passar do tempo as DAPs foram expiradas, canceladas e suspensas, mantendo-se até a data de 18 de setembro de 2019 uma quantia de 3.402 DAPs Ativas em Curaçá, houve uma redução de 77% do número de Emitidas, em relação as Ativas, ou seja, 11.197 DAPs não tem funcionalidade. Esses dados indicam que uma parcela significativa dos camponeses estão sem acesso às políticas públicas, o que implica indisponibilidade ao PRONAF e também ao Programa Nacional de

[6] MAPA Através da LAI, protocolo 21900002955201946, em 25 de setembro de 2019.

Alimentação Escolar (PNAE). Ressalta-se que esta última política pública, por lei, indica que os municípios devem adquirir com os recursos do PNAE o mínimo de 30% das compras para a merenda escolar de origem dos agricultores familiares.

As compras realizadas pelo município de Curaçá no período de 2011 a 2017, conforme dados fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC)[7], não atendem a legislação. Os dados dos anos de 2018 e 2019 não estavam disponíveis na página do FNDE na data da consulta. É possível verificar os valores disponibilizados pelo FNDE para o PNAE, conforme o gráfico a seguir (figura 23). Os dados fornecidos, referentes aos anos de 2011 a 2017, evidenciam que o gestor municipal encontrou dificuldades para atender a legislação. Durante esses anos, apenas em 2016 se chegou mais próximo do valor mínimo (30%), atingindo 29,29%, ainda abaixo do recomendado[8].

Figura 23 - Comportamento das compras do PNAE em Curaçá Bahia



Fonte: MEC/FNDE (2019. Elaborado pelo autor (2019).

Esses dados refletem a complexa relação dos ribeirinhos com políticas públicas. Após produzirem seus alimentos, geralmente destinam o excedente para realização de trocas simples, pois a burocracia cria mecanismos excludentes e eles, então, se veem impossibilitados de participar dessa fatia do mercado e ampliar sua renda familiar. Enquanto

[7] MEC/FNDE Através da LAI protocolo 22480020050201971 em 25 de setembro de 2019.
[8] Disponível em: http://www.fnde.gov.br/index.php/programa/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar. Acesso em: 25 set. 2019. Conferir Anexo F.

isso, o gestor municipal recorre as aquisições nas empresas fornecedoras de produtos industrializados, e os recursos que poderiam circular no município, nas mãos dos camponeses, concentram-se entre empresários da indústria alimentícia.

Observa-se, portanto, que ao longo do período de 2011 a 2017 o Município de Curaçá não alcançou o limite mínimo de 30% dos repasses do PNAE para aquisição de alimentação escolar proveniente da Agricultura Familiar.

Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o município de Curaçá é aderido na Modalidade Compra com Doação Simultânea, desde 06 de maio de 2014. Contudo, não houve pactuação de recursos para execução do PAA, conforme informou o Ministério da Cidadania (MCIDADANIA)[9]. Os recursos do PAA podem ser utilizados para compras de produtos dos camponeses e distribuídos aos hospitais, creches etc. Esse é outro canal para que os camponeses possam realizar suas trocas simples. O que se percebe é que os programas não funcionam bem e a renda permanece concentrada nos grandes empreendimentos da indústria alimentícia.

Sendo assim, desvelar algumas contradições do (des)envolvimento, pois fica evidente que os investimentos realizados em infraestrutura trouxeram com eles a exclusão dos ribeirinhos que já se encontravam no Vale do São Francisco. Não foi realizado um trabalho de reforma agrária e agrícola que assegurasse a autonomia e a reprodução social e familiar desses sujeitos. Consequentemente, isso provocou diversas implicações em seus modos de vida, como se verá no capítulo seguinte.

[9] MCIDADANIA Através da LAI protocolo 71004001772201995 em 25 de setembro de 2019. Conferir Anexo D.

3 EFEITOS DO (DES)ENVOLVIMENTO SOBRE NOVA JATOBÁ, ROMPEDOR E FAVELA

Águas e mágoas do rio São Francisco
(Carlos Drummond de Andrade)

Está secando o velho Chico.
Está mirrando, está morrendo.
Já não quer saber de lanchas-ônibus
nem de chatas e seus empurradores.
Cansou-se de gaiolas e literatura encomiástica e
mostra o leito pobre,
as pedras, as areias desoladas
onde nenhum minhocão
ou cachorrinha-d'água,
cativadas a nacos de fumo forte,
restam para semente
de contos fabulosos e assustados […].

Mesmo enfrentando dificuldades para produzir alimentos, em virtudes das mudanças ocorridas após a construção da hidrelétrica de Sobradinho, os ribeirinhos, sejam jovens ou idosos, permanecem trabalhando, cultivando o solo e cuidando do manejo animal. Vivem em interação com o Rio São Francisco, com a terra e seus cultivares, verbalizando saudosamente as lembranças do tempo de outrora.

Bambuí

(Zito Torres)

[...] Aquele cercado véio
Que se vê ali em frente
Todo tempo que chovia
Era cheio de semente
Papai prantava de tudo
Pra satisfazer a gente
Tinha tudo patrão
Melancia, abóbora, melão
Laranja, pinha e batata
*Tinha toda prantaçã*o […].

3.1 Efeitos da implantação da hidrelétrica de Sobradinho

Com o advento da irrigação tecnificada no Vale do São Francisco para produção de frutas destinada ao mercado nacional e internacional, sucederam novas formas de lidar com a terra, com a água e com as pessoas. A implantação da hidrelétrica de Sobradinho desconstruiu todo um sistema de relação social e de produção que os ribeirinhos (re)elaboram sua reprodução física e imaterial. Foi ignorada a cultura ecológica dos ribeirinhos, tornando ineficaz suas formas de trabalho para o cultivo do seu "de-cumer"[10].

A área e as comunidades do presente estudo estão situadas no semiárido brasileiro. Trata-se de uma região definida inicialmente pela Lei federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a qual substitui o polígono das secas, que por sua vez foi criado pela Lei nº 9.857 de 13 de setembro de 1946, mas, somente a partir do Decreto-Lei nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968 foi regulamentada a inclusão de municípios no Polígono das Secas.

O semiárido brasileiro foi delimitado pelo Ministério da Integração Nacional, órgão criado em 29 de julho de 1999 e extinto em 1º de janeiro de 2019, integrado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. A Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de

[10] De-cumer palavra com sinônimo de alimento, comida. Expressão utilizada pelos camponeses do sertão baiano.

2007 definiu a nova delimitação para o semiárido brasileiro, com três critérios técnicos sobrepostos:

I - Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros (isoieta de 800mm);

II - Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990;

III - o risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Esses critérios foram aplicados consistentemente a todos os municípios que pertencem à área da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), inclusive os municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Como resultado, foram incluídos mais 102 municípios aos 1.031 que já faziam parte do semiárido. Com essa atualização, a área classificada oficialmente como de Semiárido brasileiro teve um acréscimo de 8,66%, aumentando de 892.309 km^2 para 982.563 km^2.

Com a implantação da hidrelétrica de Sobradinho no interior do Semiárido Nordestino, estabeleceram-se os empreendimentos agrícolas no Vale do São Francisco, que por sua vez provocaram a migração dos sertanejos do campo para os projetos irrigados, ou para as cidades polos da fruticultura, estabelecendo uma mobilidade pendular.

Todas essas mudanças ocasionaram alterações da paisagem, com uma inversão dos cultivos e da relação com o sistema de plantio. Houve a adoção intensiva de produtos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e as culturas temporárias - que antes eram predominantes - deram espaço aos cultivos de fruteiras permanentes, em grande escala. A população da cidade aumentou e a do campo foi reduzida, tudo isso acompanhado da precarização das condições de vida dos sujeitos, fraturando a situação de vida dos ribeirinhos e dos caatingueiros.

Considerando que o rio São Francisco assegura a vida de milhões de nordestinos nos centros urbanos às suas margens e que os ribeirinhos vivem e trabalham no campo numa relação com Terra e o Rio para produção de alimentos e sustento familiar, qualquer gestão de recursos hídricos deve ser participativa, conforme preconiza a legislação. No entanto, sem participação das comunidades locais nas tomadas de decisões, a partir da década de 1970 o Submédio do São Francisco viveu uma efervescência direcionada para o (des)envolvimento da região, com a perspectiva da agricultura moderna.

Dourado (2015) explica que:

> Em cada canto e recanto vão produzindo efeitos repetidos e deturpações novas, aos quais estão expostos os camponeses a quem cabe a luta para romper com os grilhões do modelo de desenvolvimento que, embora privilegie a produção de riqueza, é incapaz de suprimir a pobreza, pois essa é gerada para alimentar o sistema sociometabólico do capital (DOURADO, 2015, p. 22).

A riqueza gerada com a fruticultura no Vale do São Francisco é demudada da sua origem e o que fica com os do lugar é a “raspa do tacho”, a expropriação e a degradação da natureza. Segundo Rezende (s.d):

> No entanto, o pensamento dominante, necessita se apresentar como ‘pensamento único’, entendendo que não apenas suas formas de intervenção como também este mundo, são os únicos possíveis, deslegitimando, a todo custo, as tentativas de intervenção direcionadas a uma transformação radical das formas existentes. Inclusive, este elemento característico das ideologias das classes dominantes, a necessidade de afirmarem seu mundo como o único possível, possui raízes profundamente instauradas e insere limites fundamentais para as formas de se enfrentar os problemas. (REZENDE, s.d. p. 2).

O rio alimentava e dessedentava a todos e a todas em seu entorno e a léguas distantes, mas veio o (des)envolvimento que pôs fim ao envolvimento de ribeirinhos(as) com o rio, e levou junto o acesso à água barrenta ou cristalina, aos seus alimentos e à sua liberdade.

O que se tem apresentado ao longo dessas 04 (quatro) décadas para os ribeirinhos é que não há espaço para eles nesse modelo de (des)envolvimento. E o que lhes resta agora é a resiliência ou a perda da liberdade, indo proletarizar-se.

O termo resiliência está no sentido da capacidade dos sujeitos de se (re)inventar e assim continuar a reprodução da família em seu território.

A ação do governo foi suficiente para eliminar o meio de produção de alimentos dos ribeirinhos e estabelecer o (des)envolvimento da região, não estando mais ao alcance deles o controle do cultivo do "de-cumer", pois não foram criadas e disponibilizadas tecnologias para que esses ribeirinhos continuassem a sua “labuta” para produzir seus alimentos. Sr. Noé, um dos entrevistados, expressa seu descontentamento:

> Agora é ficar olhando do barranco à água do rio sem saber o que fazer. Como produzir se o sistema de molhar a terra foi alterado? Como trazer a água até a terra e assim semear as sementes para obter o alimento? Como será de agora em diante para fazer uma roça?

Mesmo diante de tamanho desafio, ainda há ribeirinhos(as) resilientes que permanecem enfrentando os obstáculos para produzirem, se mantêm levando os seus produtos

para comercializar em Curaçá, principalmente à feira que acontece às segundas-feiras, fornecendo beijus e verduras, conforme a seguir figura 24.

Figura 24 - Produtos das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela chegando à feira de Curaçá

Autor (2019).

Em um dos dias de trabalho de campo, nas proximidades da aldeia indígena Atikun, encontrei o Sr. Aureliano, de 70 anos de idade, da comunidade Nova Jatobá, que vinha na sua bicicleta levando na garupa e no guidão produtos da roça para comercializá-los em Curaçá, conforme Figura 25. Essa rotina é diária: os ribeirinhos saem de suas comunidades para levarem seus produtos a fim de realizar trocas simples no mercado municipal e nas casas dos fregueses residentes da cidade. Para a comerncialização, Zé de Joatan atua como intermediário, recolhe todas as manhãs das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela, verduras e legumes e, a cana-de-açúcar, vendida para Muniz e Francisco (Amaral), que processam para vender caldo de cana; esses produtos são comercializados na cidade de Curaçá.

Figura 25 - Ribeirinho indo com produtos para comercializar na cidade de Curaçá

Autor (2019).

3.2 O que dizem os sujeitos e os fatos sobre a barragem e Nova Jatobá, Rompedor e Favela

Os ribeirinhos, historicamente, aproveitavam as terras de várzeas umedecidas após as cheias do rio São Francisco para o cultivo de alimentos. Porém, com a barragem de Sobradinho, eles perderam a autonomia de plantar no sistema extensivo tradicional.

Os trabalhos de plantios aconteciam nos períodos das chuvas e da baixa das águas do rio São Francisco, quando as terras ficavam favoráveis aos cultivos. Os senhores Izidro e Noé falaram das observações que eles faziam para avaliar o comportamento do rio e, enquanto o rio permanecesse estável, eles diziam que o mesmo estava dormindo e aguardavam que ele vazasse, realizando medições diárias com um pedaço de madeira talhado e fincado no solo. O talho ficava na altura do nível da água do rio e diariamente eles verificavam o comportamento das águas (se estável ou em baixa). Outra observação dos ribeirinhos era quanto ao aparecimento de gaivotas no rio. A presença dessa ave gerava a expectativa da iminência de o rio vazar; eram gaivotas pretas, que voavam com o seu bico vermelho aberto sobre as águas do rio; assim que essas aves apareciam na região, eles afirmam que não demorava para acontecer a baixa das águas do manancial[11]. A baixa das

[11] Pelas características descritas e apresentação de fotos, por seu Izidro, identificou-se a gaivota descrita como a talha-mar.

águas do rio era aguardada com expectativa pelos ribeirinhos e, quando se iniciava, esse processo era motivo de muita alegria, pois chegara o momento de trabalhar nas roças com plantio dos seus alimentos.

O senhor Valério conta que antes das águas do rio cobrirem as várzeas, os ribeirinhos preparavam as terras abrindo as covas, nas quais adicionavam estercos e enterravam-nos. Depois, fincavam varas de marmeleiros para que pudessem identificar os locais de fazerem as semeaduras.

As águas vinham e submergiam as covas e conforme ia acontecendo o seu retorno ao nível normal, as varas eram retiradas e as sementes eram colocadas. Segundo o seu Valério, colhia-se bem. Ele conta ainda que para a terra segurar a umidade era preciso revolvê-la com a enxada para deixá-la solta, senão a terra endurecia e não dava para acontecer a germinação.

Nesse ciclo, acontecia primeiro o plantio das manivas de mandioca e, entre essas, o do feijão. Depois é que se davam os plantios das batatas doces, que ficavam mais próximas às margens do rio. As manivas de mandiocas eram plantadas por volta do mês de abril/maio e a colheita se dava após seis meses, a partir do mês de outubro, segundo o senhor Izidro.

Os moradores se lembram da relação de trabalho comumente praticada em terras de posses de terceiros, na qual o pagamento pelos trabalhos se dava em diárias. No entanto, o valor da diária ficou tão irrisório que os ribeirinhos se recusaram a trabalhar por aquele preço. Segundo o senhor Noé, esse fato aconteceu por volta de 1957, quando estabeleceram um acordo que denominam de “três x um”. Ou seja, 1/3 do valor fica para o posseiro da terra e 2/3 para quem trabalhar na terra.

Se o plantio feito fosse de batata doce, por exemplo, de 30 covas, 20 covas seriam do trabalhador e 10 covas seriam do posseiro da terra. Nesse caso, o posseiro da terra colheria por conta própria as suas 10 covas de batatas. Os moradores lembram que o caso do feijão de arranca, na década de 1970: quando havia a colheita de 27 sacas de feijão, 18 sacas pertenciam ao ribeirinho que trabalhou na lavoura e 9 sacas seriam a renda do posseiro da terra, que recebia o feijão já ensacado.

No entanto, após a barragem de Sobradinho, o formato “três x um” entrou em declínio e foi sucedido pelo de meeiro, estabelecendo 1/2 para cada uma das partes depois de abatidos todos os custos e despesas da cultura. Com a barragem fazendo o controle do volume hídrico, não é mais possível aproveitar as terras de várzeas umedecidas após as cheias do rio São Francisco para cultivar os alimentos, então é necessário implantar sistemas de irrigação e o custo disso comprometem a autonomia e a renda dos ribeirinhos.

Quando a produção acontece em terra arrendada, o posseiro recebe 10% sobre a receita bruta (de renda da terra ou de produto colhido). Se o motor bomba utilizado para irrigar a terra for do proprietário da terra, a renda é elevada para 15%. Quem entra na parceria de meeiro para os cultivos é um sujeito que os ribeirinhos denominam de patrão. Este dispõe dos meios de produção da terra, recursos financeiros e equipamentos de irrigação, ou participa somente com os recursos financeiros e arrenda os meios de produção e a terra. Da outra parte o ribeirinho, entra com toda a força de trabalho que advém do núcleo familiar para o cultivo, desde o desmatar, preparar o solo, até a colheita.

Segundo o que foi relatado, a divisão para remuneração das partes, na maioria dos casos, acontece assim: O patrão (meeiro) adianta, em espécie, o dinheiro para fornecimento (fazer a feira) do ribeirinho e também para adquirir os insumos que serão aplicados na cultura, além dos combustíveis ou energia elétrica que garantirão a irrigação até a colheita. Quando acontece a colheita, é retirado o valor da renda da terra, caso a mesma tenha sido arrendada e, a partir de então, são feitos os cálculos para identificar a remuneração pela atividade. A divisão dos valores entre meeiros se dá com os abatimentos dos custos e das despesas de produção que foram antecipados pelo patrão. Assim, o lucro é dividido em partes iguais, ou seja, 50% para cada meeiro.

Geralmente, as plantações que acontecem nesse formato de parceria/meia são as de culturas temporárias de melão, cebola, melancia e tomate, denominadas pelos ribeirinhos de culturas de “jogo” (nunca se sabe se ganha ou perde). Estas têm seus preços variando conforme o mercado de oferta/demanda e, em muitos casos, no momento da comercialização dos produtos, os preços de venda estão aquém dos gastos realizados na produção, levando-os a prejuízos. Conforme comentou o Sr. Gonçalo, morador da Nova Jatobá, em alguns casos, os ribeirinhos que trabalharam para produzir, no momento do confronto para a repartição da remuneração, não ficam com nada, às vezes ainda ficam devendo. Neste caso, o pagamento se dará na apuração da próxima cultura/plantio, ou seja, entra-se no próximo “jogo” com dívida acumulada da “rodada” anterior.

O Sr. Aureliano (Leriano) recorda das vezes em que se tinham nas roças lavouras em formação, formada, ou já nos dias de colher e, da noite para o dia, toda a cultura foi perdida, submersa pelas águas do rio São Francisco em virtude da barragem de Sobradinho, ter liberado grande volume de água, surpreendendo-os e levando-os a prejuízos. Esse fato das águas submergirem nas faixas de terras que margeiam o rio ocorria nos anos de cheias do rio São Francisco, que eram comuns até metade da década de 1980, quando as enchentes se davam em virtude da liberação de água da barragem de Sobradinho após abertura das

comportas, aumentando o volume de água da jusante para que o lago comportasse as águas que chegavam oriundas das nascentes e afluentes do rio.

O Sr. Manoel (Ducha) disse que se aventuram nessas culturas temporárias de risco, pois veem a possibilidade de melhorar a renda familiar, e procuram organizar o tempo para trabalhar tanto em suas parcelas como nas de outros, na condição de meeiros. Porém, no momento da pesquisa, não identifiquei famílias que estivessem em atividade de meeiro; sendo que as que trabalhavam nessa condição ultimamente o fazem por conta própria. Alguns estão aposentados e têm o seu próprio motor a diesel para irrigar pelo sistema de inundação em sulcos e ou em canteiros, conforme a Figura 26. Ainda na comunidade Nova Jatobá, alguns ribeirinhos utilizam de forma coletiva um motor bomba elétrico da Associação Nova Jatobá para abastecer o sistema de irrigação.

Figura 26 - Irrigação por gravidade, cultivos de hortaliças

Autor (2019).

No que diz respeito à Ilha da Capivara, alguns posseiros tem cedido as terras para os ribeirinhos trabalharem sem nenhuma cobrança efetiva e o lavrador apenas gratifica o dono da terra com produtos colhidos. Já outros têm arrendado as parcelas, mas, ainda assim, são poucas pessoas que trabalham na Ilha, que está com muitas terras ociosas. Os ribeirinhos, homens e mulheres, que não estão trabalhando em suas posses ou nas posses de terceiros, se empregam na lavoura da manga, da uva ou do coco, ou trabalhando como diaristas.

Muitos dos que persistem em manter seus cultivos de verduras, frutas, mandioca ou batata têm que enfrentar a dificuldade de não possuir um sistema de irrigação que favoreça seus trabalhos. Eles não dispõem, por exemplo, de motor elétrico para amenizar o custo do diesel utilizado para irrigar as culturas. E assim, enquanto não alcançam as melhoras vislumbradas, eles e elas vão ao enfrentamento das dificuldades e criam meios de melhorar a renda familiar para permanecerem em seu lugar. O que aconteceu com essas famílias é que lhes tiraram os meios de produzir e não lhes foram dadas novas condições, propícias ao cultivo dos alimentos; estão sendo desamparadas, porém resilientes. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2006) afirma:

> Há uma determinada condição operária que foi instituída através de acirradas lutas e que configura a vida de importantes segmentos da sociedade. São homens e mulheres que não têm meios de produzir a sua própria existência; que foram expulsos da terra ou nasceram filhos de famílias que foram expropriadas· da terra e que se veem obrigados a vender a sua força de trabalho, nem sempre fazendo aquilo de que gostam ou que melhor saberiam fazer (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 18).

Dessa forma, convém salientar que há ribeirinhos que, empregados nas empresas monoculturas de frutas, afirmam que se as terras da família tivessem as condições propícias para produzir e assegurar o mesmo retorno financeiro que eles obtêm nas empresas, retornariam para sua atividade de origem.

A barragem vem cumprindo os propósitos para os quais foi criada, quais sejam a autossuficiência energética e o fornecimento abundante de água para que empreendimentos agrícolas se instalem na região para produzirem frutas e cana de açúcar. São milhares de empregos criados, atraindo gente de outras regiões do Nordeste e do Brasil para o polo do Vale do São Francisco para trabalharem na agricultura. Da cidade de Curaçá-BA, todos os dias saem mais de uma dezena de ônibus transportando trabalhadores(as) para os projetos irrigados. Esse levante de mão de obra tem atraído também os(as) vaqueiros(as) que residem em comunidades no interior do município de Curaçá, fazendo com que muitas famílias deixem seus lugares para irem para a sede do município.

Esse fenômeno tem diminuído a pressão antrópica na Caatinga, o que tem permitido, conforme percepção dos munícipes, o reaparecimento de espécies animais que raramente se viam e agora têm se tornado comuns, como, por exemplo, as emas e os papagaios. Por outro lado, a ação antrópica foi transferida para o rio São Francisco, e os danos que a atividade agrícola e a urbanização têm provocado à natureza é perceptível, fazendo com que a degradação do rio se intensifique ao longo do tempo. A mata ciliar vem sendo destruída

desde o tempo em que as embarcações a vapor eram movimentadas com a queima da lenha oriunda da vegetação da Caatinga. Outro problema é a qualidade da água, que continuamente é contaminada por esgotos não tratados, por agrotóxicos e por fertilizantes.

Esse atrativo fez as cidades do Vale do São Francisco aumentarem consideravelmente sua população, demandando mais água para abastecer esses povoamentos e, como consequência, mais dejetos no rio, por meio dos esgotos, convergindo para degradá-lo.

No Vale do São Francisco, todo um processo de produção de alimentos foi desconstruído em nome do (des)envolvimento e junto a isso veio a degradação da natureza e a destruição dos ecossistemas. Desse modo, Shiva (2003) contribui para aprofundarmos essa reflexão, ao dizer que:

> A inadequação ecológica é uma associação desastrosa entre os processos ecológicos da natureza que renovam os sistemas de sustentação da vida, as demandas por recursos e os impactos dos processos tecnológicos. Os processos tecnológicos podem levar a extrações e consumos maiores dos recursos naturais ou a acréscimos maiores de poluentes do que os limites ecológicos permitem. Nesses casos, contribuem para o subdesenvolvimento por meio da destruição dos ecossistemas (SHIVA, 2003, p. 162).

A respeito da utilização da flora no (des)envolvimento do Vale do São Francisco, Gonçalves (2007) relata sua gênese:

> Os vapores deram início à devastação das árvores situadas à beira do rio, no trecho que percorriam pois utilizavam lenha como combustível. Este foi um dos primeiros fatores que contribuíram para o início do processo de assoreamento do São Francisco (GONÇALVES, 2007, p. 91).

Lamentações de ribeirinhos, publicações de revistas, a exemplo do EcoDebate com denúncias de contaminação das águas do rio com agrotóxicos e outros materiais pesados têm se intensificado e já se pode verificar sobre o rio a proliferação de baronesas (*Eichornia crassipes*), plantas aquáticas indicadoras da má qualidade da água, com capacidade de despoluição. A mesma tem elevado potencial reprodutivo e tem sido um problema aos gestores municipais controlarem-na.

Diante das dificuldades econômicas, ou do receio em procurar os agentes financeiros, ou até da inacessibilidade a esses agentes, os ribeirinhos não têm investido em tecnologias de irrigação para produzir com certo grau de eficiência temem dependência de outro elemento estranho à sua rotina: os bancos. Sobre o acesso aos bancos o Sr. Aureliano

disse: “não entra dinheiro aqui pra nada, o banco aqui ninguém tira dinheiro, os que tira dinheiro são os que tem condição”.

Conforme Toschi (2006):

> Para mitigar os custos do crédito rural, os bancos priorizam operações de maior valor, destinando crédito para poucos e grandes tomadores. Tal situação ocorre geralmente, pela exigência dos bancos de vinculação das garantias que reduzem o risco de crédito de operação, além de que nas grandes operações o custo bancário é menor (TOSCHI, 2006, p. 35).

O Sr. Edilson, ex-presidente da Associação, relatou o que aconteceu com os ribeirinhos das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela em um financiamento com o Banco do Nordeste:

> Na década de 2000, por meio da Associação da Comunidade Nova Jatobá, foi trabalhado um projeto para atender 40 famílias das comunidades que abrange a referida Associação, onde buscou-se um financiamento através do Banco do Nordeste, com o objetivo de cultivar fruticultura. Com aprovação do projeto e disponibilização dos recursos, que eles pudessem trabalhar em suas posses de terras. Das 40 famílias contempladas, seria para 20 pessoas de cada família, avalizarem entre si. O tamanho da área do projeto era de 80 hectares. O projeto foi impulsionado com a liberação dos recursos. A princípio, o que fora aprovado pelo banco era para o cultivo de goiaba e coco, o sistema de irrigação a ser utilizado era por gravidade, em que se tinha que construir dois reservatórios, sendo um na Nova Jatobá e o outro na Favela, em pontos determinados da área de terra para distribuição das águas para irrigação por inundação. Feito os reservatórios, encomendadas e pagas às mudas de goiabeiras e coqueiros, o Banco solicita revisão do projeto em virtude que as culturas da goiaba e do coco não eram viáveis devido ao elevado índice de doença (nematóide *Meloidogyne mayaguensis*) que estava ocorrendo com as goiabeiras na região e, do declínio do mercado de coco. Diante da situação, o Banco do Nordeste solicita alteração do projeto de irrigação e, que se fizesse outro estudo para que a irrigação acontecesse localizada, tipo microasperssor e a cultura agora seria de manga. Sendo que os ribeirinhos já pagaram às mudas de goiabeiras e de coqueiros, então foram negociar uma permuta dos valores para adquirir as de mangueiras. Em que não houve acordo, uma vez que o fornecedor já produzira-as e eles não foram buscá-las. Então, outro pagamento para que ocorresse esse fornecimento. As mudas foram pagas, recebidas e colocadas ao lado da sede da Associação para que os ribeirinhos fizessem a rega até que ocorresse o plantio das mesmas. Até então, vão somando-se as perdas dos ribeirinhos em razão dos pagamentos das mudas de goiaba, de coco, e da construção dos reservatórios que era para atender ao projeto anterior de irrigação por gravidade. Agora, o projeto estava bem adiantado já prestes ao plantio das mudas de manga, uma vez que a área da terra já se encontrava toda cercada com arame farpado, construída toda no mutirão, do corte dos postes ao erguimento das cercas, já contavam com dois conjuntos motor-bomba, sendo um de 40 e outro de 50. A adutora assentada do rio até a área produtora, as instalações elétricas realizadas, assim como metade da área em que ia se produzir já estava com as mangueiras de irrigação estendidas, inclusive abertas metade das covas para o plantio das mudas, em que constatou que algumas covas estavam com 20cm de profundidade, devido ao solo raso e foi quando contataram com o Banco do Nordeste, com sede na cidade de Juazeiro/BA, e veio a comunidade o fiscal do Banco, o Sr. Jackson, o qual condenou o projeto, dizendo que não tinha como prosseguir, uma vez que, àquela área não servia para produzir “nem capim”. Assim, os recursos não seriam mais liberados para prosseguir com o projeto, os

> ribeirinhos sem capital para custear o empreendimento que é de médio prazo e não havendo entendimento entre os ribeirinhos de como prosseguir com o projeto, o mesmo ficou paralisado e dívida para os ribeirinhos. Por meio da Associação procuraram a CODEVASF, a qual solicitou uma análise de solo e com o resultado afirmou-a que não era possível a continuidade do empreendimento. Com a decisão do Banco do Nordeste, em condenar o projeto sem fazer um estudo para viabilidade de outras culturas que atendessem aos investimentos aplicados, e da avaliação da CODEVASF, os ânimos desandaram, os ribeirinhos não chegaram a um entendimento de como dar prosseguimento ao empreendimento ou arrendá-lo temporariamente, o que se viu foi atitudes desagregadoras e partes dos materiais vendidos por alguns ribeirinhos e outros materiais e equipamentos como os motores elétricos estão mantidos na Associação. O Governo Federal concedeu ao setor agrícola anistia de 95% de dívida para com os bancos. Assim, os ribeirinhos foram contemplados com essa anistia e os que puderam pagar os 5% da dívida e, da mesma forma, a quem foi seu fiador, o empréstimo estava quitado. Alguns pagaram, mas continuam devendo em virtude de seu fiador não ter pago. Vale ressaltar que para a execução do projeto os ribeirinhos tiveram que contratar uma empresa de assistência técnica, em que a mesma disponibilizou um técnico para realizar o projeto. Eles não tem utilizado os equipamentos(motorbomba) em virtude dos mesmos serem superdimensionados para as áreas que eles trabalham, o custo com a energia será muito elevado.

O fato relatado pelo Sr. Edilson causa perplexidade, pois o Banco estatal deveria fomentar recursos para promover atividades que pudessem proporcionar independência financeira e autonomia produtiva aos ribeirinho. Todavia, o que se constatou foi o estabelecimento de problemas. A indiferença com que a situação foi tratada criou um pesadelo aos financiados que almejavam meios de trabalhar em suas posses de terras. Fica evidente também a fragilidade desse tipo de comunidade rural, que, apesar de estar organizada em uma associação, carece de orientação e assistência jurídica capazes de defendê-la e orientá-la frente a situações como esta aqui relatada.

Antes mesmo de ser cedido o financiamento, deveria ser elaborado um projeto com viabilidade técnica e operacional, condizente com a vocação local. O que poderia ter deixado de ocasionar o endividamento dos ribeirinhos, que empregassem esforços e recursos desnecessários e evitaria, acima de tudo, que suas expectativas, sonhos e anseios fossem desfeitos.

3.3 Novos processos produtivos; novas relações sociais e de produção

Aparentemente, os projetos irrigados são uma maneira adequada para coletivizar o acesso à terra e à água no semiárido Nordestino. Na aspiração dos capitalistas, esses espaços, suprimidos dos ribeirinhos, em grande parte são convertidos em reprodução ampliada do capital: por um lado, pelo uso de modernas máquinas e técnicas; por outro, pelo emprego de

práticas ultrapassadas, como as situações precarizadas do trabalho, que se mantêm atuais, veladas sob a tecnologia do (des)envolvimento (DOURADO, 2015).

Antes da construção da hidrelétrica de Sobradinho, quando o rio São Francisco tinha o seu curso natural, os ribeirinhos produziam seus alimentos no momento favorável, de acordo com as condições edafoclimáticas. O ciclo anual das chuvas ocorria de janeiro a março, fazendo o volume de águas do rio São Francisco aumentar, inundando as faixas de terra de suas várzeas, lagoas e afluentes adjacentes, deixando-as por um tempo submersas. Com a interrupção das chuvas, a água retornava gradativamente ao seu leito e, na medida em que as águas baixavam, as famílias plantavam nas terras lamacentas das várzeas. Assim, era possível à família produzir e, havendo excedente da produção, comercializavam, adquirindo outros produtos por eles não produzidos.

Para Wanderley (2014), a partir dos anos 1960 acontece no Brasil uma mudança generalizada no âmbito rural, na qual prevalece a modernização da agricultura, trazendo consequências diretas e imediatas sobre os espaços de reprodução dos camponeses (WANDERLEY, 2014).

As obras de (des)envolvimento discutidas neste trabalho promoveram nos territórios dos ribeirinhos situações que eles desconhecem, deixando-os descolados da realidade: o desenvolvimento desestrutura os processos produtivos; as relações de produção e sociais que eles dominavam passam a apresentar outras possibilidades, mas estas não lhe são acessíveis por questões financeiras e culturais. Logo, eles ficam “sem lugar”, mesmo estando no próprio território, já não podem realizar os processos que lhes são históricos, tampouco conseguem se inserir nos processos novos, que lhes são apontados como modernos e desenvolvidos, pois não possuem recursos financeiros. Portanto, mantém-se ainda a labuta com tecnologias de irrigação que consome o tempo de trabalho do ribeirinho, impedindo-lhe que desempenhe simultaneamente outras atividades em prol da melhoria da renda familiar.

Souza (2013) desvela o interesse do governo militar por ocasião da implantação da hidrelétrica de Sobradinho. Os militares diziam que os “pobres do campo” seriam inseridos em atividades produtivas, com possibilidades de competir no mercado e que os problemas seriam aniquilados. Nessa perspectiva, a instalação dos projetos de irrigação, a autossuficiência energética e a construção de rodovias seriam pontos de partida para a redução da pobreza e a marcha para o (des)envolvimento. No entanto, as mudanças ocorridas na paisagem da região em meados da década de 1960, apesar de atraírem muitos investimentos, trouxeram a mudança de que a terra e a água não seriam mais para o trabalho do ribeirinho,

mas para empreendimentos lucrativos ao capital, mediante a mão de obra assalariada (SOUZA, 2013).

O propósito desse (des)envolvimento no Vale do São Francisco não é a produção de alimentos (comida), mas de mercadorias (fruticultura, açúcar e álcool). Assim, para produzir, o ribeirinho dependerá da disponibilidade de recursos financeiros e orientação técnica para gerir a atividade produtiva com relação ao mercado. Para Wanderley (2014), de modo geral, o campesinato representa uma forma social de produção, que se fundamenta no caráter familiar, tanto nos aspectos da atividade produtiva, quanto de sua organização para produção, em que se objetiva atender as necessidades da família. As atividades são desenvolvidas em cooperação entre os membros da família e até da comunidade. Portanto, o campesinato compreende desde a labuta no campo até os valores com os quais os membros da família lidam, traduzindo em cultura a maneira como eles vivem e se relacionam (WANDERLEY, 2014).

Os camponeses do Vale do São Francisco, se relacionam de forma a produzir o próprio alimento numa diversidade de atividades, desempenhadas em cooperação. A família integra-se para o labor diário com suas características diversas. Os cultivos de vegetais são desenvolvidos em pequena área de terra protegida por cerca, pois esta resguarda que os animais não danifiquem os plantios. Ainda há a caça e pesca, a produção de farinha, a relação de mútua ajuda. Conforme a figura a seguir, é possível observar um grupo de pessoas, homens e mulheres, trabalhando coletivamente na raspagem das raízes de mandioca que serão utilizadas no preparo de farinha, ilustrada pela figura 27.

Figura 27 - Raspagem da mandioca para processamento de farinha

Autor (2019).

Os moradores relataram que o processamento da mandioca ocorria na casa de farinha do senhor José Lagoa e a utilização do espaço se dava de forma coletiva, sem pagamento em espécie ou produto. As instalações eram rudimentares, com uso de “roda”, os trabalhos de processamento se davam parcialmente em mutirão, por exigir muito esforço físico. Ao final, o mexedor recebia 01(um) prato de farinha a cada 08 (oito) processados.

Seu Matheus detalha o processo de fazer farinha:

> Era muito trabalho, quatro homens para girar a roda, enquanto as mulheres colocavam a mandioca descascada para moer. Aqueles quatro homens que estavam girando a roda revezava por outros quatro homens, indo aqueles descascar as mandiocas enquanto descansa, para depois retornar ao revezamento para girar a roda da prensa. Fazer farinha era um serviço muito pesado e meio que no mutirão, só recebia o mexedor da farinha. Para cada oito pratos de farinha, 1(um) era do mexedor, o restante era para o dono da mandioca e o posseiro da terra, na divisão de três x um.

A repartição da farinha para pagamento da renda da terra se dava igualmente no caso do feijão: 1/3 para o posseiro da terra (o qual já recebia o feijão ensacado) e 2/3 para o trabalhador.

Seu Izidro fala da transição do processamento manual da farinha para o motorizado:

> O processamento manual funcionou até a década de 1970. Quando chegou à comunidade a casa de farinha de motor a diesel, contando nesse momento com um certo grau tecnológico, o sistema de repartição se tornou da seguinte forma: para cada 08(oito) pratos de farinha, 1(um) destinava-se ao dono do processamento, outro para o mexedor, os 06 (seis) restantes, seriam 04(quatro) para quem trabalhou para produzir a mandioca e os outros 02(dois) para o posseiro da terra.

Em relação à organização produtiva e à distribuição das atividades, o senhor Noé explica o funcionamento:

> Os ribeirinhos trabalhavam nas terras da ilha da Capivara, assim como em outras áreas das margens do rio, as quais as posses eram de terceiros, e também em suas posses.
> Eles se organizavam em equipes e montavam os mutirões determinando os dias em qual roça iriam trabalhar, estabelecendo a sequência das áreas de terras de forma que todos concordavam e no final todos eram contemplados com suas áreas de cultivos plantadas e quando das limpas e colheitas novamente formavam os mutirões.

Enquanto a agricultura requer muito trabalho, a criação de animais conta com um sistema de pastagem livre, sem cercas, em que os pastos não têm dono. Os animais pastejam nas áreas de terras de todos, num sistema de criação conhecido como "fundo de pasto". É dessa maneira que os ribeirinhos fazem sua interação social, com diversidade de práticas, prevalecendo a reciprocidade, também no que concerne à caça, à pesca, à coletas de frutos e à confecção de vassouras de palhas de carnaubeiras. As Figuras 28 e 29 mostram, respectivamente, um ribeirinho ajustando a tarrafa utilizada para pesca e outro confeccionando vassoura de palha de carnaubeira. Com essa força e resiliência, os ribeirinhos(as) vão permanecendo em seu território, adequando-se às situações e criando estratégias para continuarem a sua reprodução social. As ilustrações desvelam as formas como essas populações se estabelecem, com resiliência, como sujeitos autônomos e firmando sua territorialidade.

Figura 28 - Ribeirinho ajustando tarrafa

Autor (2019).

Figura 29 - Confecção artesanal de vassouras

Autor (2019).

Esse cenário de um povoamento humano tão diversificado faz contraste com o paradigma de modernização da agricultura baseado na monocultura, e na produção em larga escala com elevado uso de agrotóxicos. Para Shanin, o camponês é tão diversos quanto a própria natureza:

> [...] ‘um camponês’, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um ‘braço’ contratado romperão, muito frequentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive ‘o mesmo’ poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos (SHANIN, 2005, p. 1).

Para Mendonça (2010):

> Caso não percebamos as diferenças que teimam em persistir diante da tão propalada homogeneização espacial, não conseguiremos enxergar as tramas urdidas no processo de produção dos territórios. Não é possível estabelecer, conforme o desejo do mercado, o discurso de que todos podem ser bons empreendedores. Ledo engano. A tentativa de uniformizar e padronizar as diferenças evidencia a habilidade dos protagonistas (empresas transnacionais, Estado) que não querem reconhecer a existência milenar de diferentes formas de uso e exploração da terra, estas coadunadas com as necessidades do Homem e do Meio (MENDONÇA, 2010. p. 194).

De acordo com Malagodi (2017), as relações e interações dos camponeses vão desde a produção de alimentos até a diversificada dimensão cultural:

> Mesmo nesse contexto político e macroeconômico adverso, os camponeses conseguem realizar o metabolismo homem-natureza, desenvolver as forças produtivas e realizar os objetivos de qualquer civilização humana, que é de produzir alimentos, produzir bens materiais e culturais e dar ao homem condições de aspirar a uma dimensão cultural universal (MALAGODI, 2017, p. 60).

As interações dos camponeses em Curaçá podem ser vistas nas manifestações culturais, quando ribeirinhos e catingueiros, saem de seus lugares e apresentam-se numa diversidade cultural, rica de misturas que envolve natureza, fé e trabalho. Esses sujeitos paralisam suas labutas para expressarem a sua vida, numa dimensão que compreende a dança, a música, os instrumentos musicais e a indumentária. Isso ocorre, por exemplo, nas festividades da marujada, que acontecem nos últimos dias do mês de dezembro; no dia 30 acontece a levantação da bandeira de São Benedito, santo protetor dos negros e no 31 dezembro, no amanhecer, se vê a procissão de barcos e canoas repletas de marujos e marujas navegando sobre as águas do rio São Francisco. Do cais da cidade a população aprecia e aguarda a ancoragem no porto e, marujos e marujas saem dançando e cantando em direção a igreja matriz. Assim, também o são as festividades dos vaqueiros, que acontecem no segundo final de semana do mês de julho, quando se vê o desfile dos vaqueiros pelas principais ruas da cidade de Curaçá, montados a cavalo, trajados com suas vestes de couro desfilando e soltando aboios. A Roda de São Gonçalo que acontece como pagamento ao Santo pelas graças alcançadas. As interações desses sujeitos vão além do trabalho, carregam consigo fé e esperança.

3.4 Manejo do germoplasma vegetal e matriz produtiva local

As produções baseadas na monocultura comprometem a biodiversidade, sendo um indício para afetar a economia de produção de alimentos de base familiar. A esse respeito, Shiva (2003, p. 59) diz: “As tecnologias de produção baseadas em monoculturas uniformes de árvores, safras agrícolas ou gado ameaçam a economia de subsistência ao mesmo tempo que acabam com a biodiversidade”[12].

A Via Campesina (2008), na sua V Conferência Internacional afirmou que os alimentos deixaram de ser um direito das pessoas e tornaram-se mercadorias, uma vez que as sementes estão se tornando de domínio das multinacionais (com tecnologia comercial), com o consumo de agrotóxicos e a concentração de uma minoria na comercialização, industrialização e transporte dos produtos agrícolas. A pressão por cultivos de alimentos numa lógica ecológica tem sido tensionada pelos defensores da alimentação saudável, através

[12] A autora utiliza o termo “subsistência”, no entanto, existem correntes teóricas que não empregam a palavra subsistência por entenderem que ninguém está abaixo da existência. Então, um termo que pode ser coerente é “agricultura de base familiar”.

de uma agricultura ambientalmente menos agressiva. No entanto, trata-se de uma luta desigual, diante da força que o capital tem de dominação.

Alguns ribeirinhos comentaram que estão utilizando as sementes adquiridas nas lojas de produtos agrícolas, porque são sementes que já vêm "protegidas" para não ocorrer a lagarta nas lavouras, como no caso da semente do milho. Essa situação de perda de diversidade agrícola decorrente da substituição das sementes tradicionais pelas alteradas geneticamente é tratada por Santilli (2009):

> A perda da diversidade agrícola, nos mais diferentes níveis, está associada a mudanças ocorridas na agricultura, especialmente a partir da revolução verde, e, evidentemente, não pode ser atribuída ao sistema jurídico. Entretanto, diversas leis (como a de sementes, de proteção de cultivares e de acesso aos recursos genéticos) impactam diretamente a agrobiodiversidade, e seus efeitos têm sido subestimados. Mais do que isso, desconsideram que a biodiversidade e a sociodiversidade associada são protegidas pela Constituição e que as leis e políticas públicas, incluindo as agrícolas, devem promover a sua conservação e utilização sustentável. A preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético é expressamente determinada pela Constituição (artigo 225, parágrafo 1º, II), assim como a salvaguarda do rico patrimônio sociocultural brasileiro (artigo 216), que inclui as variedades agrícolas, os sabores e as inovações desenvolvidas pelos agricultores (SANTILLI, 2009, p. 131).

O feijão de arranca, alimento típico da mesa do brasileiro, geralmente consumido em duas refeições diárias (almoço e jantar), não tem sido mais cultivado pelos ribeirinhos. Segundo eles, não há mais condições para o cultivo devido a, incidência da mosca branca *(Bemisia tabaci)* e de uma espécie de ferrugem que acomete as folhas do feijoeiro, de modo que, quando o plantam, não conseguem realizar a colheita. Outro alimento que teve a redução do cultivo foi a batata doce, que antes era um produto muito presente à mesa para acompanhar as refeições, mas agora, por falta de umidade no solo e também pela incidência de mosca branca, seu cultivo foi diminuído.

Segundo Santilli (2009), um dos mais famosos exemplos dos perigos representados pela uniformidade genética foi a "Grande Fome" ocorrida na Irlanda entre 1845 e 1851, causada pelo estrago generalizado das plantações de batatas por um fungo (*Phytophthora infestans*). Noventa por cento da população da Irlanda dependia da batata como alimento principal. O fungo ceifou as plantações de batata e a fome matou 2 milhões de irlandeses (25% da população). Nesse período, 1,5 milhão de irlandeses migraram para os Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia (SANTILLI, 2009).

Segundo a mesma autora, a multiplicidade de plantas lavradas e a presença de animais domésticos, com sua capacidade de se adaptar a condições ambientais adversas

(clima, solo, vegetação etc.) e às necessidades humanas específicas, asseguram aos agricultores a possibilidade de sobrevivência em muitas áreas sujeitas a estresses ambientais. É o cultivo de espécies variadas que protege os agricultores, em muitas ocasiões, de uma perda total da lavoura, em casos de peste, doença, seca prolongada etc. Com as monoculturas, de estreita base genética, ocorre o contrário: as pestes, doenças etc. atingem a única espécie cultivada e destroem completamente a lavoura (SANTILLI, 2009).

Espécies que os ribeirinhos consideram resistentes a doenças e pragas, como o feijão de corda, que resiste à mosca branca (*Bemisia tabaci*), continuam sendo cultivadas na comunidade, conforme figura a seguir. Isso ocorre porque, dentro de uma mesma espécie, podem existir genótipos que toleram pragas e doenças, enquanto outros apresentam susceptibilidade. Nesse cenário, era comum que antigos agricultores guardassem as sementes das plantas que apresentavam boas características, como um sabor mais adocicado ou a tolerância a uma doença; essas sementes eram mantidas de um ciclo de cultivo para outro, podendo ser trocadas ou dadas a agricultores vizinhos. Desta maneira, mesmo que inconscientemente, esses produtores atuavam como guardiões das sementes de plantas que há muito tempo são cultivadas naquela região e que já passaram pelo crivo da seleção humana, material que constitui um valioso patrimônio genético, e que deve ser preservado.

Figura 30 - Plantio de feijão de corda na Ilha da Capivara

Autor (2019).

A troca de sementes entre agricultores (prática antagônica ao monocultivo) aumentam a variabilidade genética das espécies cultivadas e mantêm o banco de genes que cada espécie possui. O Sr. Valério explicou que as sementes colhidas não eram utilizadas para plantio no solo em que foram originadas; as mesmas eram trocadas por sementes colhidas de solos de outras parcelas; com isso havia a interação entre os ribeirinhos, ocorrendo, também, a prática de rotação de cultura por outras variedades.

As sementes de milho, de feijão, de abóbora e de melancia eram antigamente armazenadas em litros de vidro, cabaça ou latas reaproveitadas de querosene, vedadas com rolhas de madeira e cera de abelhas mandaçaia. Essa tradição de guardar as sementes para pós-plantio não tem acontecido com todos os ribeirinhos, mas ainda é possível encontrar aqueles que as guardam em garrafas plásticas tipo pet, conforme a Figura 31.

Figura 31 - Ribeirinho e o acondicionamento de sementes de feijão

Autor (2019).

Para Ribeiro, Assunção e Dias (2013), não há um desinteresse completo pelo armazenamento das sementes, o que está acontecendo é a falta de prática de guardá-las, até porque isso exige mão-de-obra e tempo de trabalho empregado. Os autores comentam sobre a importância de se guardar as sementes em garrafas pet juntamente com pimenta do reino, pois esta atua na conservação das mesmas, já que evita o ataque de gorgulho (*Curculionoidea*). Essa estratégia bem sucedida de armazenamento foi observada junto a um camponês que

guardou grande quantidade de sementes crioulas e a qualidade das mesmas foi excelente (RIBEIRO; ASSUNÇÃO; DIAS, 2013).

O Sr.Valério explicou como ocorria o manejo do germoplasma de mandioca, para que houvesse manivas para o próximo ciclo de plantio. Segundo ele, para assegurar que houvesse manivas de mandioca para cultivo, mantinha-se sem colher uma fileira de plantas até a época do plantio, que ocorria quando do retorno das águas; daí colhiam e realizavam os cultivos. O local onde ficavam essa fileira era estratégico, tratava-se de uma parcela de terra em que as plantas seriam as últimas a serem atingidas quando as águas do rio retornassem, garantindo assim os estoques de manivas para cultivos pósteros.

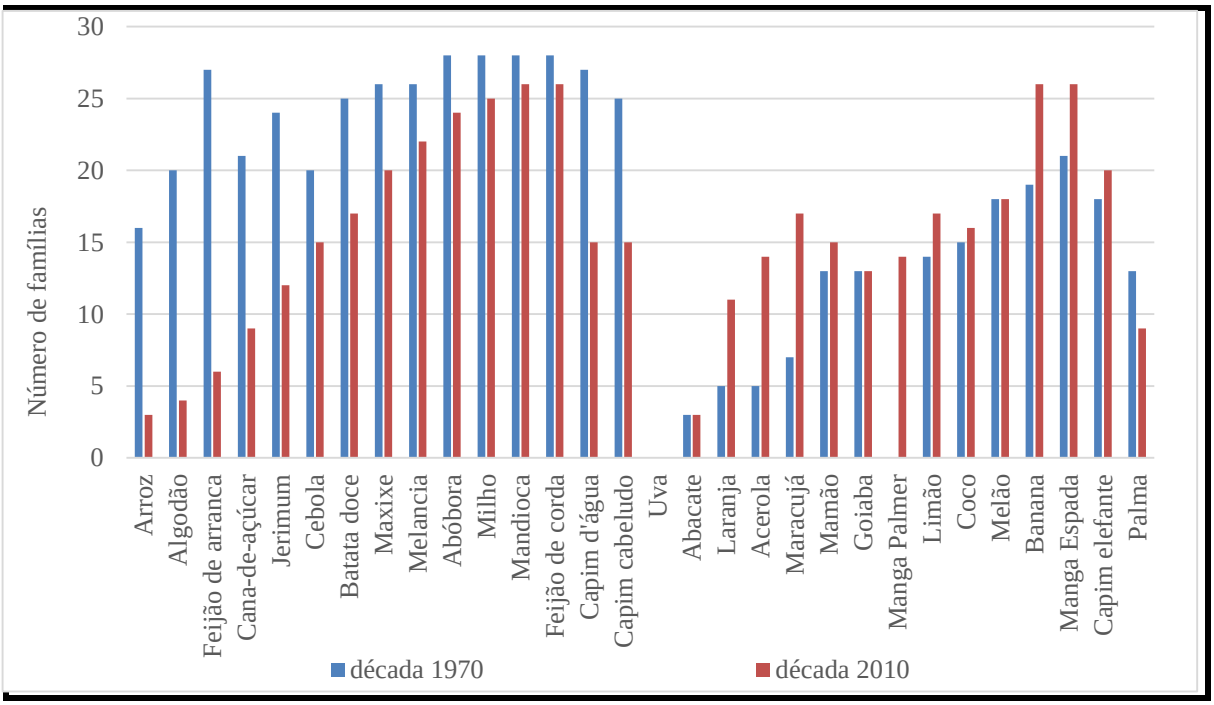
Quando a cheia do rio se antecipava e não havia tempo para se obter as manivas ou ramas de batatas para fazer os plantios, os ribeirinhos se deslocavam para a região de sequeiro, em Jaquinicó ou Pica-Pau (Serra da Canabrava) no município de Uauá, para conseguir as manivas. O transporte se dava em lombo de jumento com cangalha e caçuás. Levavam até dois dias de viagem para ir até o Pica-Pau. As aquisições das manivas aconteciam mediante compra ou pela troca de trabalho. Quem tinha interesse nas manivas ajudava no processo da farinhada e depois podia levá-las consigo.

Os jovens Daniel e Givaldo contam que, no período entre 2012 e 2014, eles não tinham manivas de mandioca e foi difícil recuperá-las. Conforme Daniel, algumas pessoas das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela tiveram que se deslocar até o município de Uauá para adquiri-las. Desse momento em diante a comunidade reagiu e voltou a produzi-las. O Givaldo comentou que eles perderam as manivas de mandiocas burguesa, manipeba e pipoquinha e que conseguiram as variedades de mandiocas jatobá, paulista e a manteiga, fornecidas pela Embrapa Petrolina. Em 26 de outubro de 2019, as mulheres do Movimento Camponês Popular (MCP) do município de Silvania/GO disponibilizaram algumas manivas de mandioca cenoura, pipoquinha e americana à comunidade Nova Jatobá, entregues ao Daniel, a Seu Manoel (Ducha) e a Seu Izidro, em 19 de novembro de 2019.

No que diz respeito ao manejo do germoplasma da batata doce, os moradores lembram que sobre a meia-parede das residências eram dispostas batatas para que essas brotassem e houvesse o crescimento das ramas. Estas, por sua vez, formariam os rameiros utilizados no plantio. Dessa forma, ano após ano, era possível manter as sementes e estruturas vegetativas (ramos e manivas) que seriam utilizadas nos próximos ciclos de plantio, sem a necessidade de recorrer a uma fonte externa ou a genótipos desenvolvidos por empresas do ramo agrícola.

Com a hidrelétrica de Sobradinho, os cultivos que tradicionalmente eram realizados pelos ribeirinhos foram sendo deixados e adotou-se o cultivo de frutas, conforme verificado na diminuição dos cultivos do "de-cumer", conforme ilustração da figura 32.

Figura 32 - Gráfico do comportamento dos cultivos das famílias ribeirinhas nas décadas de 1970 e 2010

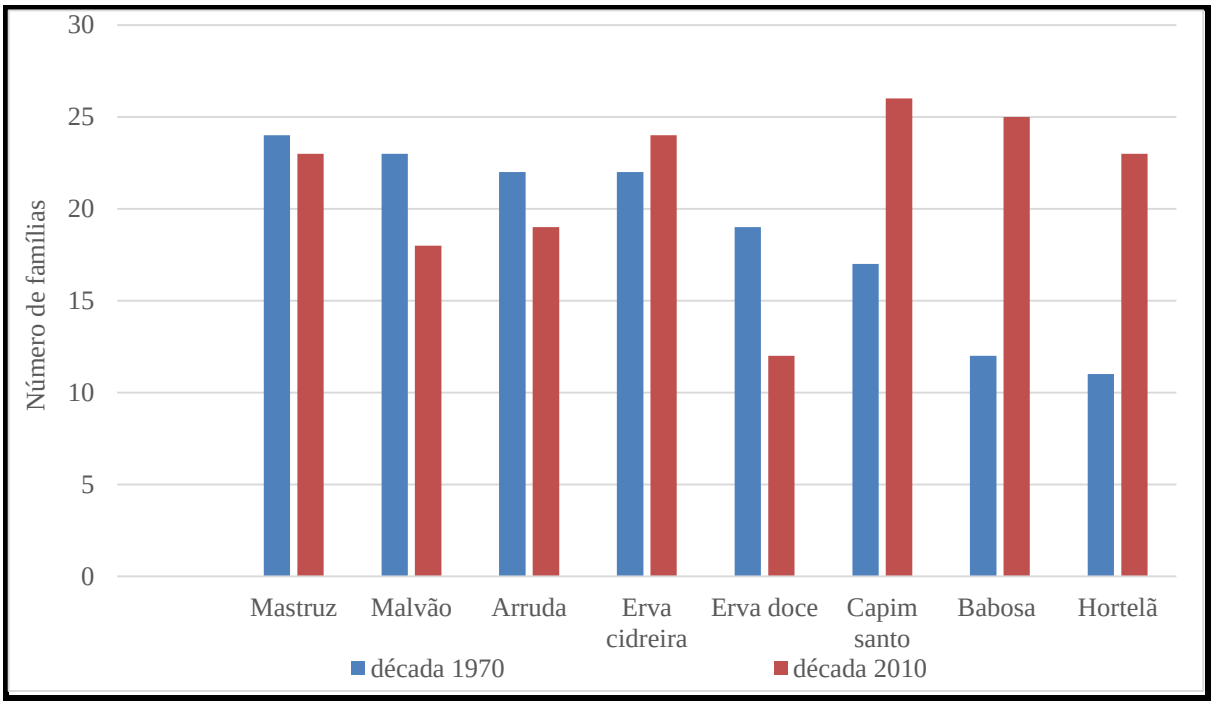


Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaborado pelo autor (2019).

Podemos observar na figura 38, que na década de 1970 as famílias tinham seus cultivares de alimentos; enquanto que na década de 2010, a capacidade produtiva caiu consideravelmente, alimentos básicos; feijão de arranca e o arroz, praticamente não são mais cultivados.

A pesquisa considerou os cultivos desde as roças dos ribeirinhos como também em seus quintais, que sempre se apresentam com cultivos de frutas, plantas medicinais e criação de animais. Em que, constata-se que houve alteração nas espécies medicinais cultivadas, conforme a figura 33 a seguir.

Figura 33 - Gráfico do comportamento dos cultivos de plantas medicinais nas décadas de 1970 e 2010



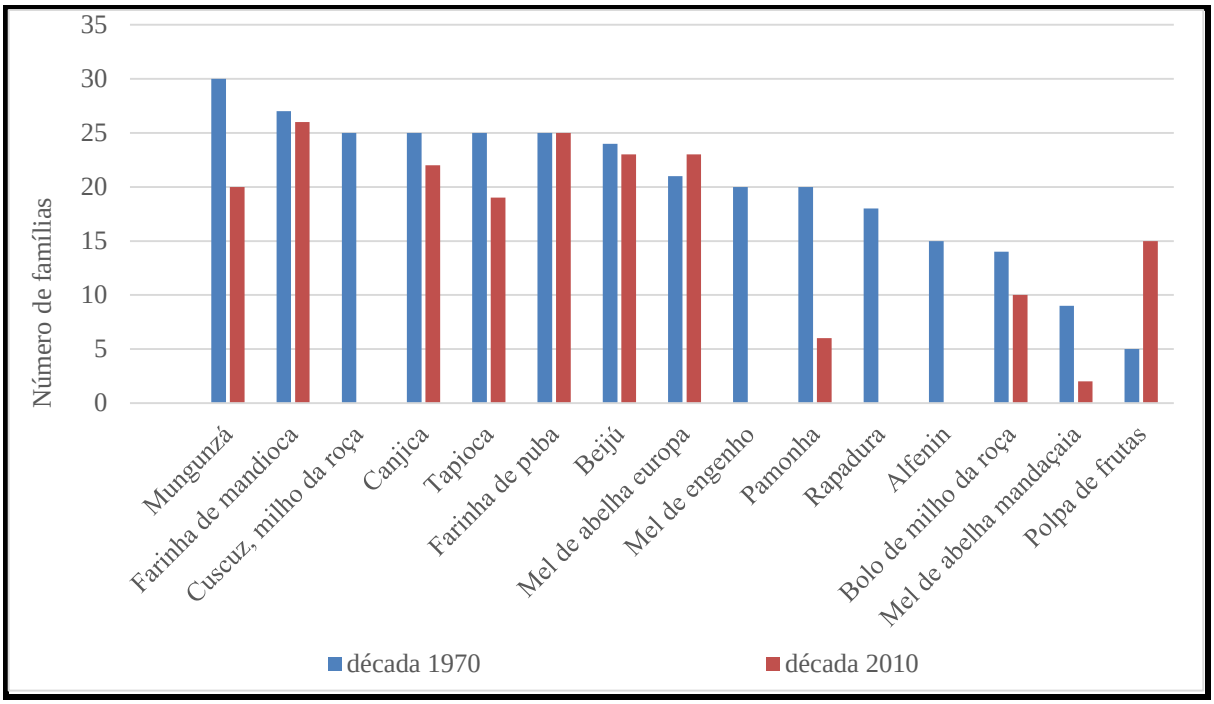
Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaborado pelo autor (2019).

Houve redução no cultivo de algumas plantas medicinais e aumento de outras. Mas, a tendência foi favorável a manutenção desses cultivos, exceto a erva doce que teve uma diminuição considerável.

Mesmo assim, ainda são cultivadas todas as variedades que da década de 1970, ainda com a presença forte das drogarias na cidade.

O próximo gráfico (figura 34) indica que houve uma mudança, entre 1970 e 2010, nos alimentos que eram processados na própria comunidade.

Figura 34 – Gráfico do Processamento e extração de alimentos pelos ribeirinhos nas décadas de 1970 e 2010

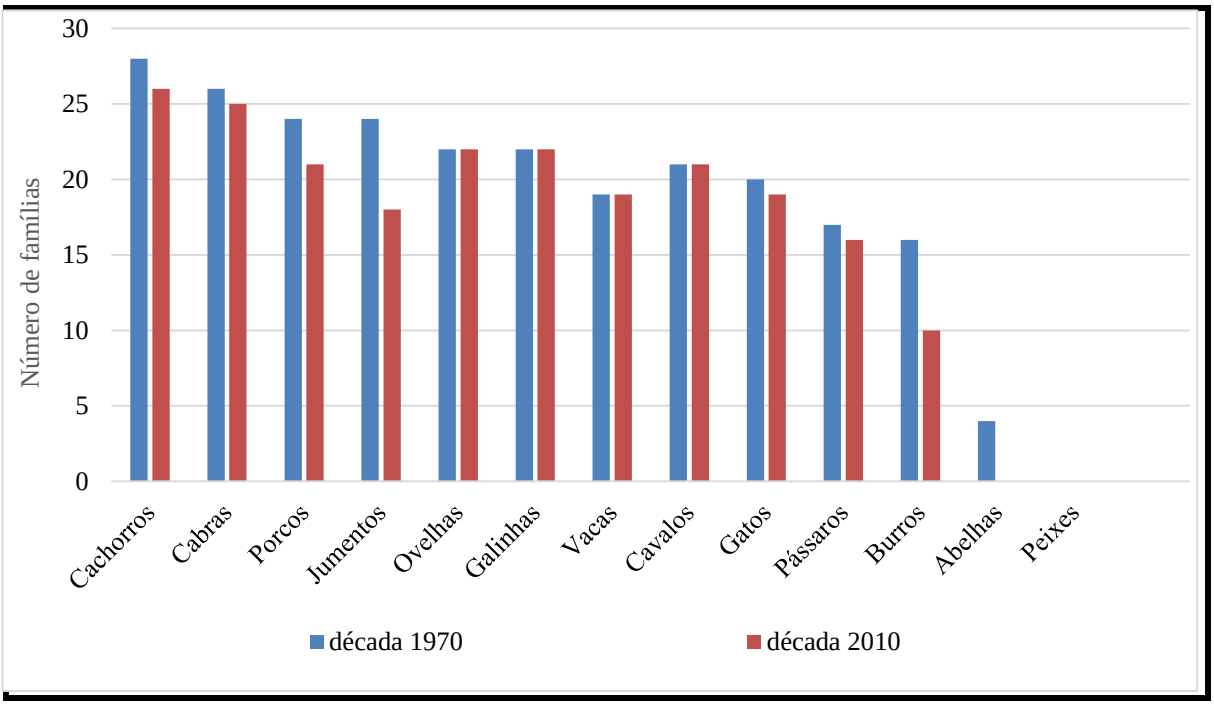


Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaborado pelo autor (2019).

Os produtos derivados da cana de açúcar desapareceram, os do milho tiveram redução, o cuscuz não se faz com o milho produzido na roça (atualmente é feito da massa comprada no mercado), e os méis de abelhas não são de criadouros. Já a produção de polpa de frutas teve um crescimento e houve redução nos processamentos da mandioca e da macaxeira, sendo elas ainda representativas para os ribeirinhos.

Quanto à criação de animais, é possível observar na Figura 35 as alterações entre 1970 e 2010.

Figura 35 - Criação de animais pelos ribeirinhos nas décadas de 1970 e 2010



Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaborado pelo autor (2019).

A criação de animais que serve de alimento às famílias, mantiveram-se praticamente estáveis, com pouca variação, exceto no caso das abelhas que não se constatou criador, quando se criava eram cortiços de abelhas da espécie mandaçaia; os animais domésticos cachorro e gato tiveram pequena redução; os animais de uso para locomoção e tração tiveram redução, exceto o cavalo que se mantém estável; e a prática de criar pássaros silvestres em gaiolas ainda é bastante ativa e preocupante, trata-se de crime ambiental. Ressalta-se o exemplo do casal Sr. Guilherme e dona Deusdete, da comunidade Sombra da Quixaba, que alimentam todos os dias os pássaros livres.

Conforme foi relatado pelos ribeirinhos com relação aos acontecidos em suas comunidades após a construção da barragem de Sobradinho, percebe-se que o projeto de desenvolvimento implantado no Vale do Submédio São Francisco década de 1970, não teve o objetivo de promover os sujeitos locais como protagonistas do desenvolvimento e não lhes foram dados meios de produção que possibilitassem a sua autonomia. A configuração atual da situação de vida dessas populações demonstra que elas acabaram se tornando mão-de-obra para aqueles que vieram de fora explorar a atividade da fruticultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da hidrelétrica de Sobradinho desenvolveu o monocultivo de frutas destinadas para o mercado nacional e para a exportação, criou postos de emprego e atraiu investimentos para a região do Submédio do São Francisco. No entanto, esse (des)envolvimento não alcançou os ribeirinhos. Estes integrados à cultura ecológica local, viviam, em sincronia com o ciclo natural das águas, pois à medida que o rio baixava de nível, após as cheias, as várzeas úmidas expostas eram utilizadas para o cultivo. No entanto, a barragem alterou o regime hídrico e, assim, a forma de produzir alimentos também foi alterada, tornando os moradores dependentes da irrigação que possui investimentos elevados para ser implantado.

As três comunidades ribeirinhas estudadas vivem em situação de grande fragilidade. Apesar de existir o associativismo, as comunidades carecem de orientação e assistência jurídica e não possuem ainda o título ou escritura da terra. Tão pouco possuem capital para implantar sistemas de irrigação. Ainda como agravante, uma parcela da comunidade está em endividamento, consequentemente não conseguem acessar os sistemas de fornecimento de crédito.

As relações socioprodutivas foram estabelecidas de forma que os ribeirinhos têm que optar por trabalhar como assalariados na fruticultura ou tentar produzir às margens do rio. No entanto, quando adotam a segunda opção, existe a dificuldade para irrigar os cultivos e custear os motores de irrigação a diesel; também, o trabalho em regime de meeiros, no qual, depois de descontadas as despesas, o lucro é dividido ao meio com o proprietário da terra, faz os ribeirinhos perderem a sua autonomia e se tornarem dependentes do “patrão”.

O fato de grande parte dos participantes da pesquisa possuir baixa escolaridade pode indicar maior dificuldade destes para buscar informações referentes à inserção em programas de políticas públicas que possam assisti-los. Atualmente, ainda existe na comunidade a escola multisseriada e isso leva à reflexão de que a educação não está assumindo papel de centralidade, pois uma série de deficiências e dificuldades já foram apontadas nessa forma de ensino. Além disso, depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), viveu-se um momento de transição das classes multi para unisseriadas em diversas comunidades rurais do país.

Apesar de alguns ribeirinhos fazerem a guarda de sementes, maior atenção e preocupação devem ser dadas ao manejo e à conservação do germoplasma vegetal, pois, esse constitui uma riqueza para estas comunidades, especialmente para que não estejam à mercê

das sementes oriundas das empresas do setor agrícola, que são vendidas juntamente com o pacote tecnológico que inclui o uso de agrotóxicos.

Um fator crítico para a segurança alimentar dos ribeirinhos é a pequena parcela de terra que cada um possui para cultivo. Isso limita a quantidade de alimentos produzidos e não permite que produzam em quantidade capaz de satisfazer as necessidades familiares.

A transmissão oral de conhecimentos e de memórias ocorre entre os membros das comunidades. Assim, muitos entrevistados com idade avançada contribuíram com informações que ajudaram a conhecer parte da história desse povo. Ademais, uma das contribuições do presente trabalho é deixar escrito o relato de alguns desses entrevistados/colaboradores.

As dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos são enormes e foram agravadas com a implantação da hidrelétrica de Sobradinho. No entanto, ainda existem aqueles que, com grande resiliência, cultivam a terra, criam animais, conduzem suas vidas de forma colaborativa na produção de farinha, de vassouras, da pesca, e na troca de mantimentos.

A implantação da barragem de Sobradinho mostra que as decisões referentes ao uso da terra, da água da natureza devem ocorrer de forma colaborativa e sempre considerando os anseios e problemas das comunidades localmente instaladas. Se isso não for feito, corre-se o risco de deixar os próprios moradores da terra excluídos do (des)envolvimento que foi implantado. Como/quando essa situação poderá ser reparada? A natureza não é um Capital, é um bem comum natural.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. Águas e mágoas do rio São Francisco. In: MAMMÌ, Lorenzo (org.). **A viagem das Carrancas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, Instituto do Imaginário do Povo Brasileiro, Instituto Moreira Salles, 2015. p. 178-179.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris.** v. 1. n. 1, mar. 2007, p.39.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Resolução nº 1.043, de 19 de junho de 2017**. Dispõe sobre o Dia Do Rio. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/1043-2017.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Resolução nº 1.291, de 17 de julho 2017**. Dispõe sobre descarga mínima defluência. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/1291-2017.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Resolução nº 2.081, de 04 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre as condições para a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco, que compreende os reservatórios de Três Marias, Sobradinho, Itaparica (Luiz Gonzaga), Moxotó, Paulo Afonso I, II, III, IV e Xingó. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/2081-2017.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Resolução nº 2.219, de 11 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a prorrogação do Dia Do Rio. Disponível em: http://cbhvelhas.org.br/wp-content/uploads/2018/01/2219-2017-1.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Resolução nº 33, de 30 de abril de 2018**. Dispõe sobre a prorrogação do Dia Do Rio. Disponível em: http://cbhvelhas.org.br/wp-content/uploads/2018/05/2018-Resolu%C3%A7%C3%A3o-ANA_33-30-04-2018.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Resolução nº 45, de 25 de junho de 2018**. Dispõe sobre a prorrogação do Dia Do Rio. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2018/0045-2018_Ato_Normativo.pdf?182412. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. **Resolução nº 19, de 25 de março de 2019**. Dispõe sobre a redução temporária da descarga mínima dos reservatórios de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco, até 30 de abril de 2019, e dá outras providências. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2019/0019-2019_Ato_Normativo.pdf?121810. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 63.778 de 11 de dezembro de 1968**. Dispõe sobre a inclusão de municípios na área do Polígono das Secas. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63778-11-dezembro-1968-405144-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm . Acesso em: 04 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 125, de 03 de janeiro de 2007**. Institui na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/572880. Acesso em: 26 jun. 2019.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões:** campanha de Canudos. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969. p. 99.

CURAÇÁ (BA). Prefeitura Municipal de Curaçá e a Mobilização Social. **Agenda 21 de Curaçá, Bahia.** 2004. p. 7. Disponível em: https://www.slideshare.net/lugory/agenda-21-2975780. Acesso em: 10 out. 2019.

DHESCA BRASIL – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. **Relatório da missão à Petrolina e Região do rio São Francisco (PE)**: Violações de Direitos Humanos de Comunidades Quilombolas e Ribeirinhas, Povos Indígenas e famílias assentadas de reforma agrária às margens do rio São Francisco. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/materiais/230211_relatorio_missao_terra_saofrancisco. Acesso em: 18 out. 2018.

DOURADO, José Aparecido Lima. **Das terras do sem-fim aos territórios do agrohidronegócio:** conflitos por terra e água no vale do São Francisco (BA), 2015. 366 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Dutra, São Paulo, 2015.

FAO. Statistical Yearbook. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, Italy. 2015, p. 272. In: AQUINO, R. S. de et al, (2016). A realidade da caprinocultura e ovinocultura no semiárido brasileiro: um retrato do sertão do Araripe, Pernambuco. **PUBVET**, v. 10, n. 4, p. 271-281, abr., 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. Estado, apropriação e concentração de terra e poder: da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra. In: MIDITIERO JÚNIOR, Marco Antonio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes (Orgs). **A questão agrária no século XXI:** escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 125-151.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p. 14.

GABARRÓN, Luís R.; LANDA, Libertad Hernandez. O que é a Pesquisa Participante? In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante**: o saber da partilha. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2006. p. 93 - 121.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Opara:** formação histórica e social do submédio São Francisco. Juazeiro: [s.e], 1997.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Caminhos de Curaçá.** Curaçá: Gráfica Franciscana, 2000.

GOUVEIA, A. M. G. Aspectos sanitários da caprino-ovinocultura no Brasil. Simpósio Internacional sobre caprinos e ovinos de corte, 2 (2003). In: AQUINO, R. S. de et al, (2016). A realidade da caprinocultura e ovinocultura no semiárido brasileiro: um retrato do sertão do Araripe, Pernambuco. **PUBVET**, v. 10, n. 4, p. 271-281, abr., 2016.

HARVEY, David. (1935) **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. Joao Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**: Censo demográfico 2010. Disponível em: http//sidra.ibge.gov.br/tabela/1378. Acesso em: 23 out. 2019.

IORIS, Antônio Augusto Rossotto. Água, cobrança e commodity: a geografia dos recursos hídricos no Brasil. **Terra Livre**, Goiânia, v. 2, n. 25, p. 121-137, 2005.

MALAGODI, Edgard. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? In*:* DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira**: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 42-64.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em goiás. **Revista Pegada**, vol. 16, n. especial, p. 5, 2015.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do espaço Agrário Brasileiro: o Agrohidronegócio e as (re)existências dos povos Cerradeiros. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v.1, n. 34, p. 189-202, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NABUCO, Maria Regina. Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado. In*:* TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora

Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 59-70. Disponível em: http://www.ifibe.edu.br/arq/20150727211527174326 2037.pdf. Acesso em: 07 nov. 2019.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; CLEMENTE, Evandro César. Desenvolvimento territorial em questão: análise das políticas públicas voltadas ao campo Brasileiro. **ANPEGE**, v. 8, n. 10, p. 17-32, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila Salles. **O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil**. [s.d.] Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/94.pdf. Acesso em: 09 out. 2019.

PASTORAL dos Reassentados. **Memória, Realidade, Perspectivas Pastorais**. Dioceses de Paulo Afonso, Juazeiro, Floresta e Petrolina. Paulo Afonso-BA: Editora, Fonte Viva, 1995.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Tempos e espaços da pesquisa qualitativa: um diálogo. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim; SANTOS, Daniele Luciano (Orgs.). **Tempos e espaços da pesquisa qualitativa.** Aracaju: Criação, 2018. p. 7-14.

PORTO-GONÇALVES, Calor Walter. **O desafio ambiental** (org.) SADER, Emir. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)Caminhos do Meio Ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

REZENDE, Guilherme. [s.d.] Alienação do trabalho e crise ambiental: compromissos e rupturas com o controle do metabolismo social. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt9/alienacao.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

RIBEIRO, Dinalva Donizete; ASSUNÇÃO, Hildeu Ferreira da; DIAS, Mariza Souza. Experiência com milho crioulo para diversificação produtiva e geração de renda em um assentamento no Sudoeste de Goiás. In: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; OLIVEIRA, Euclides Reuter de; FAISTING, André Luiz (Orgs.). **Experiências interdisciplinares para a construção de conhecimento solidários**. Dourados: Ed. UFGD, 2013. p. 183-204.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas**.** 3. ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPAIO, Theodoro Fernandes. O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). **Revista S. Cruz**, São Paulo, 1905. 195 p. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio 1905 rio.pdf. Acesso em: 09 out. 2019.

SANTILLI, Juliana. **Agrobioiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.

SANTOS, Danilo Moreira dos. **Representações sociais de usuárias, praticantes e espectadores da extensão rural no contexto da comunidade remanescente de quilombo Nova Jatobá em Curaçá-Bahia.** 2018. 198 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, Bahia, 2018.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994. Disponível em: http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf. Acesso em: 07 nov. 2019.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA.** Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O agro-hidronegócio no vale do São Francisco:** território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção. 2013. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. [s.d.] **(Des)Realização do Trabalho**: Se Camponês, se Operário! (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil). Disponível em: http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade. Acesso em: 06 nov.2019.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O Agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 92-122, 2010. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042/8245. Acesso em: 01 out. de 2018.

TOSCHI, André Bertuzzi. **As fontes de recursos do crédito rural no Brasil de 1994 a 2004.** 2006. 88 f. Dissertação (Mestrado em Economia, modalidade Profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2006.

VIA CAMPESINA. **Carta de Maputo:** Agricultura Campesina y Soberania Alimentaria Frente a la Crisis Global. V Conferência Internacional. Maputo, Moçambique, 19-22 out. 2008. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal25/16carta.pdf. Acesso em: 24 dez. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural - RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n.1, p. 25-44, 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

Caracterização das Famílias	Nome da Comunidade: Nome do entrevistado: Idade: Grau de instrução: Tamanho da família: O produzido atende para a reprodução social da família.
Caracterização da propriedade	Toda a área de terra tem acesso à água. Que sistema de irrigação é utilizado e se atende satisfatoriamente a toda à área de terra. Razão da utilização do sistema de irrigação. Tamanho da área disponível para cada família. Produtos cultivados e de criação de animais. Disponibilidade de água para produção agrícola e para criação de animais. Sistema de irrigação utilizado, se – inundação, aspersão, micro aspersor, regador, outros. Fonte de energia do sistema de irrigação – diesel, elétrico, outras. Fonte dos recursos financeiros para produção dos alimentos – próprios, empréstimos, outras. Origem das sementes. Quais produtos são cultivados no quintal da casa. A área de terra contempla toda à família.
Caracterização Econômica	O excedente da produção é comercializado – na feira livre, mercadinhos, PNAE, outros. A família vive de sua produção agrícola ou, assalariadas, diaristas, meeiros, outros. Formas de aquisição da terra – herança, compra, arrendamento, posse, outras.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EFEITOS DA HIDRELÉTRICA DE SOBRADINHO SOBRE A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NA COMUNIDADE DA NOVA JATOBÁ, CURAÇÁ, BAHIA.

Pesquisador: ANTONIO CARLOS GOMES REGO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 11157119.8.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.337.368

Apresentação do Projeto:

O projeto "Efeitos da Hidrelétrica de Sobradinho sobre a Segurança e Soberania Alimentar na Comunidade de Nova Jatobá, Curaça, Bahia" se insere no âmbito da área de conhecimento de Ciências Agrárias. A pesquisa tem como foco de análise a segurança alimentar de três comunidades situadas às margens do rio São Francisco - Nova Jatobá, Rompedor e Favela – e que foram impactadas pela construção da hidrelétrica de Sobradinho. Assim, o projeto trabalha com a seguinte pergunta de pesquisa: O que tem feito os ribeirinhos sem recursos financeiros, para assegurar a segurança e a soberania alimentar da família e sua reprodução social?

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer as estratégias das famílias das comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela para assegurar a segurança e soberania alimentar da família e sua reprodução social.

Objetivo Secundário:

Investigar o acesso às políticas públicas disponíveis para essas famílias produzirem seus alimentos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador aponta que "A pesquisa será desenvolvida com a participação dos pesquisados de forma que eles relatem suas histórias de vida, numa perspectiva de relação deles com o rio, a

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com

terra, e das atividades desenvolvidas por eles para produção dos alimentos para a família e da reprodução social. Todo cuidado será tomado para que nada seja divulgado sem a autorização dos participantes". Entretanto, é preciso reconhecer que as perguntas dos questionários - pautadas em questões sobre a família, a propriedade e a produção econômica -podem causar desconforto e, se divulgadas, podem gerar riscos para as famílias.

Benefícios:

Com a pesquisa, será possível estudar políticas públicas que coloquem esses sujeitos numa condição de produzir, acessando sistemas tecnológicos que favoreçam suas atividades.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia de pesquisa é qualitativa e o instrumento de coleta de dados é a realização de entrevistas semiestruturadas por meio de formulários. O pesquisador dirigir-se-á até as comunidades em que fará visitas às famílias de forma aleatória. Serão consultadas 30 famílias, o que pode representar 150 indivíduos, sendo: 14 famílias da Comunidade Nova Jatobá, 8 famílias Rompedor e 8 famílias Favela. Esses números representam 33% das respectivas comunidades.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados: projeto completo; Termo de Compromisso assinada pelo pesquisador e sua orientadora; Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido(TCLE); instrumento de coleta de dados.

Nessa segunda versão apresentada pelo pesquisador foi anexado:

novo modelo de TCLE corrigido e de acordo com a Resolução CNS 510/2016;

Apresentado novo Cronograma de pesquisa com coleta de dados posterior à avaliação deste Comitê;

Carta de encaminhamento das pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram atendidas. Assim, após análise deste protocolo somos de parecer favorável à sua APROVAÇÃO por entender que este não possui óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Continuação do Parecer: 3.337.368

de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para dezembro de 2019.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1289643.pdf	10/05/2019 21:24:08		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao.pdf	08/05/2019 11:29:10	ANTONIO CARLOS GOMES REGO	Aceito
Outros	Carta.pdf	08/05/2019 11:27:58	ANTONIO CARLOS GOMES REGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/05/2019 11:27:27	ANTONIO CARLOS GOMES REGO	Aceito
Outros	Questionario.docx	26/03/2019 17:50:47	ANTONIO CARLOS GOMES REGO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermodeCompromisso.pdf	26/03/2019 17:49:55	ANTONIO CARLOS GOMES REGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	26/03/2019 17:49:09	ANTONIO CARLOS GOMES REGO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa.docx	28/02/2019 12:25:12	ANTONIO CARLOS GOMES REGO	Aceito
Folha de Rosto	PlataformaBrasilAntonio.pdf	28/02/2019 12:07:15	ANTONIO CARLOS GOMES REGO	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Continuação do Parecer: 3.337.368

GOIANIA, 21 de Maio de 2019

Assinado por:
Geisa Mozzer
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com

ANEXO B – DECRETO 4.887/2003

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição e de acordo com o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DECRETA:

Art. 1o Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2o Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Vide ADIN nº 3.239

§ 1o Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2o São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3o Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 3o Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1o O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2o Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3o O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4o A autodefinição de que trata o § 1o do art. 2o deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Art. 4o Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada.

Art. 5o Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

Art. 6o Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

Art. 7o O INCRA, após concluir os trabalhos de campo de identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial, publicará edital por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

I - denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;

II - circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;

III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e

IV - títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação.

§ 1o A publicação do edital será afixada na sede da prefeitura municipal onde está situado o imóvel.
§ 2o O INCRA notificará os ocupantes e os confinantes da área delimitada.

Art. 8o Após os trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA remeterá o relatório técnico aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de trinta dias, opinar sobre as matérias de suas respectivas competências:

I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

VI - Fundação Cultural Palmares.

Parágrafo único. Expirado o prazo e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o conteúdo do relatório técnico.

Art. 9o Todos os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e notificações a que se refere o art. 7o, para oferecer contestações ao relatório, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Não havendo impugnações ou sendo elas rejeitadas, o INCRA concluirá o trabalho de titulação da terra ocupada pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 10. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado.

Art. 12. Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

Art. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será 03/07/2019 D4887 www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm 3/5 realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.
§ 1o Para os fins deste Decreto, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando as publicações editalícias do art. 7o efeitos de comunicação prévia.
§ 2o O INCRA regulamentará as hipóteses suscetíveis de desapropriação, com obrigatória disposição de prévio estudo sobre a autenticidade e legitimidade do título de propriedade, mediante levantamento da cadeia dominial do imóvel até a sua origem.

Art. 14. Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

Art. 15. Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras.

Art. 16. Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares prestará assessoramento aos órgãos da Defensoria Pública quando estes órgãos representarem em juízo os interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do art. 134 da Constituição.

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e próindiviso às comunidades a que se refere o art. 2o, caput, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

Art. 18. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Art. 19. Fica instituído o Comitê Gestor para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodesenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos, integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado:

I - Casa Civil da Presidência da República;
II - Ministérios:
a) da Justiça;
b) da Educação;
c) do Trabalho e Emprego;
d) da Saúde;
e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
f) das Comunicações;
g) da Defesa;
h) da Integração Nacional;
i) da Cultura;
j) do Meio Ambiente;
k) do Desenvolvimento Agrário;
03/07/2019 D4887 www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm 4/5
l) da Assistência Social;
m) do Esporte;
n) da Previdência Social;
o) do Turismo;
p) das Cidades;
III - do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;
IV - Secretarias Especiais da Presidência da República:
a) de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
b) de Aqüicultura e Pesca; e
c) dos Direitos Humanos.
§ 1o O Comitê Gestor será coordenado pelo representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
§ 2o Os representantes do Comitê Gestor serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nos incisos I a IV e designados pelo Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
§ 3o A participação no Comitê Gestor será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Art. 20. Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura.
Art. 21. As disposições contidas neste Decreto incidem sobre os procedimentos administrativos de reconhecimento em andamento, em qualquer fase em que se encontrem.
Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares e o INCRA estabelecerão regras de transição para a transferência dos processos administrativos e judiciais anteriores à publicação deste Decreto.
Art. 22. A expedição do título e o registro cadastral a ser procedido pelo INCRA far-se-ão sem ônus de qualquer espécie, independentemente do tamanho da área.
Parágrafo único. O INCRA realizará o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos em formulários específicos que respeitem suas características econômicas e culturais.
Art. 23. As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária anual para tal finalidade, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento.
Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 25. Revoga-se o Decreto no 3.912, de 10 de setembro de 2001.

Brasília, 20 de novembro de 2003; 182o da Independência e 115o da República.
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Gilberto Gil Miguel Soldatelli Rossetto
José Dirceu de Oliveira e Silva
Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.11.2003
03/07/2019 D4887 www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

ANEXO C – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Dados do Pedido	
Protocolo	99905000121201943
Solicitante	Antonio Carlos Gomes Rêgo
Data de Abertura	05/08/2019 11:06
Orgão Superior Destinatário	BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	26/08/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Negado (Informação sigilosa de acordo com legislação específica)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Financiamento realizado aos ribeirinhos(as) da Comunidade Nova Jatobá, organizados através da Associação Nova Jatobá CNPJ 63.094.957/0001-64 em que o financiamento foi interrompido antes da conclusão do projeto.
Detalhamento	Estou realizando uma pesquisa junto a Comunidade Nova Jatobá no município de Curaçá-BA , em que a mesma é o objeto da pesquisa de dissertação de mestrado. Matriculado sob o número 2018100248 no programa de pós-graduação em agronegócio da escola de agronomia da UFG Goiânia/GO. Quando da pesquisa em campo pude verificar que alguns ribeirinhos(as) comentavam da inadimplência que eles(as) estão com o Bando do Nordeste do Brasil. Gostaria de receber cópia do contrato e respectivos aditivos firmados com os ribeirinhos; as razões de alterações do projeto; as justificativas de escola pelos cultivares que não correspondem com a vocação dos ribeirinhos e por fim a relação dos inadimplentes.

Dados da Resposta	
Data de Resposta	07/08/2019 07:29
Tipo de Resposta	Acesso Negado
Classificação do Tipo de Resposta	Informação sigilosa de acordo com legislação específica
Resposta	Prezado Senhor, Referimo-nos ao vosso pedido de informação protocolizado

ANEXO D – INVESTIMENTOS CODEVASF

Dados do Pedido	
Protocolo	99932000065201910
Solicitante	Antonio Carlos Gomes Rêgo
Data de Abertura	05/09/2019 09:15
Orgão Superior Destinatário	CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	07/10/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Saber dos investimentos de Políticas Públicas que a CODEVASF desenvolveu junto às comunidades ribeirinhas de Nova Jatobá, Rompedor e Favela no município de Curaçá Bahia.
Detalhamento	Saber dos investimentos de Políticas Públicas que a CODEVASF desenvolveu junto às comunidades ribeirinhas de Nova Jatobá, Rompedor e Favela no município de Curaçá Bahia desde a implantação da hidrelétrica de Sobradinho. De preferencia demonstrar por meio de uma planilha elencando todos os projetos principalmente de irrigação para os ribeirinhos das localidades citadas. As informações serão relevantes à pesquisa de mestrado desenvolvida junto as Comunidades citadas.

Dados da Resposta	
Data de Resposta	07/10/2019 15:52
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Prezado Senhor Antônio Carlos Gomes Rêgo Em atendimento à sua Solicitação de Informações registrada sob o nº 99932.000065/2019-10, transcrevemos abaixo a análise feita pela Secretária Executiva da Área de Irrigação da Codevasf em Brasília (DF):

Em análise à demanda do Sr. Antonio Carlos Gomes Rêgo, tenho a esclarecer:

1. Quanto aos investimentos em políticas públicas desenvolvidas pela Codevasf junto às comunidades ribeirinhas de Nova Jatobá, Rompedor e Favela, localizadas no município de Curaçá/BA, cabe inicialmente ressaltar que a Codevasf em sua estrutura organizacional, possui três diretorias (Implantação, Irrigação e Revitalização), ou seja, as três Áreas atuam de maneira distinta nas ações desenvolvidas pela empresa. Assim sendo, para que a resposta atenda aos anseios do demandante é imprescindível que as três Áreas participem na elaboração da resposta;

2. Outro ponto que merece ser destacado é que a Codevasf não implantou os projetos de irrigação na região denominada Polo de Juazeiro com o objetivo de mitigar a implantação da hidrelétrica de Sobradinho, as ações compensatórias ficaram a cargo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, que na ocasião da realização do empreendimento criou os projetos de reassentamento denominado

Sistema Itaparica para esta finalidade, e mesmo que atualmente a Codevasf opere o Sistema Itaparica, o detentor das informações quanto à implantação desses projetos é a CHESF;

3. Objetivando atender a demanda na sua integridade, recomendo que a mesma seja encaminhada à 6ª Superintendência Regional, haja vista que está sediada no município de Juazeiro/BA, e que coordena e conduz as ações em sua área de abrangência que envolve o município de Curaçá;

4. Em tempo, é importante que o orientador da pesquisa de mestrado que está em curso mantenha contato com o responsável por prestar as informações na 6ª SR, para ajustar o nível de detalhamento das informações ora solicitadas.

Atenciosamente,

Mara Núbia

Secretaria Executiva - AI/SE

ANEXO E – INVESTIMENTOS SUDENE

Dados do Pedido	
Protocolo	59017000698201945
Solicitante	Antonio Carlos Gomes Rêgo
Data de Abertura	05/09/2019 09:34
Orgão Superior Destinatário	MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional
Orgão Vinculado Destinatário	SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Prazo de Atendimento	25/09/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Informação Inexistente
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Saber dos investimentos de Políticas Públicas que a SUDENE desenvolveu junto às comunidades ribeirinhas de Nova Jatobá, Rompedor e Favela no município de Curaçá Bahia desde a implantação da hidrelétrica de Sobradinho.
Detalhamento	Saber dos investimentos de Políticas Públicas que a SUDENE desenvolveu junto às comunidades ribeirinhas de Nova Jatobá, Rompedor e Favela no município de Curaçá Bahia desde a implantação da hidrelétrica de Sobradinho. De preferencia demonstrar por meio de uma planilha elencando todos os projetos principalmente de irrigação para os ribeirinhos das localidades citadas. As informações serão relevantes à pesquisa de mestrado junto às Comunidades citadas.

Dados da Resposta	
Data de Resposta	23/09/2019 10:24
Tipo de Resposta	Informação Inexistente
Classificação do Tipo de Resposta	
Resposta	Prezado Senhor, De ordem do Diretor da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos-DFIN, informamos que não há financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste-FDNE no município em questão. No que diz respeito à administração dos **incentivos fiscais**, compete a esta SUDENE analisar e aprovar pleitos de empresas implantadas e em operação em sua área de atuação. Referidas empresas devem ser optantes do lucro real para que tenham direito ao benefício fiscal. Dessa forma, no tocante aos incentivos fiscais, não há registro de ***investimentos de Políticas Públicas que a SUDENE tenha desenvolvido junto às comunidades ribeirinhas de Nova Jatobá, Rompedor e Favela no município de Curaçá Bahia desde a implantação da hidrelétrica de Sobradinho.*** Atenciosamente, Francisco Lima Jr. Ouvidor/Substituto (81) 2102-2108

ANEXO F – MEC/FNDE – COMPRAS PNAE

Dados do Pedido

Protocolo	23480020050201971
Solicitante	Antonio Carlos Gomes Rêgo
Data de Abertura	05/09/2019 08:40
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Prazo de Atendimento	25/09/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Saber sobre os repasses do PNAE para o município de Curaçá, Bahia.
Detalhamento	Por favor, preciso saber de forma detalhada quanto o município de Curaçá, Bahia, recebeu do PNAE desde o início de seu funcionamento, com destaque para o percentual que o poder público municipal gastou com compras oriundas da agricultura familiar a qual o município tem um teto mínimo de 30% com essa categoria de produtores. Essas informações serão relevantes à minha pesquisa de mestrado que está acontecendo com os ribeirinhos das Comunidades Nova Jatobá, Rompedor e Favela no município de Curaçá - Bahia. Curaçá embora esteja na região semiárida ele conta com 120km de margem do rio São Francisco, tendo um potencial para assegurar a Segurança e Soberania Familiar dos ribeirinhos.

Dados da Resposta

Data de Resposta	12/09/2019 14:37
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes
Resposta	Prezado Senhor, Encaminhamos-lhe abaixo resposta referente ao pedido SIC 23480020050201971. informamos que os dados solicitados são públicos e estão disponíveis no seguinte endereço: http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar e https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes Resposta concedida pela Coordenação-Geral do PNAE

Atenção.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE disponibiliza aqui, para consulta pública, os dados da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar.
Os dados apresentados são preliminares, extraídos do Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE, em funcionamento a partir de 2011. Os registros do SigPC são realizados pelos gestores públicos municipais e estaduais responsáveis pela execução local do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para fins de prestação de contas.

*São registros no SigPC considerados válidos para o monitoramento da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar, nos anos de 2011 e 2012:
1) a inclusão do valor pago a cada DAP física ou Jurídica, declarado pelo gestor.

*São registros no SigPC considerados válidos para o monitoramento da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar, nos anos de 2013 a 2015 – com a inclusão das notas fiscais para a informação das despesas –, e sem repetição:
1) registros de documentos de despesa em que o campo DAP foi preenchido;
2) registros de documentos de despesa com autorizações de despesas identificadas na modalidade dispensa de licitação com base no § 1º do artigo 14 da Lei 11.947/09;
3) registros de documentos de despesas de aquisições que contenham CNPJ´s identificados pelo SEAD/MDA como organizações com DAP jurídicas ativas nos respectivos anos da aquisição.
São registros no SigPC considerados válidos para o monitoramento da aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar, **a partir de 2016: – com a inclusão das notas fiscais para a informação das despesas:
1) registros de documentos de despesas de aquisições que contenham CPF's e CNPJ´s identificados pelo SEAD/MDA como organizações com DAP jurídicas ativas nos respectivos anos da aquisição.
Registre-se que as prestações de contas ainda estão sob análise, portanto, os dados aqui apresentados são preliminares e passíveis de alteração.

- Aquisições agricultura familiar 2011
- Aquisições agricultura familiar 2012
- Aquisições agricultura familiar 2013
- Aquisições agricultura familiar 2014
- Aquisições agricultura familiar 2015
- Aquisições agricultura familiar 2016
- Aquisições agricultura familiar 2017

ANEXO G – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – COMPRAS PAA

Dados do Pedido

Protocolo	71004001772201995
Solicitante	Antonio Carlos Gomes Rêgo
Data de Abertura	05/09/2019 08:54
Orgão Superior Destinatário	MCIDADANIA - Ministério da Cidadania
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	25/09/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Saber sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no município de Curaçá-Bahia.
Detalhamento	Por favor, preciso saber como está funcionando o Programa de Aquisição de Alimentos no município de Curaçá Bahia. Que me seja fornecida por esta Secretaria uma planilha com o histórico dos repasses para o município de Curaçá e suas respectivas despesas desde o início do programa no município até esse mês de setembro de 2019. Esses dados serão relevantes para minha pesquisa de mestrado nas comunidades ribeirinhas de Nova Jatobá, Rompedor e Favela no município de Curaçá - Bahia.

Dados da Resposta

Data de Resposta	24/09/2019 11:40
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC

Resposta

Prezado Senhor,

Em atenção ao pedido de acesso à informação, a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural (SEISP) informa que não houve pactuação de recursos com o referido município para execução do PAA - Termo de Adesão.

O município de Curaçá - BA é aderido ao PAA, modalidade Compra com Doação Simultânea - Termo de Adesão, desde 06/05/2014, conforme Extrato de Adesão publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 06/05/2014, seção 3. fls. 127-129.

Lembramos que a ferramenta de recurso não deve ser

Lembramos que a ferramenta do recurso não deve ser utilizada para especificar ou reformular pedidos. Nessas situações é necessário preencher novo formulário de solicitação no Sistema e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão).

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação

Ouvidoria Geral/SE

Ministério da Cidadania

Ed. Parque Cidade SCS B QD 07 Lote C Torre B - 7° andar

Responsável pela Resposta	SERVIDOR DA SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA RURAL
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	SECRETÁRIO DA SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA RURAL
Prazo Limite para Recurso	04/10/2019
Classificação do Pedido	
Categoria do Pedido	Ciência, Informação e Comunicação
Subcategoria do Pedido	Informação - Gestão, preservação e acesso
Número de Perguntas	1

ANEXO H – CONAB – COMPRAS PAA

Dados do Pedido

Protocolo	99933000163201947
Solicitante	Antonio Carlos Gomes Rêgo
Data de Abertura	15/10/2019 14:03
Orgão Superior Destinatário	CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	04/11/2019
Situação	Em Tramitação
Status da Situação	Pedido Registrado
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Gostaria de saber das compras pelo Programa de Aquisição de Alimentos realizadas com os camponeses do município de Curaçá Bahia, do período de criação do Programa até o ano de 2019.
Detalhamento	Gostaria de saber das compras pelo Programa de Aquisição de Alimentos realizadas pela CONAB junto aos camponeses do município de Curaçá Bahia, do período de criação do Programa até o ano de 2019.

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
15/10/2019 14:03	Pedido Registrado para para o Órgão CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento	SOLICITANTE

Conab

FOLHA DE DESPACHO

1. Documento/Origem: SIC		
2. N.º /Ano 142/2019	3. Folha 02	4. Rubrica

A SUPAF, em 15/10/2019.

Após ciência do contido na CI SIC nº. 142, de 15/10/2019, a respeito do tema, "PROGRAMA DE AQUISIÇÃODE ALIMENTOS - PRODUTORES DE CURAÇÁ", estamos encaminhando o p.documento a essa Superintendência para verificar a possibilidade de atendimento da demanda cadastrada no Sistema Serviço de Informação ao Cidadão - SIC Nº 99933.000163/2019-47, em 15/10/2019. Solicitamos ainda, que a resposta seja primeiramente encaminhada a DIPAI, que após ciência e registro, remeterá ao SIC.

PÂMELLA DA SILVA
Assessora DIPAI

PÂMELLA DA SILVA
Assessora DIPAI

À DIPAI

Informo que não temos registro de operação do PAA/Conab desde 2009, quando foi implantado o sistema SIGPAA em todos os Estados no município de Curaçá Bahia.

Em 16/10/19

Gustavo Lund Viegas

Kelma Christina Melo Santos Cruz
Superintendência de Suporte à

ANEXO I - MAPA - DAPs

Dados do Pedido	
Protocolo	21900002955201946
Solicitante	Antonio Carlos Gomes Rêgo
Data de Abertura	05/09/2019 08:22
Orgão Superior Destinatário	MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de Atendimento	25/09/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Saber sobre Declaração de Aptidão ao Pronaf no município de Curaçá - Bahia.
Detalhamento	Saber sobre Declaração de Aptidão ao Pronaf no município de Curaçá - Bahia. Preciso do número total de DAP existentes no município de Curaçá-BA e da situação cadastral de cada declarante: Quantos Ativas, quantas Suspensas, quantas Expiradas, quantas Canceladas até a presente data de setembro/2019. Caso os(as) senhores(as) tenham um gráfico histórico do comportamento da situação cadastral das DAP será muito relevante à minha pesquisa de mestrado nas comunidades ribeirinhas de Nova Jatobá, Rompedor e Favela no município de Curaçá-Bahia.

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção à manifestação registrada no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal **NUP 21900.002955/2019-46**, encaminha-se a planilha anexa.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXX

	DAPs Ativas	Expiradas	Emitidas	Canceladas	Suspensas
Curaçá/BA	3.402	10.571	14.599	519	1.417

ANEXO J – CHESF – ENCHENTES A JUSANTE DA BARRAGEM DE SOBRADINHO-BA

Dados do Pedido	
Protocolo	99908000521201929
Solicitante	Antonio Carlos Gomes Rêgo
Data de Abertura	12/09/2019 10:26
Orgão Superior Destinatário	ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Orgão Vinculado Destinatário	CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Prazo de Atendimento	02/10/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Gostaria de saber das razões das enchentes na jusante da barragem de Sobradinho e, quais foram os anos que aconteceram esses fatos, do período da sua entrada em funcionamento até o ano de 2019.
Detalhamento	Gostaria de saber das razões das enchentes na jusante da barragem de Sobradinho e, quais foram os anos que aconteceram esses fatos, desde da sua entrada em funcionamento até o ano de 2019. Esses dados serão relevantes para a pesquisa de mestrado que está acontecendo nas comunidades de Nova Jatobá, Rompedor e Favela, no município de Curaçá Bahia.

Dados da Resposta	
Data de Resposta	20/09/2019 10:38
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Senhor Antônio Carlos, bom dia. Em resposta a seu pedido de informação Protocolo SIC N° - [99908.000521/2019-29], informamos que o Reservatório de Sobradinho está localizado no Rio São Francisco, principal rio do Nordeste, com bacia hidrográfica da ordem de 630.000 km² e extensão de 2.700 km, desde sua nascente na Serra da Canastra em Minas Gerais, até sua foz na divisa de Alagoas e Sergipe. Referido reservatório iniciou sua operação no ano de 1978 e desde então ocorreram cheias formadas a jusante de Sobradinho nos anos de 1985, 1989 e 2004, enquanto que nos anos de 1979, 1980, 1982, 1983, 1990 e 1992 ocorreram cheias formadas a montante do Reservatório de Sobradinho com reflexo a jusante até a foz do rio.

Quanto às razões das enchentes, de forma geral, temos a informar, conforme Carlos E. M. Tucci, em seu livro Hidrologia, no capítulo Controle de Enchentes que " quando a precipitação é intensa a quantidade de água que chega simultaneamente ao rio pode ser superior à sua capacidade de drenagem, ou seja, a da sua calha normal, resultando na inundação das áreas ribeirinhas. Os problemas resultantes da inundação dependem do grau de ocupação da várzea pela população e da frequência com a qual ocorrem as inundações. A ocupação da várzea pode ser para habitação, recreação, uso agrícola, comercial ou industrial.

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

55 81 3229.4888

sic@chesf.gov.br